

# Síntese Execução Orçamental **2013**

*outubro*

## Síntese de Execução Orçamental

Publicação mensal

22 de novembro de 2013

Elaborado com Informação disponível até 21 de novembro

Direção-Geral do Orçamento

Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>

Endereço *email*: [dgo@dgo.pt](mailto:dgo@dgo.pt)



Síntese Global .....	3
2. Administração Central e Segurança Social .....	5
Despesa .....	9
Receita .....	10
2.1. Administração Central .....	12
Despesa .....	12
Receita .....	20
Saldo .....	24
2.2. Segurança Social .....	26
Despesa .....	26
Receita .....	27
Saldo .....	28
3. Administração Regional .....	30
Despesa .....	30
Receita .....	30
Saldo .....	31
4. Administração Local .....	33
Despesa .....	33
Receita .....	34
Saldo .....	34
5. Operações com ativos financeiros.....	36
6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental .....	37
Serviço Nacional de Saúde .....	37
Dívida não financeira das administrações públicas.....	39
Despesa/receita com tratamento diferenciado em contas nacionais .....	40

## Índice de quadros:

Quadro 1 – Saldo Global das Administrações Públicas.....	3
Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social .....	6
Quadro 3 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social .....	7
Quadro 4 - Despesa da Administração Central.....	12
Quadro 5 – Despesa com o pessoal da Administração Central .....	15
Quadro 6 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central .....	15
Quadro 7 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central .....	16
Quadro 8 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento – Evolução mensal e trimestral.....	16
Quadro 9 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade – Evolução mensal e trimestral .....	17
Quadro 10 - Transferências correntes e de capital da Administração Central .....	17
Quadro 11 – Subsídios da Administração Central .....	19
Quadro 12 - Despesa relativa a Investimentos da Administração Central .....	19
Quadro 13 - Receita da Administração Central .....	20
Quadro 14 - Receita fiscal do subsector Estado .....	21
Quadro 15 - Reembolsos relativos à receita fiscal.....	23
Quadro 16 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações .....	25
Quadro 17– Execução orçamental da Segurança Social .....	29
Quadro 18 – Execução orçamental da Administração Regional .....	32
Quadro 19 - Execução Orçamental dos Municípios.....	35
Quadro 20 – Despesa com ativos financeiros.....	36
Quadro 21 – Principais receitas de ativos financeiros .....	37
Quadro 22 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde .....	38
Quadro 23 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais.....	40

## Índice de gráficos:

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central.....	13
Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central .....	13
Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central.....	14
Gráfico 4 – Receita Fiscal do Estado – Evolução da tvha (%).....	22
Gráfico 5 – Saldo global da Administração Central – Valores acumulados.....	24
Gráfico 6 – Despesa da Segurança Social .....	26
Gráfico 7 – Contribuições e quotizações e prestações sociais.....	27
Gráfico 8 – Receita da Segurança Social .....	28
Gráfico 9 – Saldo Global da Segurança Social – valores acumulados .....	28
Gráfico 10 – Despesa efetiva RAA .....	30
Gráfico 11 – Despesa efetiva RAM .....	30
Gráfico 12 – Receita efetiva RAA .....	31
Gráfico 13 – Receita efetiva RAM .....	31
Gráfico 14 - Saldo Global da RAA.....	32
Gráfico 15 – Saldo Global da RAM.....	32
Gráfico 16 – Despesa Efetiva – Valores Acumulados.....	33
Gráfico 17 – Despesa Bens e Serviços e de Capital – Valores Acumulados .....	33
Gráfico 18 – Receita Efetiva – Valores Acumulados .....	34
Gráfico 19 – Receita Fiscal – Valores Acumulados.....	34
Gráfico 20 - Saldo Global dos Municípios .....	35
Gráfico 21 – Passivo da Administração Central e Administração Regional – Stock em final de período .....	39
Gráfico 22 - Pagamentos em atraso das Administrações Públicas – Stock em final de período.....	40

- O **défice provisório das administrações públicas**, relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF)<sup>1</sup>, ascendeu a € 6.409,1 milhões até outubro.

**Quadro 1 – Saldo Global das Administrações Públicas**

	€ Milhões				
	Execução 2012	I trim. 2013	II trim. 2013	III trim. 2013	out. 2013
<b>Limites do PAEF</b>	<b>-9.028</b>	<b>-1.900</b>	<b>-6.000</b>	<b>-7.300</b>	
<b>Saldo das Administrações Públicas (Contabilidade Pública)</b>	<b>-7.134,6</b>	<b>-1.435,4</b>	<b>-4.055,8</b>	<b>-5.412,9</b>	<b>-7.810,9</b>
<b>Administração Central</b>	<b>-8.048,8</b>	<b>-1.469,4</b>	<b>-4.434,9</b>	<b>-5.008,0</b>	<b>-7.489,1</b>
Estado	-8.896,0	-1.852,0	-4.851,2	-5.443,1	-7.717,6
Serviços e Fundos Autónomos excluindo EPR	1.682,1	772,5	1.014,6	1.019,0	867,7
Entidades Públicas Reclassificadas	-834,9	-390,0	-598,4	-583,8	-639,3
<b>Administração Regional</b>	<b>-266,0</b>	<b>3,7</b>	<b>7,4</b>	<b>-722,5</b>	<b>-713,5</b>
Madeira	-254,9	3,1	26,4	-719,6	-747,4
Açores	-11,1	0,6	-19,1	-2,9	33,9
<b>Administração Local</b>	<b>748,7</b>	<b>-104,4</b>	<b>-46,3</b>	<b>-109,9</b>	<b>-158,7</b>
Municípios com reporte de informação	748,7	-104,0	-45,5	-107,1	-110,4
<b>Segurança Social</b>	<b>431,5</b>	<b>134,7</b>	<b>418,1</b>	<b>427,5</b>	<b>550,5</b>
Ajustamentos PAEF					
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-93,4	0,2	-11,0	-13,3	-16,8
Programa de regularização de dívidas do setor da saúde	1.500,0			10,5	237,8
Fundos de pensões	-2.783,9	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1
PAEL - regularização de dívidas dos Municípios	13,3	132,4	271,7	359,4	378,7
RAM - regularização de dívidas				804,4	850,2
<b>Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)</b>	<b>-8.498,6</b>	<b>-1.351,0</b>	<b>-3.843,2</b>	<b>-4.299,9</b>	<b>-6.409,1</b>
<b>Diferencial (saldo critério desempenho - limite PAEF)</b>	<b>529,4</b>	<b>549,0</b>	<b>2.156,8</b>	<b>3.000,1</b>	

**Nota:**

Valores atualizados com informação disponível até à presente data.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- O saldo global da **Administração Central e da Segurança Social** observado até outubro ascendeu a € -6.938,7 milhões (€ -6.689,2 milhões, em 2012), enquanto o saldo primário se situou em € -43,9 milhões (€ 412,6 milhões, em 2012).

Na ausência de alguns efeitos que influenciam a comparabilidade entre 2012 e 2013, observar-se-ia uma melhoria de € 1.236,1 milhões no saldo global e de € 1.029 milhões<sup>2</sup> no saldo primário, que resultam de uma taxa de crescimento ajustada da receita (7,5%) superior à da despesa (4,3%), como se analisa em pontos posteriores.

<sup>1</sup> Para efeitos de apuramento do saldo nos termos dos critérios PAEF são excluídas algumas operações, com destaque para os montantes relativos à regularização de dívidas no âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira (€ 850,2 milhões), do Programa de Assistência à Administração Local (€ 378,7 milhões) e do plano de pagamentos de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde (€ 237,8 milhões), na despesa, e a incorporação do fundo de pensões do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (€ 48,1 milhões), na Caixa Geral de Aposentações, I.P., na receita.

<sup>2</sup> Situações excecionais elencadas no Quadro 3.

- O **saldo da Administração Central** evidencia um agravamento de € 563,2 milhões e o saldo primário de € 770,3 milhões. A receita cresceu 2,8% e a despesa aumentou 3,6%. Na ausência dos efeitos de carácter extraordinário identificados no Quadro 3, observa-se uma melhoria nos saldos global e primário de € 922,3 milhões (€ -8.573,6 milhões, em 2012 e € - 7.651,4 milhões, em 2013) e € 715,2 milhões (€ - 1.473,8 milhões, em 2012 e -758,7 milhões, em 2013), respetivamente. Em termos comparáveis, a receita teria crescido 10,2%, devido à evolução da receita de impostos diretos e das contribuições para a CGA. Por sua vez, a despesa teria aumentado 6,3%, refletindo o acréscimo das transferências para a Segurança Social no âmbito da Lei de Bases, o impacto da reposição de um subsídio nas despesas com pensões e outros abonos da CGA e nas despesas com pessoal da Administração Central.
- O saldo global do subsetor da **Segurança Social** ascendeu a € 550,5 milhões acumulados até outubro, registando um acréscimo de € 313,8 milhões face ao homólogo. Para a variação da receita (+8,2% relativamente ao acumulado a outubro de 2012) o principal contributo continua a ser o das transferências do Orçamento de Estado (6,3 p.p.). Na despesa, cuja variação homóloga foi de +6,7%, a componente que se destaca na justificação da evolução são as prestações sociais (6,1 p.p.), derivada em grande medida do aumento da despesa com pensões e com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego.
- O saldo global do subsetor da **Administração Regional e Local** registou um défice de € 872,2 milhões (€ -158,7 milhões na Administração Local e € -713,5 milhões na Administração Regional). Excluindo o efeito da regularização de dívidas a fornecedores, no âmbito do PAEL e dos empréstimos da RAM (empréstimo com aval da República e do PAEF-RAM) para o efeito, apurou-se um excedente orçamental de € 371,2 milhões para o total do subsetor (€ 666,7 milhões em igual período de 2012).



- Os saldos global e primário da Administração Central e da Segurança Social até outubro de 2013 ascenderam a € -6.938,7 milhões e € -43,9 milhões, respetivamente.

Estes valores comparam com um saldo global de € -6.689,2 milhões e com um excedente primário de € 412,6 milhões, respetivamente, em 2012. Esta evolução é determinada pelos seguintes efeitos *one-off* em 2012 e 2013 (ver quadro 3): *i*) A contabilização, em 2012, da receita associada à transmissão da parte remanescente da titularidade dos ativos dos fundos de pensões das instituições de crédito e do fundo de pensões do BPN (€ 2.783,9 milhões); *ii*) A receita da venda dos direitos de utilização das frequências de 4.<sup>a</sup> geração em 2012 (€ 272 milhões); *iii*) a receita relativa à concessão de infraestruturas aeroportuárias, em 2013 (€ 400 milhões); e *iv*) O pagamento de dívidas de anos anteriores na área da saúde (€ 1.408,2 milhões em 2012 e € 237,8 milhões em 2013).

Aqueles efeitos, tomados no seu conjunto, geram um impacto líquido no saldo global até outubro de 2012 de € -1.647,7 milhões, em 2012, e de € -162,2 milhões, em 2013.

Excluídos estes fatores, o saldo global e primário ajustados teriam ascendido a € -8.337 milhões e € -1.235,2 milhões, em 2012, e € -7.100,9 milhões e € -206,2 milhões, em 2013, respetivamente. Desse modo, o saldo global e primário ajustados teriam registado uma melhoria de € 1.236,1 milhões e de € 1.029 milhões; por sua vez, as taxas de variação homóloga da receita e despesa até outubro ter-se-iam situado em 7,5% e 4,3%, respetivamente (ver quadro 3).

## 2. Administração Central e Segurança Social

Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social

	Período: janeiro a outubro								€ Milhões	
	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	
		2013	Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal			Acumulada
<b>Receita corrente</b>	<b>65.262,1</b>	<b>4.472,6</b>	<b>48.911,8</b>	<b>5.144,7</b>	<b>52.540,9</b>	<b>15,0</b>	<b>7,4</b>	<b>6,9</b>	<b>7,9</b>	
Receita fiscal	35.330,9	2.430,6	27.686,6	2.724,4	29.256,2	12,1	5,7	3,0	4,0	
Impostos diretos	15.821,6	957,8	10.955,1	1.189,9	13.196,0	24,2	20,5	4,2	15,9	
Impostos indiretos	19.509,3	1.472,8	16.731,5	1.534,5	16.060,2	4,2	-4,0	-1,3	-4,0	
Contribuições de Segurança Social	18.471,8	1.319,1	13.878,8	1.453,4	14.856,0	10,2	7,0	1,8	9,5	
Outras receitas correntes	11.459,4	722,9	7.346,4	966,9	8.428,8	33,8	14,7	2,0	18,7	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	82,4	6,2	54,6	7,7	54,1	24,1	-0,9	0,0	24,4	
<b>Receita de capital</b>	<b>2.649,2</b>	<b>58,0</b>	<b>4.022,9</b>	<b>155,8</b>	<b>1.494,2</b>	<b>168,4</b>	<b>-62,9</b>	<b>-4,8</b>	<b>-54,9</b>	
Venda de bens de investimento	187,0	1,6	9,9	49,2	90,3	3.002,8	815,3	0,2	1.124,6	
Transferências de Capital	1.577,8	54,5	3.550,7	104,2	858,3	91,4	-75,8	-5,1	-65,6	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	60,9	0,1	7,1	0,9	13,4	612,4	88,2	0,0	567,2	
Outras receitas de capital	884,3	2,0	462,4	2,4	545,6	18,9	18,0	0,2	-30,2	
<b>Receita efetiva</b>	<b>67.911,3</b>	<b>4.530,6</b>	<b>52.934,7</b>	<b>5.300,5</b>	<b>54.035,2</b>	<b>17,0</b>	<b>2,1</b>		<b>2,3</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>73.684,9</b>	<b>6.403,3</b>	<b>56.340,7</b>	<b>7.279,9</b>	<b>58.423,1</b>	<b>13,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,5</b>	<b>6,1</b>	
Consumo público	25.753,3	1.917,2	19.858,1	2.215,5	19.257,9	15,6	-3,0	-1,0	4,0	
Despesas com o pessoal	12.803,2	945,2	9.642,4	999,3	10.119,2	5,7	4,9	0,8	8,9	
Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	12.950,1	972,0	10.215,8	1.216,2	9.138,7	25,1	-10,5	-1,8	-0,4	
Subsídios	2.459,0	131,5	1.034,6	228,8	1.693,0	74,0	63,6	1,1	23,2	
Juros e outros encargos	7.962,3	1.608,9	7.101,8	1.916,6	6.894,7	19,1	-2,9	-0,3	0,4	
Transferências correntes	37.510,2	2.745,7	28.346,1	2.919,0	30.577,5	6,3	7,9	3,7	7,8	
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.175,5	206,4	1.631,2	199,8	1.816,9	-3,2	11,4	0,3	17,7	
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.861,4</b>	<b>419,1</b>	<b>3.283,3</b>	<b>378,8</b>	<b>2.550,7</b>	<b>-9,6</b>	<b>-22,3</b>	<b>-1,2</b>	<b>-14,6</b>	
Investimento	2.124,1	206,7	1.622,3	151,8	1.148,2	-26,6	-29,2	-0,8	-13,0	
Transferências de capital	1.622,9	190,0	1.617,7	225,1	1.383,3	18,5	-14,5	-0,4	-19,5	
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	978,4	144,3	1.119,6	164,7	878,3	14,2	-21,5	-0,4	-24,9	
Outras despesas de capital	114,5	22,4	43,2	2,0	19,2	-91,2	-55,5	0,0	81,3	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>77.546,3</b>	<b>6.822,3</b>	<b>59.624,0</b>	<b>7.658,7</b>	<b>60.973,8</b>	<b>12,3</b>	<b>2,3</b>		<b>4,8</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-9.635,0</b>	<b>-2.291,7</b>	<b>-6.689,2</b>	<b>-2.358,2</b>	<b>-6.938,7</b>					
Ajustamentos PAEF										
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-88,2	-6,3	-62,7	-3,5	-16,8					
Transferência adicional para o SNS		4,0	1.408,2	227,3	237,8					
Fundos de pensões	-48,1	0,0	-2.783,9	0,0	-48,1					
<b>Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)</b>	<b>-9.771,3</b>	<b>-2.294,0</b>	<b>-8.127,7</b>	<b>-2.134,5</b>	<b>-6.765,8</b>					
Despesa primária	69.583,9	5.213,4	52.522,2	5.742,1	54.079,1	10,1	3,0			
Saldo corrente	-8.422,8	-1.930,7	-7.428,8	-2.135,2	-5.882,2					
Saldo de capital	-1.212,2	-361,0	739,6	-223,0	-1.056,4					
Saldo primário	-1.672,7	-682,8	412,6	-441,6	-43,9					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	20.152,4	2.157,7	11.214,0	957,5	4.540,5	-55,6	-59,5			
das quais Receitas de:										
Alienação de partes de Capital	1.040,0	0,0	160,0	0,0	0,0		-100,0			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	28.301,6	696,3	21.357,7	358,2	21.296,6	-48,6	-0,3			

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

## 2. Administração Central e Segurança Social

**Quadro 3 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social  
e ajustamentos para comparabilidade**

Período: janeiro a outubro	€ Milhões												
	Execução real				Ajustamentos 2012			Ajustamentos 2013		Execução ajustada			
	2012	2013	Vha (%)	Contrib. VH (pp)	Fundos Pensões	Licenças 4G	Dívidas SNS	Dívidas SNS	Concessão ANA	2012	2013	Vha (%)	Contrib. VH (pp)
<b>Receita</b>	<b>52.934,7</b>	<b>54.035,2</b>	<b>2,1</b>	<b>2,1</b>	<b>-2.783,9</b>	<b>-272,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-400,0</b>	<b>49.878,8</b>	<b>53.635,2</b>	<b>7,5</b>	<b>7,5</b>
Receita fiscal	27.686,6	29.256,2	5,7	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27.686,6	29.256,2	5,7	3,1
Impostos diretos	10.955,1	13.196,0	20,5	4,2						10.955,1	13.196,0	20,5	4,5
Impostos indiretos	16.731,5	16.060,2	-4,0	-1,3						16.731,5	16.060,2	-4,0	-1,3
Contrib. Segurança Social, CGA e ADSE	13.878,8	14.856,0	7,0	1,8						13.878,8	14.856,0	7,0	2,0
Receita não fiscal	11.369,3	9.923,0	-12,7	-2,7	-2.783,9	-272,0			-400,0	8.313,4	9.523,0	14,5	2,4
<b>Despesa</b>	<b>59.624,0</b>	<b>60.973,8</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-1.408,2</b>	<b>-237,8</b>	<b>0,0</b>	<b>58.215,8</b>	<b>60.736,1</b>	<b>4,3</b>	<b>4,3</b>
Despesa corrente	56.340,7	58.423,1	3,7	3,5			-1.408,2	-237,8		54.932,5	58.185,4	5,9	5,6
Despesa corrente primária da qual:	49.238,8	51.528,4	4,6	3,8	0,0	0,0	-1.408,2	-237,8	0,0	47.830,7	51.290,6	7,2	5,9
Despesas com o pessoal	9.642,4	10.119,2	4,9	0,8						9.642,4	10.119,2	4,9	0,8
Aqu. bens serviços e outras desp. correntes	10.215,8	9.138,7	-10,5	-1,8			-1.408,2	-237,8		8.807,6	8.901,0	1,1	0,2
Transferências correntes	28.346,1	30.577,5								28.346,1	30.577,5	7,9	3,8
Juros e outros encargos	7.101,8	6.894,7	-2,9	-0,3						7.101,8	6.894,7	-2,9	-0,4
Despesa de capital	3.283,3	2.550,7	-22,3	-1,2						3.283,3	2.550,7	-22,3	-1,3
<b>Saldo global</b>	<b>-6.689,2</b>	<b>-6.938,7</b>			<b>-2.783,9</b>	<b>-272,0</b>	<b>1.408,2</b>	<b>237,8</b>	<b>-400,0</b>	<b>-8.337,0</b>	<b>-7.100,9</b>		
Despesa primária	52.522,2	54.079,1	3,0	2,6	0,0	0,0	-1.408,2	-237,8	0,0	51.114,0	53.841,3	5,3	4,7
<b>Saldo primário</b>	<b>412,6</b>	<b>-43,9</b>			<b>-2.783,9</b>	<b>-272,0</b>	<b>1.408,2</b>	<b>237,8</b>	<b>-400,0</b>	<b>-1.235,2</b>	<b>-206,2</b>		

Fonte: Ministério das Finanças

## 2. Administração Central e Segurança Social

### Nota sobre alteração Metodológica

Procede-se a partir da presente Síntese a uma alteração metodológica com efeitos tanto nos agregados da administração central e consequentemente das administrações públicas relativos ao período de janeiro a outubro de 2013, como nos relativos a janeiro a setembro que já haviam sido divulgados.

Esta alteração decorre dos procedimentos existentes relativamente ao reporte dos serviços e fundos autónomos. Estas entidades procedem mensalmente ao reporte da execução orçamental acumulada no sistema de informação de gestão orçamental (SIGO). Desta forma, uma situação de ausência de reporte num determinado mês traduz-se em valores de execução orçamental nula para o conjunto dos meses decorridos, podendo gerar distorção nos indicadores e na análise globais.

Assim, no sentido de atenuar aqueles impactos, nas situações de ausência de reporte de informação por parte de alguma entidade, passa a ser considerada, para efeitos de análise, a última execução acumulada reportada em mês anterior. As entidades com reporte em falta são identificadas no quadro 7 do anexo estatístico.



### DESPESA

- A **despesa da Administração Central e da Segurança Social** <sup>3</sup> cresceu 2,3%, enquanto a despesa primária aumentou 3% (1 % e 2,2 % respetivamente, até setembro). Excluindo o efeito decorrente da regularização de dívidas de anos anteriores na área da saúde, a despesa e a despesa primária teriam crescido 4,3% e 5,3% em termos homólogos (ver quadro 3), respetivamente. O acréscimo da taxa de variação da despesa primária deve-se à aceleração da despesa com bens e serviços<sup>4</sup> e das outras despesas correntes, como se particularizará.
- As **despesas com o pessoal** aumentaram 4,9% em termos homólogos acumulados, o que é justificado sobretudo pelo pagamento de um subsídio por duodécimos e pela atualização dos encargos das entidades empregadoras públicas com a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) e a Segurança Social. Face ao mês precedente, esta rubrica de despesa mantém o seu comportamento (4,9% até setembro).
- A **despesa com bens e serviços e as outras despesas correntes** apresenta uma redução de 10,5% (-14,3% até setembro). Esta evolução resulta do efeito da regularização de dívidas de anos anteriores na área da saúde, que é significativamente mais acentuado em 2012. Na ausência deste efeito, esta rubrica de despesa teria crescido 1,1% (com uma redução de 1,9% até setembro), determinada pelo aumento, mais pronunciado, da despesa regular com os estabelecimentos de saúde e com os contratos-programa estabelecidos com hospitais E.P.E.. De referir, embora em menor grau, o efeito decorrente da despesa realizada pela administração fiscal relativa à avaliação da propriedade urbana, no âmbito da Reforma da Tributação do Património.
- A redução da despesa com **juros e outros encargos** (-2,9% até outubro) foi menos acentuada por comparação com a observada até setembro (-9,4%), evolução que é sobretudo determinada pelo comportamento da componente que respeita à dívida direta do Estado (-1,4% até outubro que compara com -8,6% até setembro). Para este resultado contribuiu, em maior medida, a maior concentração, no mês de outubro, do pagamento de juros associados a Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro.

Para a evolução da rubrica de juros e outros encargos contribuiu, em sentido contrário, a redução mais acentuada dos encargos financeiros suportados pelas entidades públicas reclassificadas (-11,9% até outubro que compara com -9,3% até setembro), sobretudo pelo efeito das liquidações antecipadas de contratos de derivados de taxa de juro em 2013 e pelo menor volume de juros pagos pela RTP - Rádio e Televisão Portuguesa, S.A. em virtude da amortização, em 2012, do empréstimo ao *DEPFA Bank*.

- A taxa de variação homóloga das **transferências correntes** manteve-se sensivelmente ao nível observado até setembro (8%), em paralelo com uma relativa estabilidade na evolução dos principais agregados de despesa que a compõem. O crescimento desta rubrica de despesa é atribuível, por um lado, ao acréscimo dos encargos com pensões e abonos aos beneficiários do sistema de pensões gerido pela Caixa Geral de Aposentações, I.P. e do regime geral de segurança social (crescimento de 11,2% e de 10,2%, respetivamente), decorrente, em grande medida, do pagamento em duodécimos de um subsídio.

<sup>3</sup> A execução acumulada e as taxas de variação homóloga acumuladas de janeiro a setembro referenciadas no texto são atualizadas face ao publicado no mês anterior, em consequência da alteração metodológica destacada no início deste documento.

<sup>4</sup> Excluída dos montantes associados à regularização de dívidas no setor da Saúde, em 2012 e 2013, identificados no quadro 3.

## 2. Administração Central e Segurança Social

De salientar a pressão nesta rubrica de despesa associada à evolução dos encargos com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego, observando-se, no entanto, uma trajetória descendente da respetiva taxa de crescimento (aumento de 8,4%, que compara com 9,4% até setembro).

Por último, de referir que o crescimento das transferências correntes decorre ainda da diferente repartição, face a 2012, entre natureza corrente e de capital das verbas transferidas a título de Fundo de Estabilização Financeira, ao abrigo da Lei de Finanças Locais.

- A despesa com **subsídios** cresceu 63,6% (62,1% até setembro), comportamento que se mantém influenciado pelo aumento da despesa da Segurança Social com ações de formação profissional financiadas pelo Fundo Social Europeu<sup>5</sup> e, embora em menor grau, pelo aumento dos apoios concedidos pelo Instituto de Emprego e de Formação Profissional, I.P..
- A despesa de **investimento** decresceu 29,2% (-29,6% até setembro), decorrendo, em maior medida, da redução da despesa de investimento da Parque Escolar, E.P.E., face à suspensão e redução do ritmo dos projetos de investimento na rede escolar pública – e da REFER no âmbito da gestão das infraestruturas integrantes da rede ferroviária nacional. Este efeito é parcialmente contrariado pelo aumento da despesa relativa a concessões rodoviárias.
- A queda registada ao nível das **transferências de capital** (-14,5%, que compara com -18,9% até setembro) é sobretudo atribuível às transferências de capital para a Administração Local a título de Fundo de Estabilização Financeira, ao abrigo da Lei de Finanças Locais, que se relaciona com o aumento das transferências de natureza corrente, como referido anteriormente.

### RECEITA

- A **receita** cresceu<sup>6</sup> 2,1% em termos homólogos (0,7% até setembro), resultado que se encontra determinado pelos efeitos base associados à contabilização, em 2012, da receita associada à transmissão da titularidade dos ativos de fundos de pensões de instituições de crédito e da venda dos direitos de utilização das frequências da 4.ª geração e, em 2013 da receita relativa à concessão de infraestruturas aeroportuárias.

Excluindo estes efeitos base, a receita teria crescido 7,5% (6,6% até setembro, sendo que esta melhoria é justificada, na parte mais expressiva, pelo comportamento da receita fiscal.

- A **receita fiscal** da Administração Central e da Segurança Social cresceu 5,7%, (4,6% até setembro), evidenciando a melhoria da receita fiscal do Estado, em resultado do crescimento, generalizado, quer dos impostos diretos quer dos impostos indiretos.

<sup>5</sup> Estes encargos foram, em parte, reclassificados para esta rubrica de despesa. Por recomendação do Tribunal de Contas, as verbas afetas pela Segurança Social a outros subsectores das administrações públicas para a prossecução de ações de formação profissional passaram, em 2013, a ser contabilizadas em subsídios quando, em 2012, eram registadas em transferências.

<sup>6</sup> A execução acumulada e as taxas de variação homóloga acumuladas de janeiro a setembro referenciadas no texto são atualizadas face ao publicado no mês anterior, em consequência da alteração metodológica destacada no início deste documento.



O comportamento descrito da receita fiscal não se encontra influenciado pelo regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social<sup>7</sup>, uma vez que o mesmo apenas entrou em vigor no dia 1 de novembro de 2013.

- A receita de **impostos diretos** manteve a tendência de forte crescimento observado até setembro (20,5%, que compara com 20,1% até setembro).

Com efeito, a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) cresceu 29,9% (30,6% até setembro), em grande medida, pelo maior volume de retenções na fonte sobre os rendimentos de capitais e prediais, bem pelo reforço do controlo sobre as retenções na fonte entregues por entidades empregadoras.

Por sua vez, a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) cresceu 9,3% (8,5% até setembro) atribuível ao aumento dos pagamentos especiais por conta realizados pelas grandes empresas.

- A melhoria da taxa de variação da receita dos **impostos indiretos** em 1,5 p.p. decorre da recuperação de todos os impostos indiretos. A este propósito, é de salientar que, quer a cobrança voluntária mensal do IVA relativo a operações domésticas, quer a receita mensal do IVA aduaneiro, evidenciaram aumentos em termos homólogos. Este resultado é atribuível à recuperação da atividade económica e ao combate à evasão fiscal e à economia paralela.

De referir, ainda, a evolução favorável da receita do Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-2,4%, que compara com -2,6% até setembro), do Imposto de Selo (-1%, que compara com -1,6% até setembro) e do Imposto sobre Veículos (-7,8%, que compara com -9,7% até setembro).

- A **receita de contribuições** dos sistemas de segurança social cresceu 7% até outubro (6,7% até setembro), evolução determinada, em maior medida, pelas contribuições para a Segurança Social, que aumentou 1,1% (0,6% até setembro). De salientar que esta receita tem vindo a registar uma evolução homóloga positiva, desde maio.

Por seu lado, as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) e para os subsistemas públicos de saúde registaram taxas de crescimento de 34,1% e 3,6%, respetivamente, refletindo, no primeiro caso, o aumento da taxa paga pelas entidades públicas empregadoras e, em ambos os casos, o pagamento de um subsídio em duodécimos.

- A **receita não fiscal** decresceu 12,7%. Excluindo os efeitos excecionais já referidos teria crescido 14,5% (11,5% até setembro) justificado sobretudo pelo aumento de dividendos do Banco de Portugal, dos juros de obrigações de capital contingente (*Coco bonds*) e da receita da Segurança Social proveniente do Fundo Social Europeu.

<sup>7</sup> Nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro.

## 2.1. Administração Central

### DESPESA

- A **despesa consolidada da administração central** <sup>8</sup>, em termos homólogos acumulados, situa-se em 3,6% (compara com 2,1% em setembro), tendência explicada pela despesa primária resultante sobretudo do comportamento das transferências e despesas com pessoal. A aceleração da despesa de outubro face ao mês anterior, decorre do maior nível despesa em aquisição de bens e serviços por parte do SNS bem como do efeito da desaceleração do decréscimo da despesa com juros da dívida pública.

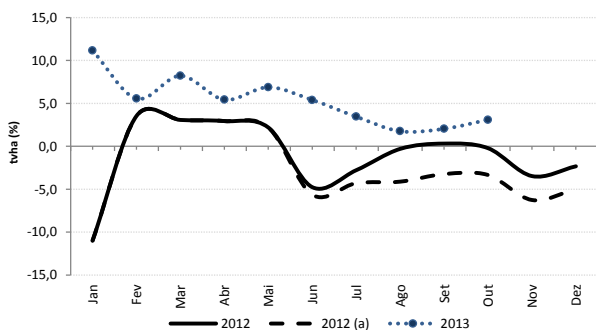
Quadro 4 - Despesa da Administração Central

Natureza da Despesa	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA outubro (em p.p.)
	2012	2013	setembro	outubro	
Despesas com o pessoal	9.434,7	9.901,9	4,9	5,0	1,0
Aquisição de bens e serviços	9.230,7	8.318,0	-14,8	-9,9	-1,9
Juros e outros encargos	7.099,8	6.892,7	-9,4	-2,9	-0,4
Transferências	18.575,7	21.524,1	15,9	15,9	6,2
Subsídios	508,6	567,7	7,3	11,6	0,1
Investimento	1.605,5	1.138,4	-29,2	-29,1	-1,0
Outras despesas	870,0	683,4	-11,7	-21,4	-0,4
<b>Despesa primária</b>	<b>40.225,3</b>	<b>42.133,6</b>	<b>3,8</b>	<b>4,7</b>	<b>4,0</b>
<b>Despesa efectiva</b>	<b>47.325,1</b>	<b>49.026,3</b>	<b>2,1</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

<sup>8</sup> A execução acumulada e as taxas de variação homóloga acumuladas de janeiro a setembro referenciadas no texto e quadros são atualizadas face ao publicado no mês anterior, em consequência da alteração metodológica destacada no início deste documento.

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central



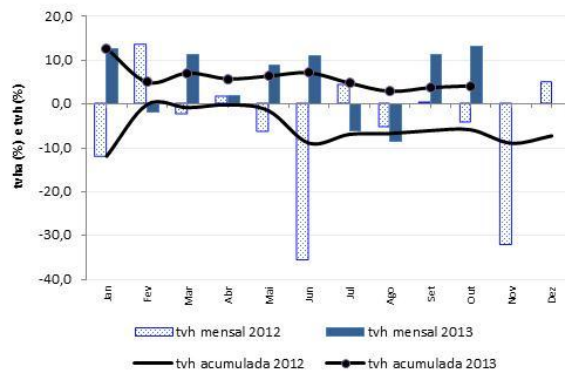
**Nota:**

**2012** - Exclui, para efeitos de comparabilidade, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) na Administração Central.

**2012 (a)** - Exclui, além das EPR, as transferências para o SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central



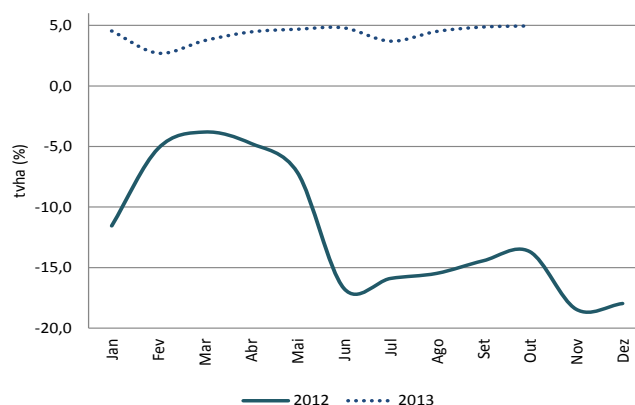
## 2.1. Administração Central

- As **despesas com pessoal** apresentam um crescimento de 5% (que compara com 4,9% do mês anterior) sobretudo explicado pelo pagamento em duodécimos de um subsídio e pela atualização dos encargos das entidades empregadoras com a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e a Segurança Social (SS)<sup>9</sup>. A aceleração evidenciada resulta das despesas com saúde na Defesa, em virtude do seu carácter não linear<sup>10</sup>.

Com um crescimento homólogo mais elevado destacam-se os Programas Finanças e Administração Pública<sup>11</sup> e Segurança Interna em face de condicionalismos específicos, que no caso da Segurança Interna decorrem da regularização de reposicionamentos remuneratórios<sup>12</sup>.

Não considerando o efeito da reposição do subsídio e do aumento da contribuição patronal das entidades para os sistemas de previdência social referidos, as despesas com o pessoal decresceriam 4,3 %.

Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central



Nota: A variação homóloga de 2012 é apurada em termos comparáveis (sem EPR)  
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

<sup>9</sup> Alteração da contribuição das entidades empregadoras que passou de 15% para 20%, no caso da CGA e, no caso dos trabalhadores que exercem funções públicas que descontam para a SS, passou de 22,3% para 23,75%, ou de 17,2% para 18,6%, consoante o tipo de vínculo, nos termos dos artigos 79º e 116º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

<sup>10</sup> Os encargos com Assistência na Doença aos Militares (ADM) não têm um comportamento linear, dado que estas despesas dependem, por um lado, da utilização por parte dos beneficiários e, por outro, do ciclo de processamento dos reembolsos.

<sup>11</sup> No que respeita as Finanças e Administração Pública, a evolução está relacionada com o facto da PARVALOREM e da PARUPS integrarem efetivamente a execução orçamental da Administração Central em 2013. A situação de ausência de reporte por parte das PAR em 2012 é atribuível a dificuldades de compatibilização dos procedimentos contabilísticos destas entidades empresariais com a contabilidade orçamental.

<sup>12</sup> Nos termos dos n.ºs 18 e 19 do art.º 35 da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.

**Quadro 5 – Despesa com o pessoal da Administração Central**

(Período: janeiro a outubro)						€ Milhões
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA out (em p.p.)	
	2012	2013	setembro	outubro		
<b>Total</b>	<b>9.434,7</b>	<b>9.901,9</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>		
<i>Dos quais:</i>						
Segurança Interna	1.143,5	1.270,8	11,0	11,1	1,3	
Ciência e Ensino Superior	908,0	980,9	9,2	8,0	0,8	
Defesa	944,2	1.008,1	5,0	6,8	0,7	
Justiça	738,3	789,2	7,2	6,9	0,5	
Finanças e Administração Pública	383,5	423,5	11,1	10,4	0,4	
Saúde	750,3	787,9	4,8	5,0	0,4	

**Nota:** A execução observada no programa Finanças e Administração Pública reflete a inclusão das PAR em 2013.  
**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

- A despesa com a **aquisição de bens e serviços** decresce, em termos homólogos acumulados, 9,9%, influenciada pelo efeito associado ao plano de regularização de dívidas de anos anteriores pelo Serviço Nacional de Saúde, no âmbito do qual foram pagos € 1.408,2 milhões e €237,8 milhões até outubro 2012 e 2013, respetivamente. Na ausência deste efeito, a despesa teria uma variação homóloga positiva de 3,3% (2,2% até setembro), justificado sobretudo pela intensificação do acréscimo dos adiantamentos dos contratos-programa das EPE da área da saúde e ainda dos encargos com a Lei de Programação Militar que evidenciam uma inflexão face a setembro.

**Quadro 6 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central**

(Período: janeiro a outubro)						€ Milhões
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA outubro (em p.p.)	
	2012	2013	setembro	outubro		
<b>Saúde</b>	<b>5.570,3</b>	<b>5.836,3</b>	<b>3,7</b>	<b>4,8</b>	<b>2,9</b>	
das quais: Despesas saúde do SNS	5.498,9	5.777,4	3,9	5,1	3,0	
<b>Finanças</b>	<b>510,6</b>	<b>556,1</b>	<b>10,6</b>	<b>8,9</b>	<b>0,5</b>	
das quais: Autoridade Tributária e Aduaneira	87,2	116,6	51,0	33,7	0,3	
<b>Economia e Emprego</b>	<b>318,7</b>	<b>315,0</b>	<b>2,1</b>	<b>-1,2</b>	<b>0,0</b>	
das quais:						
Metro do Porto	68,0	59,1	-6,5	-13,0	-0,1	
Estradas de Portugal	72,1	81,4	14,7	12,9	0,1	
<b>Defesa</b>	<b>295,6</b>	<b>294,3</b>	<b>-8,6</b>	<b>-0,4</b>	<b>0,0</b>	
das quais: Lei de Programação Militar	84,3	91,1	-12,7	8,2	0,1	
<b>Justiça</b>	<b>210,5</b>	<b>174,7</b>	<b>-19,0</b>	<b>-17,0</b>	<b>-0,4</b>	
das quais:						
Instituto dos Registos e Notariado	37,1	16,7	-54,3	-54,8	-0,2	
Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais	47,9	42,3	-12,6	-11,6	-0,1	
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça	79,7	73,3	-12,3	-8,0	-0,1	
<b>Outros</b>	<b>916,8</b>	<b>903,9</b>	<b>-4,2</b>	<b>-1,4</b>	<b>-0,1</b>	
<b>Saúde - SNS - Plano de regularização de dívidas de anos anteriores</b>	<b>1.408,2</b>	<b>237,8</b>	<b>-99,3</b>	<b>-83,1</b>	<b>-12,7</b>	
<b>Total</b>	<b>9.230,7</b>	<b>8.318,0</b>	<b>-14,8</b>	<b>-9,9</b>		

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

## 2.1. Administração Central

- A despesa com **juros e outros encargos** da administração central registou em termos acumulados um decréscimo de 2,9 % (-9,4% até setembro), influenciados pela despesa com juros e outros encargos da dívida direta do Estado.

**Quadro 7 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central**

(Período: janeiro a outubro)	€ Milhões				
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA outubro (em p.p.)
	2012	2013	setembro	outubro	
<b>Juros e Outros Encargos da Administração Central</b>	<b>7.099,8</b>	<b>6.892,7</b>	<b>-9,4</b>	<b>-2,9</b>	
Juros e outros encargos da Dívida Pública	6.496,1	6.404,6	-8,6	-1,4	-1,3
Juros e encargos financeiros suportados pelas EPR	542,1	477,6	-9,2	-11,9	-0,9
Outros	61,6	10,4	-83,2	-83,1	-0,7

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A despesa acumulada com juros e encargos da Dívida Pública apresenta um decréscimo acumulado de 2,9% (quadro 8) o que reflete uma desaceleração do ritmo de redução em 7,2 p.p. face a setembro. Este efeito resulta em grande medida dos encargos, acentuados em outubro, com Obrigações do Tesouro na sequência da emissão da OT 16OUT2017 realizada em janeiro e com Bilhetes do Tesouro por via do maior saldo da linha BT 18OUT2013 face a à linha BT19OUT2012.

Em sentido inverso, refira-se a desaceleração dos juros de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) influenciado pelo pagamento de um novo cupão do empréstimo do mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira (MEEF) realizado em outubro de 2012.

**Quadro 8 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento – Evolução mensal e trimestral**

	€ Milhões													
	2012							Total 2012	2013				Tvha jan-out (%)	Contributo tvha jan-out (em p.p.)
	I Trim	II Trim	III Trim	out	nov	dez	I Trim		II Trim	III Trim	out			
<b>Juros da dívida pública</b>	<b>663</b>	<b>3.119</b>	<b>1.334</b>	<b>1.535</b>	<b>244</b>	<b>124</b>	<b>7.019</b>	<b>716</b>	<b>2.785</b>	<b>1.125</b>	<b>1.872</b>	<b>-2,3</b>	<b>-2,3</b>	
Bilhetes do Tesouro	308	74	86	13	13	78	572	179	127	60	100	-3,2	-0,2	
Obrigações do Tesouro	252	2.378	529	1.497	0	0	4.656	225	1.924	310	1.689	-10,9	-7,5	
Empréstimos PAEF	78	450	343	0	209	0	1.080	369	594	452	51	68,3	8,8	
Cerificados de Aforro e do Tesouro	88	78	67	23	19	29	303	83	81	81	29	7,0	0,3	
CEDIC / CEDIM	18	12	14	6	3	5	57	8	9	7	7	-38,3	-0,3	
Outros	-80	128	294	-4	0	12	350	-148	50	215	-4	-66,5	-3,3	
<b>Comissões</b>	<b>23</b>	<b>44</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>115</b>	<b>13</b>	<b>37</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>-41,4</b>	<b>-0,6</b>	
Empréstimos PAEF	19	40	19	4	5	4	91	6	25	0	0	-61,9	-0,8	
Outros	4	4	5	2	2	7	24	7	12	6	1	74,6	0,2	
<b>Juros e outros encargos pagos</b>	<b>686</b>	<b>3.164</b>	<b>1.358</b>	<b>1.541</b>	<b>250</b>	<b>135</b>	<b>7.134</b>	<b>729</b>	<b>2.821</b>	<b>1.131</b>	<b>1.872</b>	<b>-2,9</b>	<b>-2,9</b>	
<b>Tvha (%)</b>								<b>6,3</b>	<b>-10,8</b>	<b>-16,7</b>	<b>21,5</b>			
Por memória:														
<b>Juros recebidos de aplicações</b>	<b>-88</b>	<b>-93</b>	<b>-56</b>	<b>-15</b>	<b>-19</b>	<b>-15</b>	<b>-285</b>	<b>-46</b>	<b>-53</b>	<b>-36</b>	<b>-10</b>	<b>-42,4</b>		
<b>Juros e outros encargos líquidos</b>	<b>597</b>	<b>3.071</b>	<b>1.302</b>	<b>1.526</b>	<b>231</b>	<b>120</b>	<b>6.849</b>	<b>683</b>	<b>2.768</b>	<b>1.095</b>	<b>1.862</b>	<b>-1,4</b>		
<b>Tvha (%)</b>								<b>14,4</b>	<b>-9,9</b>	<b>-15,9</b>	<b>22,0</b>			
Stock dívida direta do Estado	180.009	186.994	189.671	193.455	197.157	194.466	194.466	199.627	206.648	203.813	nd			

**Nota:** Os valores constantes deste quadro para cada mês/trimestre traduzem os pagamentos efetivos realizados nesse período, enquanto o quadro 7 "Despesa com juros e outros encargos da Administração Central" e anexo 5 "Execução Orçamental do Estado" evidencia as verbas disponibilizadas pelo OE para o período respetivo. No total do ano, os valores apresentados em ambos os quadros são idênticos.

nd – não disponível

Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

- Os **juros e encargos financeiros suportados pelas EPR** evidenciam um decréscimo homólogo acumulado de 11,9% (decréscimo de 9,2% até setembro), determinado sobretudo pelas entidades do setor dos transportes refletindo a redução de encargos financeiros na sequência de liquidações antecipadas de contratos de derivados de taxa de juro em 2013 e pela Rádio e Televisão Portuguesa – RTP por via do efeito base relativo à amortização de empréstimo ao *DEPFA Bank*.

A aceleração do decréscimo acumulado dos juros das EPR em outubro (em 2,7 p.p.) é sobretudo justificada pela REFER, E.P.E por via da classificação indevida em juros, em outubro 2012, da mobilização de aplicações de tesouraria a qual foi reclassificada, já no final de 2012, para passivos financeiros.

**Quadro 9 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade – Evolução mensal e trimestral**

	(Período: outubro)												€ Milhões	
	2012							Total 2012	2013				Tvha jan-out (%)	Contributo tvha jan-out (em p.p.)
	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	out	nov	dez		I Trim	II Trim	III Trim	out		
Transportes	16,3	128,5	77,0	148,9	28,2	3,0	117,7	<b>370,6</b>	155,7	-35,3	42,0	20,7	-26,8	-12,3
Comunicação Social	5,2	2,2	1,9	1,3	0,1	0,1	1,0	<b>10,6</b>	1,0	0,9	0,9	0,1	-68,4	-1,2
Cultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	<b>0,0</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	-99,7	0,0
Outros setores	1,6	16,6	0,7	263,7	13,5	0,0	250,2	<b>282,6</b>	1,4	25,9	0,3	12,0	22,1	1,3
Gestão de Infraestruturas	97,4	93,1	22,6	128,4	37,2	80,2	10,9	<b>341,4</b>	67,1	106,0	54,4	24,5	0,7	0,3
Requalificação Urbana	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3	<b>0,3</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
<b>Total</b>	<b>120,5</b>	<b>240,4</b>	<b>102,2</b>	<b>542,5</b>	<b>79,0</b>	<b>83,4</b>	<b>380,1</b>	<b>1.005,6</b>	<b>225,2</b>	<b>97,5</b>	<b>97,6</b>	<b>57,3</b>	<b>-11,9</b>	<b>-11,9</b>
<b>Tvh (%)</b>									<b>86,9</b>	<b>-10,6</b>	<b>-4,5</b>	<b>-27,5</b>		

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **transferências** mantêm o nível de crescimento homólogo acumulado do mês anterior de 15,9%.

**Quadro 10 - Transferências correntes e de capital da Administração Central**

Transferências por natureza	(Período: janeiro a outubro)				€ Milhões	
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA outubro (em p.p.)	
	2012	2013	setembro	outubro		
Lei de Bases da Segurança Social	5.472,4	6.907,0	26,6	26,2	7,7	
Pensões e Outros Abonos - CGA	6.563,0	7.310,5	11,4	11,4	4,0	
Segurança Social - IVA Social	0,0	604,2	-	-	3,3	
Contribuição financeira para a União Europeia	1.422,0	1.508,6	8,9	6,1	0,5	
Apoios do Instituto de Financiamento Agricultura e Pescas	583,6	615,8	1,5	5,5	0,2	
Lei de Finanças Regionais e Lei de Meios	513,7	551,7	-1,9	7,4	0,2	
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	65,0	80,2	-22,1	23,4	0,1	
Lei de Finanças Locais	1.796,9	1.792,1	-0,3	-0,3	0,0	
Financiamento regime substitutivo dos bancários	406,3	399,0	-1,8	-1,8	0,0	
Apoios da Fundação para a Ciência e Tecnologia	216,6	215,4	1,4	-0,6	0,0	
Outros	1.515,1	1.464,9	-1,7	-3,3	-0,3	
DGTF - Regul. Responsabilidades concessionárias (*)	21,2	0,0	-100,0	-100,0	-0,1	
DGTF - Transferência rendimentos de títulos dívida Grega (*)	0,0	74,7	-	-	0,4	
<b>Total</b>	<b>18.575,7</b>	<b>21.524,1</b>	<b>15,9</b>	<b>15,9</b>		

Nota: (\*) Situações excecionais

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## 2.1. Administração Central

A tendência evidenciada resulta sobretudo do acréscimo da despesa com:

- As transferências associadas à Lei de Bases da Segurança Social, associada à maior dotação no âmbito do Orçamento do Estado para 2013 em face de necessidades de equilíbrio, à antecipação parcial de dotações em maio 2013 e ao reforço atribuído no âmbito do primeiro orçamento retificativo;
- Os encargos com pensões e outros abonos da CGA justificado pelo pagamento do duodécimo de um subsídio, pelo aumento do número de aposentados e pensionistas da CGA, bem como pela atualização das pensões dos deficientes das forças armadas, com efeitos retroativos desde 1 de janeiro de 2010 e do 14.º mês aos aposentados e pensionistas da CGA<sup>13</sup>;
- A contribuição financeira para a União Europeia, justificado pela antecipação de duodécimos, ocorrido no 1º trimestre de 2013, na sequência de solicitações da Comissão Europeia.

Para esta evolução concorrem também situações particulares no âmbito do orçamento de despesas excecionais do orçamento do Ministério das Finanças<sup>14</sup>, com especial destaque para a transferência efetuada em agosto de 2013 relativa ao financiamento do programa de assistência financeira à Grécia, no montante de €74,7 milhões<sup>15</sup>.

Merece ainda referência, a inflexão observada nas transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Regionais (7,4% em outubro que compara com -1,9% em setembro) justificada pelo facto de, em 2013, se ter procedido à regular transferência, numa base trimestral, para a Região Autónoma da Madeira, enquanto em 2012 foram afetadas mensalmente a regularização de dívidas desta região, acentuando-se em outubro pelo levantamento da transferência relativa ao último trimestre.

- O aumento da despesa com **subsídios** em 11,6% resulta essencialmente das medidas de política de emprego e de formação profissional, sobretudo de apoio à contratação, e da alteração a medidas em curso bem como de regras relativas ao pagamento dos apoios pelo IEFP. A aceleração verificada em outubro, reflete principalmente o facto de começar a repercutir-se na execução, a aprovação de candidaturas a medidas de apoio ao emprego cujos regulamentos foram alvo de alteração entre 2012 e 2013.

<sup>13</sup> Nos termos da Lei n.º 39/2013, de 21 de junho.

<sup>14</sup> Capítulo 6o gerido pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

<sup>15</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2013, aprovada em 1 de agosto.

**Quadro 11 – Subsídios da Administração Central**

	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA outubro (em p.p.)
	2012	2013	setembro	outubro	
	€ Milhões				
<b>Solidariedade, Emprego e Segurança Social</b>	<b>195,6</b>	<b>298,7</b>	<b>40,6</b>	<b>52,8</b>	<b>20,3</b>
dos quais: Instituto Emprego e Formação Profissional	173,8	276,4	44,5	59,1	20,2
<b>Agricultura e Mar</b>	<b>132,2</b>	<b>110,2</b>	<b>-18,8</b>	<b>-16,6</b>	<b>-4,3</b>
dos quais: Instituto Financiamento Agricultura e Pescas	132,1	110,2	-18,7	-16,6	-4,3
<b>Finanças</b>	<b>158,7</b>	<b>137,0</b>	<b>-18,6</b>	<b>-13,7</b>	<b>-4,3</b>
dos quais: Direção-Geral do Tesouro e Finanças	158,7	137,0	-18,6	-13,6	-4,3
<b>Outros</b>	<b>22,1</b>	<b>21,8</b>	<b>-3,3</b>	<b>-1,4</b>	<b>-0,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>508,6</b>	<b>567,7</b>	<b>7,3</b>	<b>11,6</b>	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Verifica-se uma redução de 29,1%, face ao período homólogo na despesa de **investimento**, influenciada sobretudo pela execução das EPR que mantém a evolução verificada em meses anteriores.

Esta tendência é, a semelhança do já referido em meses anteriores, justificada pela suspensão e redução, por parte da Parque Escolar, do ritmo das empreitadas relativo ao programa de modernização das escolas.

**Quadro 12 - Despesa relativa a Investimentos da Administração Central**

	Execução Acumulada						Variação homóloga acumulada (%)	Contributo VHA outubro (em p.p.)
	2012			2013				
	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total		
<b>Total</b>	<b>1.189,6</b>	<b>415,8</b>	<b>1.605,5</b>	<b>1.004,6</b>	<b>133,9</b>	<b>1.138,4</b>	<b>-29,1</b>	
<i>Dos quais:</i>								
<b>Entidades Públicas Reclassificadas</b>	<b>862,7</b>	<b>332,0</b>	<b>1.194,7</b>	<b>790,2</b>	<b>101,9</b>	<b>892,1</b>	<b>-25,3</b>	
Outros Setores	148,3	217,4	365,8	14,3	64,8	79,2	-78,4	
Transportes	22,6	14,1	36,7	9,3	0,9	10,1	-72,4	
Requalificação Urbana	0,1	0,1	0,3	2,9	5,3	8,2	3.114,6	
Gestão de Infraestruturas	687,0	100,3	787,3	760,6	30,7	791,3	0,5	
<b>Administração Central excluindo EPR</b>	<b>326,9</b>	<b>83,8</b>	<b>410,8</b>	<b>214,4</b>	<b>32,0</b>	<b>246,3</b>	<b>-40,0</b>	
Equip. Informático - DG de Estatísticas da Educ. e Ciência	20,3	30,2	50,5	0,0	2,2	2,2	-95,6	
Conservação e aquisição de edifícios - Serviço Nacional de Saúde	23,6	15,3	38,9	8,3	0,6	8,8	-77,3	
Investimentos Militares - Força aérea e Exército	41,0	0,0	41,0	13,9	0,0	13,9	-66,1	
Lei de Programação Militar	82,9	0,0	82,9	61,5	0,0	61,5	-25,8	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## 2.1. Administração Central

### RECEITA

- A **receita consolidada da administração central** <sup>16</sup> apresenta, até outubro de 2013, um acréscimo de 2,8% face ao ano precedente, alicerçado no comportamento da receita fiscal da Administração Central (+8,3%), das contribuições para a CGA e ADSE (+27,4%) e dos rendimentos da propriedade (+134,0%). Em sentido contrário, destaca-se o decréscimo de cobrança das outras receitas (-48,9%), reiterando-se que a execução de 2012 se encontra influenciada pela receita extraordinária relativa à parte remanescente dos fundos de pensões das instituições de crédito (€ 2.783,9 milhões).

**Quadro 13 - Receita da Administração Central**

**Período: janeiro a outubro**

Natureza da Receita	Execução acumulada M€		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA
	2012	2013	setembro	outubro	outubro (em p.p.)
<b>Receita Fiscal</b>	<b>27.022,5</b>	<b>29.256,2</b>	<b>7,4</b>	<b>8,3</b>	<b>5,5</b>
Impostos Diretos	10.955,1	13.196,0	20,1	20,5	5,5
Impostos Indiretos	16.067,4	16.060,2	-1,2	0,0	0,0
<b>Contribuições para a CGA e ADSE</b>	<b>3.149,2</b>	<b>4.011,2</b>	<b>27,7</b>	<b>27,4</b>	<b>2,1</b>
<b>Receita não fiscal</b>	<b>10.227,4</b>	<b>8.269,7</b>	<b>-22,5</b>	<b>-19,1</b>	<b>-4,8</b>
Taxas, multas e outras penalidades	1.870,1	1.953,4	4,8	4,5	0,2
Rendimentos de propriedade	485,9	1.136,9	126,1	134,0	1,6
Vendas de bens e serviços	1.373,3	1.308,9	-5,2	-4,7	-0,2
Transferências da União Europeia	1.341,9	1.237,1	-13,9	-7,8	-0,3
Outras receitas	5.156,2	2.633,3	-51,3	-48,9	-6,2
<b>Receita Efetiva</b>	<b>40.399,1</b>	<b>41.537,1</b>	<b>1,3</b>	<b>2,8</b>	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Entre janeiro e outubro de 2013, a receita fiscal líquida acumulada do Estado cresceu 8,4%, face a igual período de 2012, superando o perfil de crescimento previsto na proposta de segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2013. Este crescimento de 8,4% da receita fiscal corresponde a um aumento de € 2.200 milhões, em termos homólogos, e representa uma melhoria de 0,9 p.p. relativamente à variação observada até setembro (por memória: 7,5%), reforçando a tendência de forte crescimento da receita fiscal nos últimos meses. Refira-se que este crescimento da receita fiscal não inclui qualquer resultado relativo ao regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social, uma vez que este regime apenas entrou em vigor no dia 1 de novembro de 2013.<sup>17</sup>
- A receita fiscal líquida mensal do mês de outubro aumentou 18,5%, face à receita mensal de outubro de 2012, o que representa o crescimento mensal mais expressivo do ano de 2013. Este desempenho resultou,

<sup>16</sup> A execução acumulada e as taxas de variação homóloga acumuladas de janeiro a setembro referenciadas no texto e quadros são atualizadas face ao publicado no mês anterior, em consequência da alteração metodológica destacada no início deste documento.

<sup>17</sup> Nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro.

quer do crescimento da receita líquida mensal dos impostos diretos, destacando-se o aumento significativo de 24,4% da receita líquida mensal do IRC, quer da recuperação da receita da receita líquida mensal de todos os impostos indiretos, com especial ênfase no caso do IVA.

**Quadro 14 - Receita fiscal do subsector Estado**

**Período: janeiro a outubro**

	Execução acumulada (M€)		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA outubro (em p.p.)
	2012	2013	setembro	outubro	
Impostos diretos	<b>10.932,8</b>	<b>13.174,4</b>	<b>20,1</b>	<b>20,5</b>	<b>8,6</b>
- IRS	7.311,1	9.498,8	30,6	29,9	8,4
- IRC	3.357,4	3.670,0	8,5	9,3	1,2
- Outros	264,3	5,6	-98,1	-97,9	-1,0
Impostos indiretos	<b>15.195,5</b>	<b>15.158,7</b>	<b>-1,6</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,1</b>
- ISP	1.787,7	1.747,1	-2,6	-2,3	-0,2
- IVA	10.507,5	10.550,9	-1,3	0,4	0,2
- Imposto sobre veículos	309,4	285,4	-9,7	-7,8	-0,1
- Imposto consumo tabaco	1.104,9	1.064,4	-3,7	-3,7	-0,2
- IABA	141,6	144,6	1,1	2,1	0,0
- Imposto do Selo	1.141,9	1.130,2	-1,6	-1,0	0,0
- Imposto Único de Circulação	162,5	200,0	26,2	23,1	0,1
- Outros	39,8	36,1	-15,8	-9,5	0,0
<b>Receita fiscal</b>	<b>26.128,4</b>	<b>28.333,1</b>	<b>7,5</b>	<b>8,4</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- A evolução de outubro determinou um crescimento de 20,5% da receita fiscal líquida acumulada dos impostos diretos até outubro de 2013, face ao período homólogo de 2012, o que corresponde a uma recuperação de 0,4 p.p. relativamente à variação observada no mês anterior (por memória: 20,1%).

Em outubro, a receita líquida acumulada de IRS cresceu 29,9% face à receita acumulada deste imposto até outubro de 2013, superando o perfil de crescimento previsto na proposta de segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2013. Entre os fatores que contribuíram para este desempenho destaca-se o crescimento das retenções na fonte sobre os rendimentos de capitais e prediais, que aumentaram 10,1% e 32,3%, respetivamente, em termos homólogos. Adicionalmente, refira-se o crescente impacto positivo resultante do reforço do controlo sobre as retenções na fonte entregues por um universo de cerca de 400 mil empresas, através do cruzamento de dados recebidos mensalmente na Declaração Mensal de Remunerações (DMR).

Em outubro, a receita líquida mensal do IRC aumentou 24,4%, face ao mês homólogo de 2012. Por conseguinte, a receita líquida acumulada deste imposto cresceu 9,3%, em termos homólogos, superando o crescimento de 4,7% previsto na proposta de segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2013 para o conjunto do ano. Este crescimento de 9,3% representa uma recuperação de 0,8 p.p. relativamente à variação observada no mês anterior (por memória: 8,5%). Para esta evolução contribuiu o crescimento expressivo das retenções na fonte sobre os rendimentos de capitais e prediais que, em outubro, aumentaram 22,3% e 33,1%, respetivamente, bem como o aumento de 9,8% dos pagamentos especiais por conta realizados pelas grandes empresas, em termos homólogos.

## 2.1. Administração Central

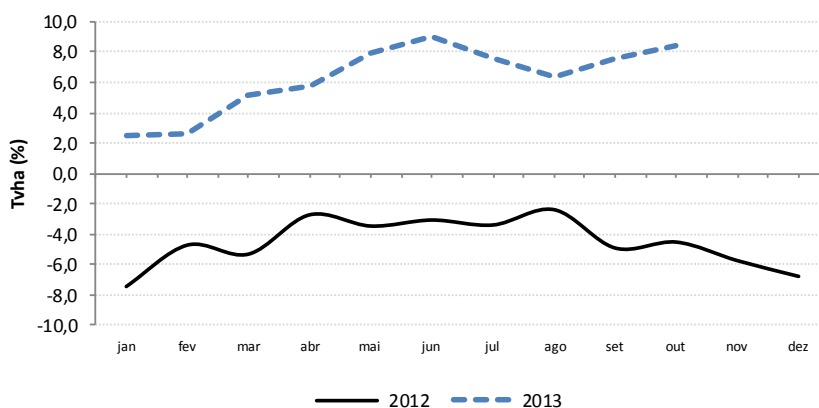
- Entre janeiro e outubro de 2013, a receita líquida acumulada dos impostos indiretos apresentou uma diminuição ligeira de apenas 0,2%, face ao período homólogo de 2012, traduzindo-se numa recuperação de 1,4 p.p. relativamente à evolução observada no mês anterior (por memória: -1,6%).

Para esta recuperação foi fundamental a recuperação de todos os impostos indiretos, cuja receita líquida mensal aumentou 14,2%, face ao mês homólogo de 2012, designadamente através do crescimento da receita mensal de IVA, do ISP, do ISV, do IABA e do Imposto do Selo.

Com efeito, tanto a cobrança voluntária mensal do IVA relativo a operações domésticas, como a receita mensal do IVA aduaneiro superaram os montantes cobrados em igual mês de 2012, evidenciando a recuperação da atividade económica e a maior eficácia do combate à evasão fiscal e à economia paralela, em consequência dos resultados expressivos obtidos quer com a reforma da faturação, quer com a reforma dos documentos de transporte. Assim, pela primeira vez em 2013, a receita líquida acumulada do IVA cresceu 0,4%, em termos homólogos, o que representa uma recuperação de 1,7 p.p. relativamente à variação observada no mês anterior (por memória: -1,3%).

Em outubro, releve-se ainda a inflexão da tendência de queda da receita líquida mensal do imposto do selo, cuja taxa de crescimento se situou em 5,2%, em termos homólogos. Por fim, refira-se a consolidação do perfil de crescimento da receita líquida mensal do ISV, que aumentou 13,4%, e da receita líquida mensal do IABA, que cresceu 12,2%.

Gráfico 4 – Receita Fiscal do Estado – Evolução da tvha (%)



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Entre janeiro e outubro de 2013, os reembolsos acumulados registaram uma diminuição de 0,4%, face a igual período de 2012. Ainda assim, esta evolução traduziu o aumento de 4,6% dos reembolsos do IVA, bem como o crescimento de 3,5% dos reembolsos do IRC pagos aos agentes económicos, em termos homólogos.

Quadro 15 - Reembolsos relativos à receita fiscal

Período: janeiro a outubro

	Execução acumulada (M€)		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA
	2012	2013	setembro	outubro	outubro (em p.p.)
Impostos diretos	<b>2.995,9</b>	<b>2.821,3</b>	<b>-6,1</b>	<b>-5,8</b>	<b>-2,4</b>
- IRS	1.988,3	1.778,5	-11,4	-10,6	-2,9
- IRC	1.005,8	1.041,4	5,0	3,5	0,5
- Outros	1,8	1,4	-24,6	-21,8	0,0
Impostos indiretos	<b>4.337,0</b>	<b>4.485,9</b>	<b>5,5</b>	<b>3,4</b>	<b>2,0</b>
- ISP	85,1	31,5	-59,6	-63,0	-0,7
- IVA	4.218,6	4.412,1	6,7	4,6	2,6
- Imposto sobre veículos	14,2	10,7	-27,6	-25,2	0,0
- Imposto consumo tabaco	14,4	18,5	28,1	28,1	0,1
- IABA	0,3	0,5	51,7	84,4	0,0
- Imposto do Selo	4,3	11,7	181,0	172,9	0,1
- Imposto Único de Circulação	0,0	0,1	62,8	65,7	0,0
- Outros	0,0	0,9	n.a.	n.a.	0,0
<b>Receita fiscal</b>	<b>7.332,9</b>	<b>7.307,2</b>	<b>0,5</b>	<b>-0,4</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- As **contribuições para sistemas de proteção social** (CGA e ADSE), mantendo a tendência crescente dos meses anteriores <sup>18</sup>, registam em termos acumulados um crescimento de 27,4%. Para esta evolução concorre: i) O aumento das quotizações e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA)<sup>19</sup>, ii) O pagamento dos duodécimos de um subsídio; e iii) O alargamento da base de incidência da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), em 2013.
- Os **rendimentos de propriedade** apresentam uma variação homóloga até outubro de 134,0% justificada sobretudo pela evolução dos dividendos do Banco de Portugal (€ 359,3 milhões, em 2013 face a € 18,7 milhões em 2012), dos juros de obrigações de capital contingente (*coco bonds*), e, neste mês de outubro, o recebimento dos dividendos de 2012 (€ 37,5 milhões) da PARPÚBLICA-Participações do Estado, SGPS, SA e da remuneração de capitais investidos na NAV - Navegação Aérea de Portugal, EPE, referentes ao ano de 2010 (€ 3,5 milhões€).
- As **ventas de bens e serviços** não obstante apresentarem uma variação homóloga até outubro de -4,7%, refletem neste mês de Outubro a arrecadação de receita no montante de € 47,4 milhões, referente à 1ª prestação da alienação de aeronaves F-16 à República da Roménia.
- As **transferências provenientes do orçamento da União Europeia** (UE), apresentam uma quebra de 7,8%. Para este comportamento contribui acentuadamente a redução do volume de transferências correntes provenientes da UE destinadas à Parque Escolar, E.P.E. no âmbito do Programa Operacional Valorização do Território do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), dado o reembolso ocorrido no final de 2012, antecipando verbas de 2013.

<sup>18</sup> Para este facto concorre também a distribuição variável dos pagamentos realizados pelas entidades patronais ao longo do período legal estabelecido para o efeito, o qual decorre até ao dia 15 do mês seguinte a que respeitam as contribuições.

<sup>19</sup> Em resultado do efeito das alterações previstas no artigo 79.º da Lei do OE para 2013, que aumenta a contribuição mensal das entidades empregadoras de 15% para 20% e alarga a base de incidência contributiva a remunerações isentas em 2012.

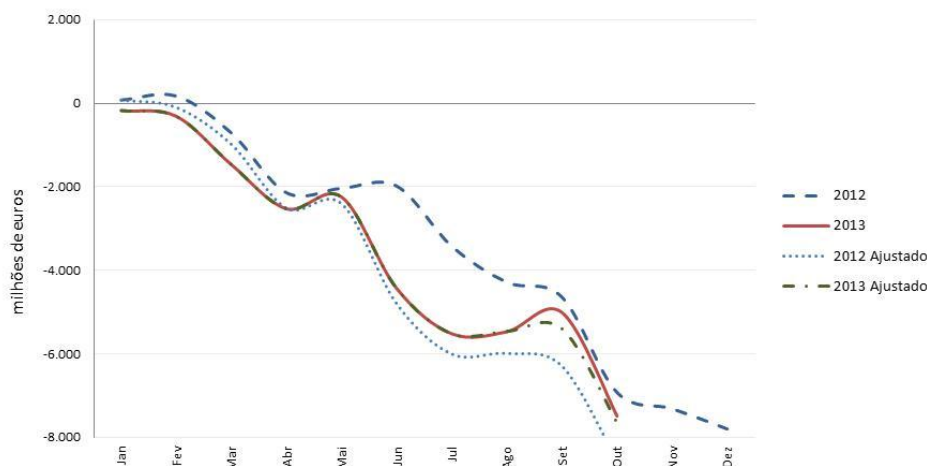
## 2.1. Administração Central

- As **outras receitas** apresentam um significativo decréscimo de € 2.522,9 milhões (-48,9%), para o qual contribuem as receitas extraordinárias arrecadadas em 2012, relativa à parte remanescente dos fundos de pensões do setor bancário (€ 2.783,9 milhões<sup>20</sup>) e ao leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel (€ 272,0 milhões). Esta tendência foi atenuada em setembro de 2013 pela entrega de € 400 milhões pela ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., provenientes do contrato de concessão de serviço público aeroportuário relativos aos aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores<sup>21</sup> e em outubro de 2013 devido ao maior volume (€ 77,5 milhões) das transferências provenientes da Segurança Social para o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP).

### SALDO

- O **saldo global acumulado da Administração Central** evidencia uma degradação face ao período homólogo de € 563,2 milhões, a qual é influenciada pelos efeitos base anteriormente referidos relativos à transferência dos fundos de pensões das instituições de crédito (€ 2.783,9 milhões), à receita extraordinária relativa ao leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel (€ 272 milhões) e à concessão de serviço público aeroportuário (€ 400 milhões), parcialmente compensado pelo plano de regularização de dívidas do SNS (€ 1.408,2 milhões em 2012 e € 237,8 milhões, em 2013). Corrigido destes fatores extraordinários, o saldo global apresentaria uma melhoria de € 922,3 milhões, em resultado da evolução favorável dos impostos diretos e do aumento das contribuições e quotizações da CGA que mais que compensa o acréscimo em despesa. Face ao mês anterior, verifica-se uma degradação justificada pela desaceleração do decréscimo da despesa com juros e outros encargos e ao crescimento da despesa com aquisição de bens e serviços.

Gráfico 5 – Saldo global da Administração Central – Valores acumulados



**Nota:** 2012 ajustado da receita da transferência de fundos de pensões de instituições de crédito, venda de frequências de 4G e pagamento de dívidas de anos anteriores na Saúde. 2013 ajustado da receita da concessão de serviço público aeroportuário e pagamento de dívidas de anos anteriores na Saúde.

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

<sup>20</sup> Correspondendo € 2.687,1 milhões a receita do subsector Estado e € 96,8 milhões a receita da CGA.

<sup>21</sup> Nos termos da alínea b) do nº 6 do contrato de concessão entre o Estado Português e a ANA, S.A. (cuja celebração foi autorizada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 104/2012, de 12 de dezembro), que, na sequência do pagamento de € 800,0 milhões em dezembro de 2012, estabeleceu este pagamento 8 meses após a data de assinatura.

Quadro 16 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações

(Período: janeiro a outubro) € Milhões

Setor / Saldo	Execução acumulada		Variação homóloga absoluta acumulada		Variação homóloga absoluta mensal	
	2012	2013	setembro	outubro	setembro	outubro
<b>Administração Central</b>	<b>-6.925,9</b>	<b>-7.489,1</b>	<b>-366,2</b>	<b>-563,2</b>	<b>833,4</b>	<b>-197,0</b>
<b>Estado</b>	<b>-7.322,7</b>	<b>-7.717,6</b>	<b>-305,9</b>	<b>-394,9</b>	<b>835,4</b>	<b>-89,0</b>
<b>Serviços e Fundos Autónomos sem EPR</b>	<b>1.054,0</b>	<b>867,7</b>	<b>23,2</b>	<b>-186,3</b>	<b>41,4</b>	<b>-209,5</b>
<i>Dos quais:</i>						
Serviço Nacional de Saúde	141,0	-148,1	-8,2	-289,1	131,1	-280,9
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	-76,0	-70,6	9,6	5,4	3,2	-4,1
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas	219,3	334,6	106,0	115,4	10,1	9,4
Fundo Português de Carbono	18,5	74,9	29,9	56,4	-15,8	26,4
Instituto de Emprego e Formação Profissional	127,7	127,1	21,2	-0,6	-28,8	-21,8
Instituto de Turismo de Portugal, IP	69,1	87,1	20,8	18,0	6,7	-2,8
Caixa Geral de Aposentações	184,1	168,7	-85,8	-15,4	-62,1	70,4
<b>Entidades Públicas Reclassificadas</b>	<b>-657,3</b>	<b>-639,3</b>	<b>-83,5</b>	<b>18,0</b>	<b>-43,3</b>	<b>101,5</b>
<i>Dos quais:</i>						
Estradas de Portugal	-401,0	-297,7	21,6	103,2	-57,1	81,6
Metro do Porto	-169,8	-58,8	83,3	111,0	-1,7	27,8
Metropolitano de Lisboa	-89,5	-7,0	36,4	82,5	10,2	46,1
REFER	-281,4	-286,8	-10,5	-5,4	-10,3	5,2
Parque Escolar	-134,7	-54,0	92,2	80,8	-3,0	-11,4
Rádio Televisão de Portugal	368,0	-3,4	-362,7	-371,3	9,1	-8,6
<b>Saldo global excluindo efeitos extraordinários(*)</b>	<b>-8.573,6</b>	<b>-7.651,4</b>	<b>896,1</b>	<b>922,3</b>	<b>344,2</b>	<b>26,2</b>

(\*) - Fundos de pensões de instituições de crédito, venda de frequências de 4 G, receita da concessão de serviço público aeroportuário e pagamento dívidas do Serviço Nacional de Saúde.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## 2.2. Segurança Social

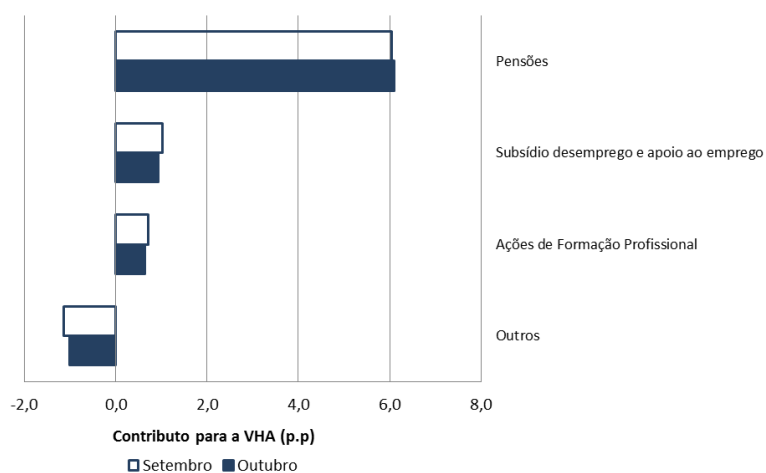
### DESPESA

- A **despesa efetiva** acumulada até outubro foi de € 20.542,7 milhões, o que representa um aumento de 6,7% face ao período homólogo.

Para esta evolução concorre a despesa com pensões (com um contributo de 6,1 p.p.), cuja variação em termos homólogos acumulados até outubro foi de 10,2%. Tal como nos meses anteriores, a despesa com pensões inclui o pagamento de dez duodécimos relativos ao 13º mês dos pensionistas, bem como parte do 14º mês de acordo com a legislação em vigor.

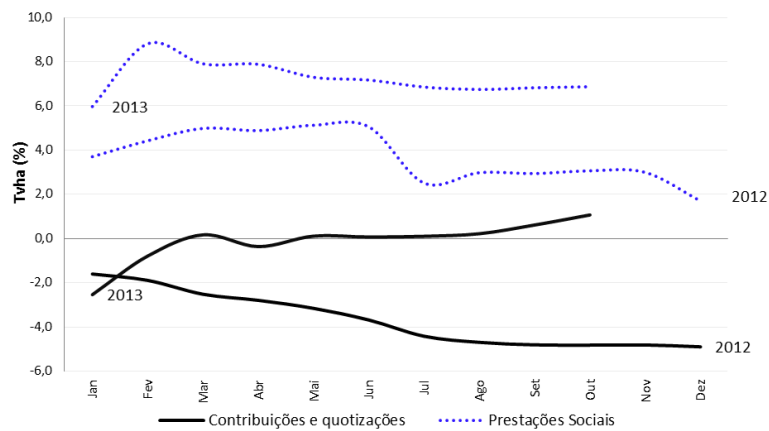
- Destaque ainda para as prestações associadas ao desemprego e ao apoio ao emprego (+8,4% face ao acumulado a outubro de 2012) e as ações de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu (variação de 13,6% face ao período transato).
- Referência também para o aumento da despesa associada ao Programa de Emergência Social (PES) e Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE), que no seu cômputo cresceu em termos acumulados, até outubro, € 70,9 milhões (ou 60,5%) face ao período homólogo.

Gráfico 6 – Despesa da Segurança Social



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Gráfico 7 – Contribuições e quotizações e prestações sociais



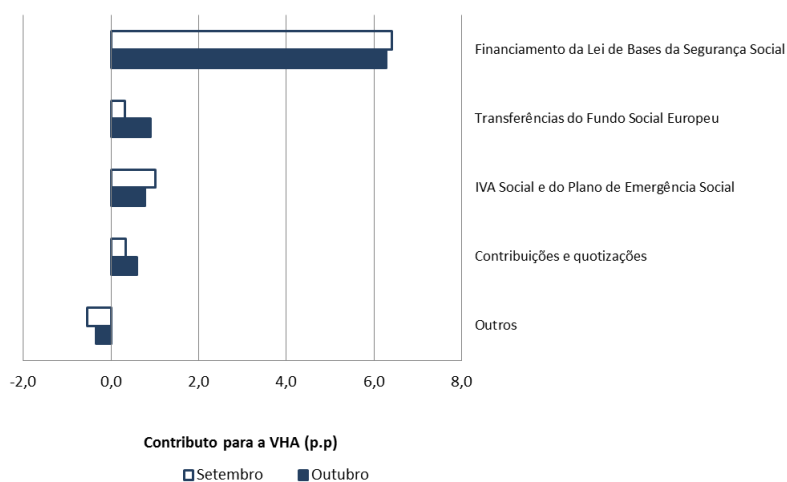
Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

### RECEITA

- A **receita efetiva** até outubro ascendeu a € 21.093,2 milhões, tendo implícito um acréscimo em termos homólogos de 8,2 %.
- Para esta evolução contribuiu fundamentalmente o aumento das transferências do Orçamento do Estado, onde se englobam as verbas afetas ao cumprimento da Lei de Bases e ao financiamento do défice da Segurança Social (+22,4% face ao período homólogo). Este aumento é sobretudo justificado pelo efeito da antecipação de transferências ocorrido em maio, bem como pelo reforço da transferência do Orçamento do Estado para financiamento do défice deste subsistema atribuído no primeiro Orçamento Retificativo.
- O aumento da receita efetiva é também justificado pelo aumento das verbas recebidas do Fundo Social Europeu (+14,9% em termos homólogos acumulados) e pela receita relativa ao IVA Social e ao Plano de Emergência Social, com um acréscimo de 22,6% face ao acumulado a outubro do ano transato.

## 2.2. Segurança Social

Gráfico 8 – Receita da Segurança Social

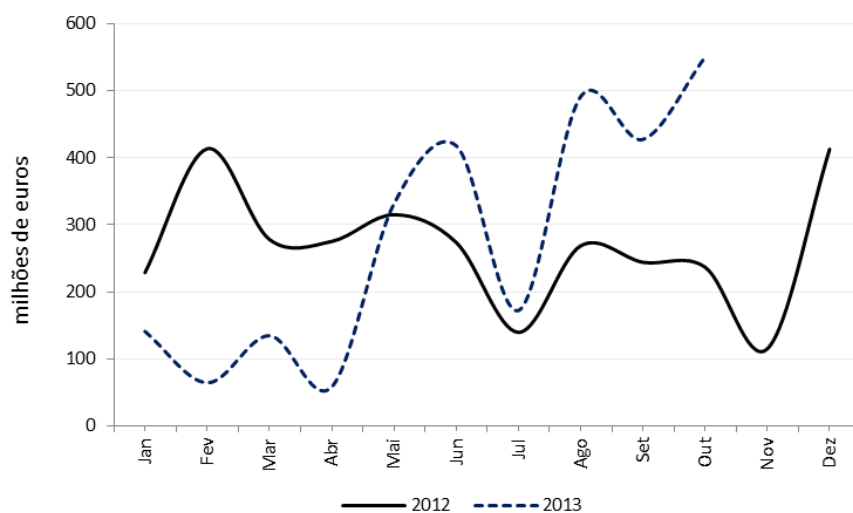


Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

### SALDO

- O **saldo global** do subsetor da Segurança Social apresentou um excedente acumulado de € 550,5 milhões, o que representa um acréscimo de € 313,8 milhões face ao acumulado a outubro do ano transato.

Gráfico 9 – Saldo Global da Segurança Social – valores acumulados



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Quadro 17– Execução orçamental da Segurança Social

(Período: janeiro a outubro)	€ Milhões				
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada %		Contributo para VHA outubro (em p.p.)
	2012	2013	setembro	outubro	
<b>Receita corrente</b>	<b>19.488,2</b>	<b>21.087,1</b>	<b>7,5</b>	<b>8,2</b>	<b>8,2</b>
Contribuições e quotizações	10.729,6	10.844,7	0,6	1,1	0,6
IVA Social e do Plano de Emergência Social	664,1	814,3	32,5	22,6	0,8
Transferências correntes da Administração Central	6.033,1	7.251,3	20,6	20,2	6,2
Transferências do Fundo Social Europeu	1.170,7	1.345,6	4,7	14,9	0,9
Outras receitas correntes	890,7	831,1	-12,3	-6,7	-0,3
<b>Receita de capital</b>	<b>4,6</b>	<b>6,1</b>	<b>31,3</b>	<b>31,4</b>	<b>0,0</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>19.492,9</b>	<b>21.093,2</b>	<b>7,5</b>	<b>8,2</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>19.234,9</b>	<b>20.528,9</b>	<b>6,6</b>	<b>6,7</b>	<b>6,7</b>
Prestações sociais	17.028,4	18.198,3	6,8	6,9	6,1
<i>das quais</i>					
Pensões	11.486,8	12.660,4	10,1	10,2	6,1
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.122,2	2.300,2	9,4	8,4	0,9
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário e BPN	406,2	398,8	-1,8	-1,8	0,0
Ações de Formação Profissional	1.057,8	1.186,7	11,5	12,2	0,7
Outras despesas correntes	742,6	745,1	0,2	0,3	0,0
<b>Despesas de capital</b>	<b>21,2</b>	<b>13,8</b>	<b>-58,4</b>	<b>-35,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>19.256,2</b>	<b>20.542,7</b>	<b>6,6</b>	<b>6,7</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>236,7</b>	<b>550,5</b>			

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

### 3. Administração Regional

#### DESPESA

- A despesa efetiva da Administração Regional (AR) registou, no final do mês de outubro, um crescimento de 63,7%, com contributos de 7,6 p.p. da despesa corrente e 56,1 p.p. da despesa de capital. Este comportamento continua a ser fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores na RAM, num montante total de € 864,7 milhões dos quais € 850,2 milhões dizem respeito à utilização do empréstimo bancário com aval do Estado no montante de cerca de € 1.100 milhões e €14,5 milhões à utilização do empréstimo do PAEF-RAM. Excluindo este efeito, a despesa efetiva da AR evidencia um aumento de 11,9%.
- A despesa corrente apresentou um crescimento homólogo de 8,7%. Na RAA, o aumento de 16% continua em linha com os meses anteriores e é determinado sobretudo pelas despesas com pessoal (19,2%) e pelas transferências, em particular, para as empresas públicas (21,6%) e, em menor grau, para as instituições sem fins lucrativos (14,7%). Na RAM, o crescimento de 3,3% resulta das despesas com pessoal (9,2%) e da aquisição de bens e serviços, com um agravamento de 4,8%, resultante dos pagamentos de concessões rodoviárias.
- A despesa de capital apresentou um crescimento de 441,2% (que se traduz num acréscimo próximo dos € 937 milhões), que continua a ser determinado pelo pagamento de dívidas comerciais da RAM. A variação líquida deste efeito, é de 33,9% (34,5% na RAM). Na RAA continua a destacar-se a aquisição de bens de capital, cuja execução excede já o dobro do período homólogo (101,2%), destacando-se as rubricas de edifícios, construções diversas e equipamento básico, explicadas pelo co-financiamento do Governo Regional aos projetos aprovados pela União Europeia e que deverão ser concluídos até ao final do ano de 2013, no âmbito do encerramento do respetivo quadro comunitário de apoio, bem como as transferências para fora do perímetro da Administração Regional (10,7%), relacionadas com programas de incentivos ao investimento privado.

Gráfico 10 – Despesa efetiva RAA

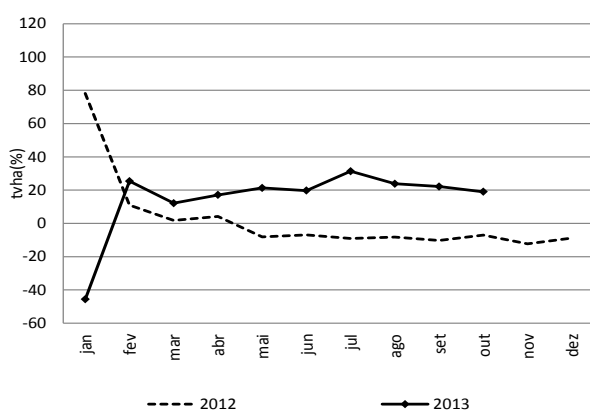
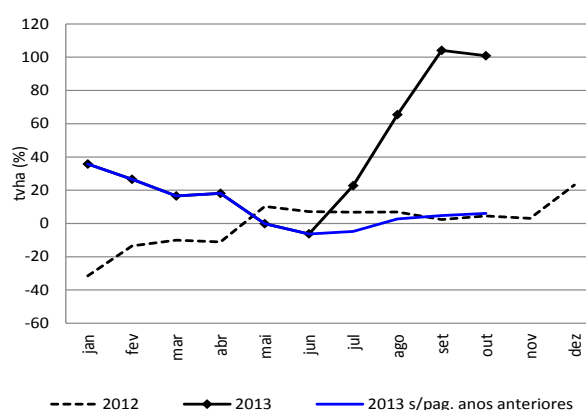


Gráfico 11 – Despesa efetiva RAM



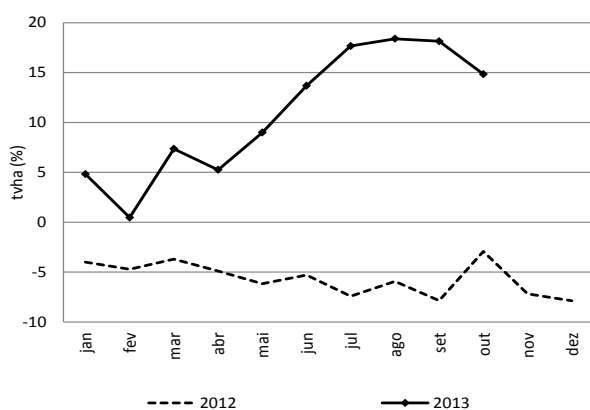
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

#### RECEITA

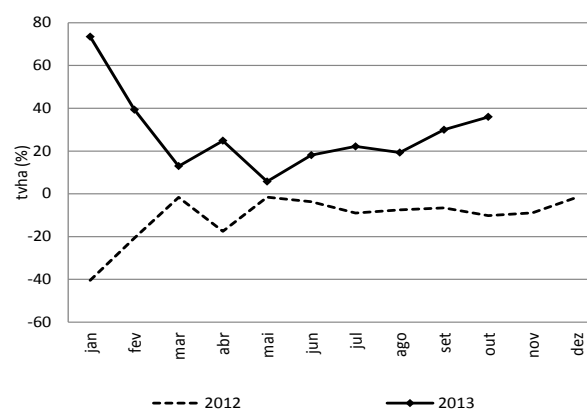
- A receita efetiva aumentou 25,3%, em termos homólogos, com contributos de 22,2 p.p. da receita corrente e 3,1 p.p. da receita de capital.
- A evolução positiva da receita corrente continua a ser comum às duas Regiões (33,4% na RAA e 24,8% na RAM), explicada sobretudo pelo aumento da receita fiscal (28,6% nos Açores e 24,7% na Madeira). O desempenho positivo ao nível da receita fiscal tem sido uma constante em 2013, com um grau de realização de 85,7%, excedendo em 2,4 p.p. o padrão para esta altura do ano, nomeadamente no IRC, cuja coleta ultrapassa já o montante previsto para 2013. Destaca-se ainda o recebimento da última *tranche* trimestral das transferências anuais previstas no Orçamento do Estado, em cumprimento do princípio da solidariedade.
- A receita de capital cresceu 14%, com comportamentos opostos nas duas Regiões. Nos Açores verificou-se um decréscimo de 21,7% (menos acentuado que o observado até setembro -27,7%) explicado por uma quebra nas transferências do Orçamento do Estado. Na realidade este decréscimo reflete a alteração de critério de registo contabilístico – até setembro apenas foram registadas como transferência de capital as relativas ao Fundo de Coesão da União Europeia. A *tranche* do último trimestre, recebida em outubro, já foi considerada na sua totalidade como transferência de capital. Na Madeira, o crescimento homólogo de 132,5% continua a ser muito influenciado pelo recebimento, no mês de setembro, da receita de € 80 milhões referentes à concessão da ANAM, SA – Aeroportos e Navegação da Madeira, SA.

Por sua vez, verifica-se ainda o comportamento positivo das transferências da União Europeia (46,2%), no âmbito do POVT, resultantes do aumento da comparticipação comunitária de projetos de investimento é comum às duas Regiões.

**Gráfico 12 – Receita efetiva RAA**



**Gráfico 13 – Receita efetiva RAM**



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## SALDO

- A Administração Regional apresentou um saldo orçamental de € -713,5 milhões (€ -747,4 milhões na RAM e € 33,9 milhões na RAA), o que representa um agravamento de € 656,3 milhões face ao registado em igual período do ano anterior. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores da RAM, o saldo da AR aumenta para € 151,2 milhões que compara com € -57,2 milhões no período homólogo (€ 117,3 milhões na RAM face a € -114,1 milhões em 2012). O saldo da RAA traduz uma deterioração orçamental de

### 3. Administração Regional

€ 23 milhões em termos homólogos, refletindo um crescimento da despesa (19%) a um ritmo superior ao da receita (14,9%).

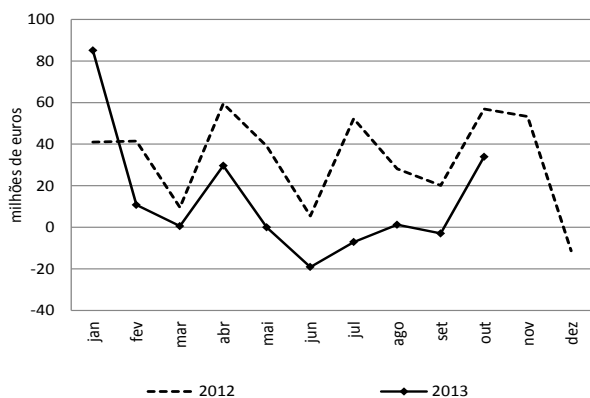
**Quadro 18 – Execução orçamental da Administração Regional**

(Período: janeiro a outubro)

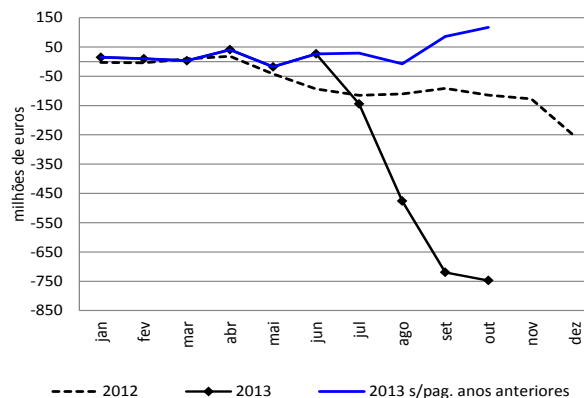
Natureza	Execução Acumulada M€		Variação Homóloga Acumulada (%)		VH implícita ao objetivo 2013 (%)	Contributo VH outubro (em p.p.)
	2012	2013	setembro	outubro		
<b>Receita Efetiva</b>	<b>1612,5</b>	<b>2020,1</b>	<b>24,2</b>	<b>25,3</b>	<b>17,4</b>	<b>25,3</b>
dq. Receita Fiscal	843,6	1065,6	26,1	26,3	15,1	13,8
Transferências do Orçamento do Estado	496,9	552,7	2,4	11,2	-0,5	3,5
Resto do Mundo	139,2	200,7	54,6	44,2	46,3	3,8
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>1669,7</b>	<b>2733,6</b>	<b>67,2</b>	<b>63,7</b>	<b>57,1</b>	<b>63,7</b>
dq. Despesa com Pessoal	545,0	621,4	14,3	14,0	13,7	4,6
Aquisição de bens e serviços	323,8	331,5	-3,4	2,4	-5,9	0,5
Aquisição de bens de capital	85,0	993,5	1162,3	1068,8	248,9	54,4
<b>Saldo Global</b>	<b>-57,2</b>	<b>-713,5</b>				
<i>Por memória :</i>						
Saldo Primário	14,1	-625,4				
Saldo Corrente	-201,3	29,1				
Saldo Capital	144,1	-742,6				

Fonte: Direção-Geral do Orçamento com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

**Gráfico 14 - Saldo Global da RAA**



**Gráfico 15 – Saldo Global da RAM**



Fonte: Direção-Geral do Orçamento



## DESPESA

- A Administração Local<sup>22</sup> registou, até ao final de outubro de 2013, um crescimento da despesa efetiva de 8,5%, face a igual período do ano anterior. Ambos os tipos de despesa, corrente e de capital, apresentaram uma tendência crescente, sendo que o primeiro contribuiu com 7,3 p.p., enquanto o segundo com 1,2 p.p. Este comportamento da despesa, que se tem verificado desde o início do ano, é justificado pelo pagamento de dívidas de anos anteriores, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), e portanto, excluindo este efeito, a taxa de crescimento da despesa seria de 1,4%.
- O aumento da despesa corrente (10,1%), embora diluído pela generalidade das suas componentes, ficou a dever-se, principalmente, às despesas com pessoal (3,5 p.p.) e à aquisição de bens e serviços (3,6 p.p.), sendo através destas últimas que, do lado da despesa corrente, são efetuados a maioria dos pagamentos ao abrigo do PAEL.
- Também a despesa de capital variou +4,4%, face ao ano anterior, assente quase na totalidade no crescimento da aquisição de bens de capital, com um contributo de 1,4 p.p. para a variação da despesa efetiva. É também no âmbito deste agrupamento de despesa que são efetuados pagamentos de dívidas de anos anteriores, no quadro do Programa em curso.
- É de salientar que, até ao fim de outubro, foram efetuados pagamentos ao abrigo do PAEL no montante € 378,7 Milhões, exclusivamente para regularização de dívidas de anos anteriores.

Gráfico 16 – Despesa Efetiva – Valores Acumulados

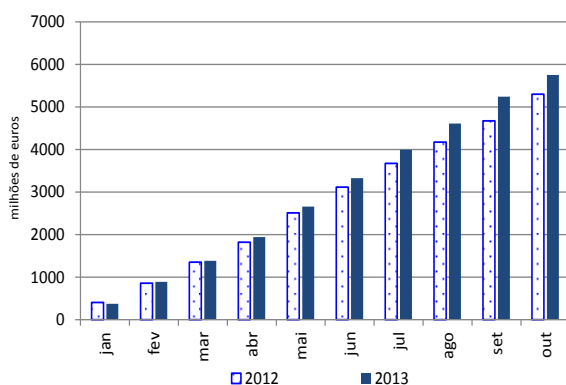
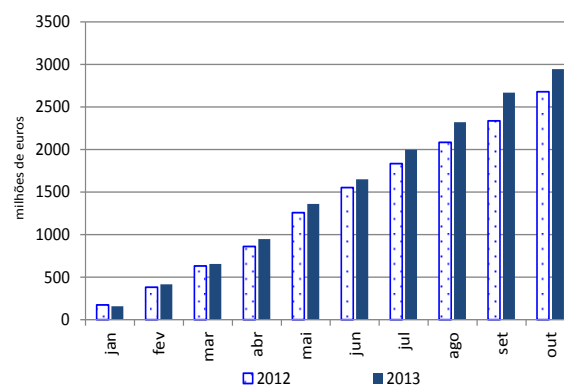


Gráfico 17 – Despesa Bens e Serviços e de Capital – Valores Acumulados



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

<sup>22</sup> A execução orçamental da AL abrange apenas municípios. A partir de janeiro de 2013, esta informação passou a ser elaborada para o universo total dos municípios (308), sendo feita uma estimativa para os municípios com reporte em falta. Refira-se que o saldo da execução orçamental da AL assim apurado é o saldo relevante para efeitos de apuramento do saldo das administrações públicas que compara com o limite do PAEL.

## 4. Administração Local

### RECEITA

- A receita efetiva do subsector registou uma variação homóloga de -7,1%, para a qual contribui, determinantemente, a receita de capital com -6,5 p.p., tendo a receita corrente também registado uma quebra (contributo negativo de 0,6 p.p.).
- A variação homóloga de -0,8% da receita corrente ficou a dever-se ao contributo inverso de duas principais rubricas, a receita fiscal (-4,8 p.p.) e as transferências ao abrigo da Lei das Finanças Locais (+4,3 p.p.). A primeira reflete a alteração do calendário de cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, uma vez que em 2012 o mês de outubro constituía o último momento de recebimento pelos municípios desse imposto o qual, em 2013, ocorrerá em dezembro. A segunda espelha o aumento da dotação do Fundo de Equilíbrio Financeiro face a 2012.
- Por seu lado, a receita de capital registou uma quebra na ordem dos 31,3%, face a 2012, generalizada pelas suas componentes. Note-se, no entanto, a redução mais acentuada na receita de transferências da Lei das Finanças Locais, em particular no Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital, com um contributo de -4,7 p.p. o que é justificado, mais uma vez, pela alteração da distribuição deste fundo, entre corrente e capital, em sede de Orçamento do Estado para 2013.

Gráfico 18 – Receita Efetiva – Valores Acumulados

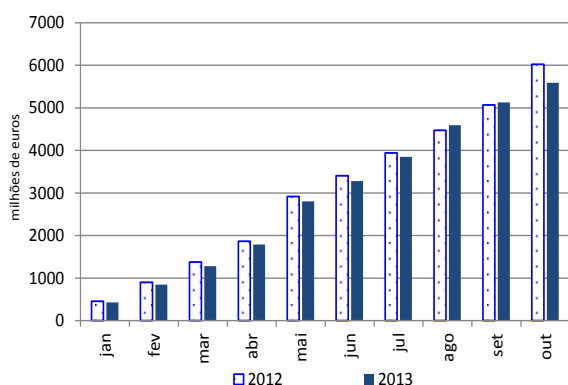
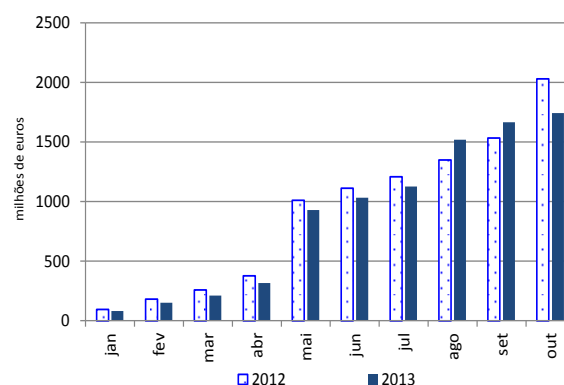


Gráfico 19 – Receita Fiscal – Valores Acumulados



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

### SALDO

- O subsector da Administração Local apresentou, até outubro, um saldo orçamental de € -158,7 milhões, resultado do aumento da despesa, conjugado com a quebra da receita. Para este saldo contribuiu um universo de reporte de 272 municípios, com um saldo € -110,4 milhões, tendo sido estimado, para o restante universo (36 municípios) um saldo de -48,3 milhões de euros.
- Note-se ainda que, excluindo o efeito do PAEL, a Administração Local apresentou um saldo orçamental positivo de € 220 milhões que compara com € 723,9 milhões em igual período do ano anterior.

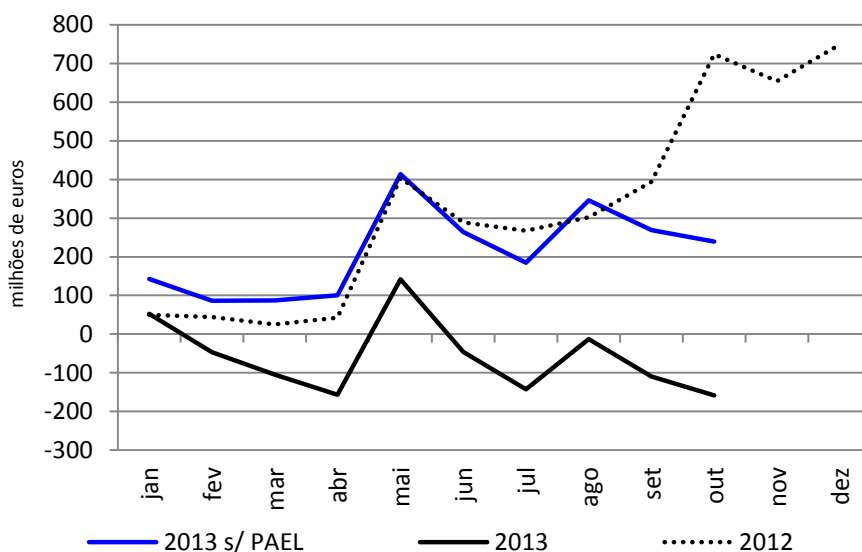
**Quadro 19 - Execução Orçamental dos Municípios**

(Período: janeiro a outubro)

Natureza	Execução acumulada M€		Variação homóloga acumulada (%)		VH implícita ao objetivo 2013 (%)	Contributo VH outubro (em p.p.)
	2012	2013	setembro	outubro		
	<b>Receita Efetiva</b>	<b>6.022,5</b>	<b>5.592,1</b>	<b>1,2</b>		
dq. Receita Fiscal	2.029,9	1.743,1	8,5	-14,1	7,2	-4,8
Transferências do Orçamento do Estado	1.902,4	1.877,5	0,2	-1,3	20,6	0,0
Resto do Mundo	569,3	462,6	-16,1	-18,7	-1,8	-0,3
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>5.298,6</b>	<b>5.750,8</b>	<b>12,1</b>	<b>8,5</b>	<b>9,7</b>	<b>8,5</b>
dq. Despesa com Pessoal	1.706,8	1.890,8	11,5	10,8	1,3	3,5
Aquisição de bens e serviços	1.460,6	1.653,1	18,9	13,2	5,9	3,6
Aquisição de bens de capital	1.218,9	1.290,6	8,7	5,9	35,6	1,4
<b>Saldo Global</b>	<b>723,9</b>	<b>-158,7</b>				
<i>Por memória :</i>						
Saldo Primário	842,3	-65,6				
Saldo Corrente	935,8	511,9				
Saldo Capital	-211,8	-670,6				
Saldo Global Reportado	723,9	-110,4				
Saldo Global Estimado	-	-48,3				

Fonte: Direção Geral do Orçamento com base nos dados do SIAL.

**Gráfico 20 - Saldo Global dos Municípios**



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## 5. Operações com ativos financeiros

- A despesa do Estado com ativos financeiros ascendeu em outubro a € 787,5 milhões. Esta despesa foi realizada sobretudo com o Mecanismo Europeu de Estabilidade (€ 401,5 milhões) e com a concessão de empréstimos a médio e longo prazo às empresas públicas reclassificadas (€ 323,6 milhões). A despesa acumulada situou-se nos € 5.074,2 milhões, o que representa 26,5% do total previsto na primeira alteração ao Orçamento do Estado para 2013.

**Quadro 20 – Despesa com ativos financeiros**

	€ Milhões						
	Execução dezembro	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	Execução Mensal			Execução Acumulada 2013	Grau de Execução (%)
			agosto	setembro	outubro		
<b>Empréstimos a curto prazo</b>	<b>14,8</b>	<b>18,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11,9</b>	<b>23,9</b>	<b>132,5</b>
<b>Empréstimos a médio e longo prazo</b>	<b>4.734,6</b>	<b>9.910,2</b>	<b>74,7</b>	<b>371,9</b>	<b>370,6</b>	<b>3.087,5</b>	<b>31,2</b>
Fundo de Resolução	0,0	1.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas	18,2	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	3.781,4	6.918,5	22,7	350,1	323,6	2.429,2	35,1
Administração pública regional	770,1	500,0	0,0	0,0	6,7	217,7	43,5
Administração local do continente	104,1	601,6	43,2	9,0	29,0	311,0	51,7
Empréstimo quadro - BEI	24,2	300,1	8,0	8,0	0,0	79,1	26,3
Administração local das regiões autónomas	9,8	57,8	0,0	4,6	10,0	38,6	66,8
Famílias	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	27,0	17,6	0,8	0,2	1,4	11,9	67,9
<b>Dotações de capital</b>	<b>1.589,7</b>	<b>1.613,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>401,5</b>	<b>803,8</b>	<b>49,8</b>
Mecanismo Europeu de Estabilidade	802,9	802,9	0,0	0,0	401,5	802,9	100,0
Holding Fundo Jessica e Fundo Salvaguarda do Património Cultural	21,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Simab, S.A.	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa Geral de Depósitos	750,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresarialização dos hospitais	0,0	223,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	0,0	583,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0
<b>Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira</b>	<b>5.400,0</b>	<b>7.500,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.100,0</b>	<b>14,7</b>
<b>Expropriações</b>	<b>1,7</b>	<b>4,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,5</b>	<b>36,7</b>
<b>Execução de garantias</b>	<b>64,4</b>	<b>92,2</b>	<b>2,0</b>	<b>1,0</b>	<b>3,5</b>	<b>17,5</b>	<b>19,0</b>
<b>Participações em organizações internacionais</b>	<b>4,9</b>	<b>44,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>40,1</b>	<b>91,1</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>11.810,3</b>	<b>19.181,7</b>	<b>77,5</b>	<b>372,9</b>	<b>787,5</b>	<b>5.074,2</b>	<b>26,5</b>

Fonte: Ministério das Finanças.

- As receitas com ativos financeiros apresentaram uma execução de € 41,9 milhões em outubro. Esta receita é principalmente procedente de dividendos da PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA (€ 37,5 milhões). A receita acumulada situa-se em € 1.914 milhões.

## 6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Quadro 21 – Principais receitas de ativos financeiros

Período: janeiro a outubro	Execução				€ Milhões
	dezembro	mensal			acumulada
	2012	agosto	setembro	outubro	2013
<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>522,9</b>	<b>45,7</b>	<b>2,8</b>	<b>37,6</b>	<b>813,5</b>
Juros	447,1	41,9	0,2	0,0	407,8
Dividendos	75,8	3,7	2,6	37,5	405,8
<b>Títulos a médio e longo prazo - Sociedades financeiras</b>	<b>300,0</b>	<b>150,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>430,0</b>
<b>Amortizações</b>	<b>137,9</b>	<b>2,4</b>	<b>5,4</b>	<b>0,1</b>	<b>650,2</b>
Empréstimos a curto prazo	14,8	0,0	4,0	0,0	4,0
Empréstimos a médio e longo prazos	123,1	2,4	1,4	0,1	646,2
<b>Alienação de partes sociais de empresas</b>	<b>2.208,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Outros activos financeiros</b>	<b>27,4</b>	<b>13,7</b>	<b>0,0</b>	<b>4,3</b>	<b>20,2</b>
<b>Total</b>	<b>3.196,3</b>	<b>211,8</b>	<b>8,2</b>	<b>41,9</b>	<b>1.914,0</b>

Fonte: Ministério das Finanças.

### SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- O SNS apresentou no final do mês de outubro, e face ao período homólogo, um decréscimo de receita de 15,4%, que, tal como mencionado em meses anteriores, está influenciado pelo recebimento, em agosto de 2012, da 2ª *tranche* das transferências da 1.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2012, totalizando € 1.500 milhões. A despesa apresentou um aumento de 1,4%.

## 6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Quadro 22 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada (%)		Contributo VHA outubro (em p.p.)
	2012	2013	setembro	outubro	
	Período: janeiro a outubro				
Transferências correntes	7.627,7	6.359,7	-18,5	-16,6	-16,1
Jogos Sociais	60,0	66,0	10,0	10,0	0,1
Venda de Bens e Serviços Correntes	97,1	146,1	27,1	50,5	0,6
Taxas Moderadoras	65,6	83,6	31,3	27,4	0,2
Outras receitas	32,0	9,3	-67,7	-70,9	-0,3
<b>Receita total</b>	<b>7.882,4</b>	<b>6.664,7</b>	<b>-17,5</b>	<b>-15,4</b>	
Despesas com o pessoal	663,9	766,2	16,8	15,4	1,5
Fornecimentos e serviços externos dos quais:	5.807,0	5.836,8	-1,6	0,5	0,4
Produtos vendidos farmácias	1.029,6	993,6	-3,0	-3,5	-0,5
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	551,6	566,9	2,9	2,8	0,2
Parcerias público-privadas (PPP)	273,5	327,4	20,8	19,7	0,8
Responsabilidades com as entidades públicas empresariais:	3.492,5	3.503,3	-3,6	0,3	0,2
Outra despesa	161,6	123,2	-24,9	-23,8	-0,6
<b>Despesa total</b>	<b>6.632,5</b>	<b>6.726,2</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,4</b>	
<b>Saldo</b>	<b>1.249,9</b>	<b>-61,5</b>			

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

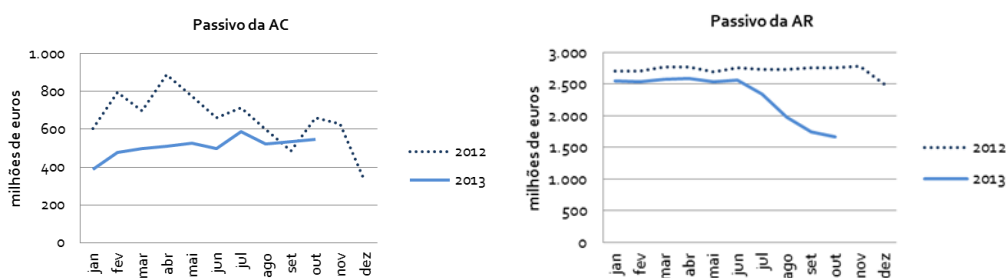
O saldo apresentado evidencia a perspetiva financeira, que é uma aproximação às contas nacionais, a receita inclui as transferências totais recebidas no ano, mas os custos são os do ano orçamental.

- Relativamente à **despesa** é de destacar o aumento dos encargos com as PPP em 19,7% (€ 53,9 milhões), explicado essencialmente pelo pleno funcionamento da unidade de Loures (€ 43 milhões), pelo aumento do valor da PPP de Braga (€ 16 milhões), enquanto se verificou uma redução dos encargos com o Centro de Atendimento do SNS – Linha saúde 24 (€ 5,7 milhões). As despesas com pessoal mantiveram uma trajetória de crescimento (15,4%), justificada pela reintrodução do pagamento dos subsídios de natal e de férias, bem como pelo aumento da contribuição da entidade patronal para a CGA. Ao contrário de meses anteriores, as responsabilidades com as entidades públicas empresariais apresentaram um aumento de 0,3% (-3,6%, em setembro), o que se traduziu num aumento de € 10,8 milhões. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica evidenciaram um crescimento de 2,8% (€ 15,3 milhões), em linha com o observado nos últimos dois meses e resultado do aumento dos custos com diálise. A outra despesa apresentou uma evolução de -23,8%, explicada essencialmente por uma quebra acentuada na aquisição de bens de capital (€ -32,3 milhões). Os produtos vendidos em farmácias continuaram a evidenciar um decréscimo (-3,5%).
- No que concerne à **receita**, registou-se uma evolução favorável em todos os itens de receita própria. A venda de bens e serviços correntes é a componente que evidenciou um maior crescimento (50,5%), seguida das taxas moderadoras (27,4%) e da receita de jogos sociais (10%). Em linha com o verificado no mês anterior, a receita total apresentou um abrandamento da variação negativa (-15,4% face a -17,5% no final do mês de setembro). Relembre-se que este decréscimo tem subjacentes as transferências extraordinárias da 1.ª alteração ao Orçamento do Estado para 2012, já mencionada, e a manutenção da utilização de saldos de tesouraria no presente exercício (com impacto transitório negativo nas receitas de transferências).
- O **saldo** do SNS no final de outubro foi de € - 61,5 milhões, apresentando uma deterioração de € 122,2 milhões face ao mês anterior.

### DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

- O passivo não financeiro das Administrações Públicas (AP) situou-se em € 4.477 milhões, menos € 75 milhões do que no mês anterior. Para esta redução relevam a administração regional (€ -83 milhões) e a administração local (€ -3 milhões), uma vez que a administração central teve um aumento de € 11 milhões.
- A administração central terminou o mês de outubro com € 548 milhões de passivo não financeiro. O aumento de € 11 milhões face ao mês anterior é essencialmente explicado pela componente de transferências para as administrações públicas (€ 6 milhões), sendo na sua maioria da responsabilidade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (€ 3 milhões) e da Direção Geral da Administração Interna (€ 2 milhões), pela componente de transferências para fora das AP (€ 9 milhões), para a qual contribuem, maioritariamente, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (€ 1,5 milhões), o Instituto para o Financiamento da Agricultura e das Pescas (€ 4,8 milhões) e o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (€ 4,3 milhões) e, por último, pelas outras componentes (€ 7 milhões), onde se destacam as contribuições para a CGA e para a segurança social que registaram uma variação de € 3,9 milhões e os juros e outros encargos (€ 1 milhão). Em sentido contrário, a aquisição de bens e serviços registou um decréscimo de € 12 milhões, sendo a variação mais significativa a da Lei de Programação Militar com € -14 milhões.
- A melhoria de € 83 milhões do passivo não financeiro da administração regional reflete, sobretudo, a diminuição de dívidas em aquisição de bens de capital (€ -41 milhões), em resultado da regularização de dívidas de anos anteriores da RAM, e em aquisição de bens e serviços (€ -42 milhões), reflexo, principalmente, da regularização referente às parcerias publico privadas rodoviárias também da RAM (€ -39,2 milhões).

Gráfico 21 – Passivo da Administração Central e Administração Regional – Stock em final de período



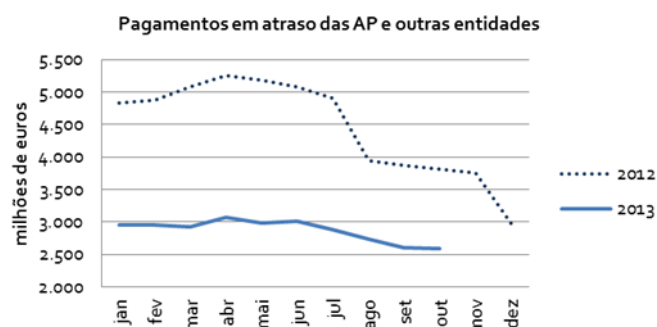
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- No final do mês de outubro, os pagamentos em atraso<sup>23</sup> diminuíram € 18 milhões face ao mês anterior, situando-se em € 2.593 milhões. Para esta redução contribuíram, em especial, a administração local com € -14 milhões, o subsector da saúde (excluindo hospitais EPE) com € -6 milhões e a administração regional com € -4 milhões.

<sup>23</sup> Os valores de outubro de 2013 não refletem integralmente os pagamentos no âmbito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas da Saúde (PERD).

## 6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Gráfico 22 - Pagamentos em atraso das Administrações Públicas – Stock em final de período



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## DESPESA/RECEITA COM TRATAMENTO DIFERENCIADO EM CONTAS NACIONAIS

Quadro 23 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais

Período: janeiro a outubro				€ Milhões		
Designação da operação	Registo Contabilidade Pública	Registo Contabilidade Nacional	Execução Mensal			Execução Acumulada
			agosto	setembro	outubro	2013
Regularização de dívidas anos anteriores			238,9	368,5	292,4	1.461,8
PAEL <sup>(1)</sup>	Despesa da AL	Registado em anos anteriores	17,1	32,0	19,3	378,7
Empréstimo RAM com aval do Estado	Despesa da AR	Registado em anos anteriores	212,3	336,5	45,8	850,2
SNS	Despesa dos SFA	Registado em anos anteriores	9,5	0,0	227,3	232,9
Contribuição Extraord. Solidariedade (SS)	Contribuições recebidas	Dedução a Prestações Sociais	13,1	13,1	12,3	118,3
Contribuição Extraord. Solidariedade (CGA)	Contribuições recebidas	Dedução a Prestações Sociais	32,8	32,8	30,2	298,6
Contribuição do setor bancário	Outras receitas correntes	Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	127,1
Dotação de capital - Banif	Ativos financeiros	Despesa de Capital	0,0	0,0	0,0	700,0
Receita concessão da ANA	Receita SI	Ativo financeiro	0,0	400,0	0,0	400,0

Notas: <sup>(1)</sup> valores de agosto e setembro revistos;

Fonte: Ministério das Finanças

# Síntese Execução Orçamental 2013

*Informação Estatística  
outubro*



## Nota sobre alteração Metodológica

---

Procede-se a partir da presente Síntese a uma alteração metodológica com efeitos tanto nos agregados da administração central e consequentemente das administrações públicas relativos ao período de janeiro a outubro de 2013, como nos relativos a janeiro a setembro que já haviam sido divulgados.

Esta alteração decorre dos procedimentos existentes relativamente ao reporte dos serviços e fundos autónomos. Estas entidades procedem mensalmente ao reporte da execução orçamental acumulada no sistema de informação de gestão orçamental (SIGO). Desta forma, uma situação de ausência de reporte num determinado mês traduz-se em valores de execução orçamental nula para o conjunto dos meses decorridos, podendo gerar distorção nos indicadores e na análise globais.

Assim, no sentido de atenuar aqueles impactos, nas situações de ausência de reporte de informação por parte de alguma entidade, passa a ser considerada, para efeitos de análise, a última execução acumulada reportada em mês anterior. As entidades com reporte em falta são identificadas nos quadros 7 e 8 do anexo estatístico.



## Índice

	Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
<a href="#">1 - Limites e execução do Saldo Global das Administrações Públicas</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-setembro 2013
<a href="#">3 - Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">4 - Conta consolidada da Administração Central</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">5 - Execução Orçamental do Estado</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">6 - Execução da Receita do Estado</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">10 - Execução Orçamental da Segurança Social, por natureza</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">11 - Execução Orçamental da Segurança Social por classificação económica</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">12 - Administração Regional</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">13 - Administração Local</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">14 - Despesa com Ativos Financeiros</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">15 - Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">16 - Dívida não Financeira da Administração Pública</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública</a>	22-novembro-13	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#">Glossário</a>			



## 1 - Limites e execução do Saldo Global das Administrações Públicas

	Execução 2012	I trim. 2013	II trim. 2013	julho 2013	agosto 2013	III trim. 2013	out. 2013
<b>€ Milhões</b>							
<b>Limites do PAEF</b>	<b>-9.028</b>	<b>-1.900</b>	<b>-6.000</b>			<b>-7.300</b>	
<b>Saldo das Administrações Públicas (Contabilidade Pública)</b>	<b>-7.134,6</b>	<b>-1.435,4</b>	<b>-4.055,8</b>	<b>-5.641,8</b>	<b>-5.467,8</b>	<b>-5.412,9</b>	<b>-7.810,9</b>
<b>Administração Central</b>	<b>-8.048,8</b>	<b>-1.469,4</b>	<b>-4.434,9</b>	<b>-5.520,0</b>	<b>-5.471,2</b>	<b>-5.008,0</b>	<b>-7.489,1</b>
Estado	-8.896,0	-1.852,0	-4.851,2	-5.696,6	-6.027,3	-5.443,1	-7.717,6
Serviços e Fundos Autónomos excluindo EPR	1.682,1	772,5	1.014,6	790,8	1.112,5	1.019,0	867,7
Entidades Públicas Reclassificadas	-834,9	-390,0	-598,4	-614,2	-556,5	-583,8	-639,3
<b>Administração Regional</b>	<b>-266,0</b>	<b>3,7</b>	<b>7,4</b>	<b>-151,6</b>	<b>-474,9</b>	<b>-722,5</b>	<b>-713,5</b>
Madeira	-254,9	3,1	26,4	-144,4	-476,2	-719,6	-747,4
Açores	-11,1	0,6	-19,1	-7,1	1,2	-2,9	33,9
<b>Administração Local</b>	<b>748,7</b>	<b>-104,4</b>	<b>-46,3</b>	<b>-142,6</b>	<b>-13,1</b>	<b>-109,9</b>	<b>-158,7</b>
Municípios com reporte de informação	748,7	-104,0	-45,5	-141,0	-11,2	-107,7	-110,4
<b>Segurança Social</b>	<b>431,5</b>	<b>134,7</b>	<b>418,1</b>	<b>172,3</b>	<b>491,4</b>	<b>427,5</b>	<b>550,5</b>
Ajustamentos PAEF							
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-93,4	0,2	-11,0	-11,1	-12,3	-13,3	-16,8
Programa de regularização de dívidas do setor da saúde	1.500,0			1,0	10,5	10,5	237,8
Fundos de pensões	-2.783,9	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1
PAEL - regularização de dívidas dos Municípios	13,3	132,4	271,7	310,3	327,4	359,4	378,7
RAM - regularização de dívidas				182,7	467,9	804,4	850,2
<b>Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)</b>	<b>-8.498,6</b>	<b>-1.351,0</b>	<b>-3.843,2</b>	<b>-5.207,0</b>	<b>-4.722,3</b>	<b>-4.299,9</b>	<b>-6.409,1</b>
<b>Diferencial (saldo critério desempenho - limite PAEF)</b>	<b>529,4</b>	<b>549,0</b>	<b>2.156,8</b>			<b>3.000,1</b>	

### Notas:

Valores atualizados com informação disponível até outubro

Fonte: Ministério das Finanças

## 2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

Período: janeiro a setembro						€ Milhões
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas	
<b>Receita corrente</b>	<b>28.890,6</b>	<b>17.753,4</b>	<b>5.657,1</b>	<b>19.002,9</b>	<b>51.225,7</b>	
Receita fiscal	25.680,5	740,6	2.909,8	0,0	29.330,9	
Impostos directos	11.984,5	21,6	2.269,8	0,0	14.276,0	
Impostos indirectos	13.695,9	719,0	639,9	0,0	15.054,9	
Contribuições de Segurança Social	380,0	3.226,0	5,9	9.796,6	13.408,5	
Outras receitas correntes	2.830,0	13.786,8	2.741,5	9.206,3	8.486,3	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	660,3	10.993,4	1.646,7	7.335,7		
<b>Receita de capital</b>	<b>604,4</b>	<b>935,5</b>	<b>1.434,8</b>	<b>5,1</b>	<b>2.052,4</b>	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	14,7	205,4	732,6	3,0		
<b>Receita efectiva</b>	<b>29.495,0</b>	<b>18.688,9</b>	<b>7.091,9</b>	<b>19.008,0</b>	<b>53.278,0</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>33.876,1</b>	<b>16.963,7</b>	<b>5.407,1</b>	<b>18.565,5</b>	<b>54.734,1</b>	
Consumo público	7.942,0	8.606,6	4.395,3	323,9	21.267,9	
Despesas com o pessoal	6.485,3	2.369,1	2.415,6	196,3	11.466,2	
Aquisição de bens e serviços	976,2	6.116,1	1.889,8	47,7	9.029,8	
Outras despesas correntes	480,6	121,4	90,0	79,8	771,8	
Subsídios	124,8	293,4	124,9	1.032,4	1.575,6	
Juros e outros encargos	4.547,0	429,0	166,9	1,8	5.144,7	
Transferências correntes	21.262,2	7.634,7	720,0	17.207,4	26.746,0	
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	19.239,6	335,0	14,8	488,9		
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.062,1</b>	<b>1.299,6</b>	<b>2.523,6</b>	<b>15,0</b>	<b>3.972,8</b>	
Investimentos	98,9	890,5	2.260,5	5,0	3.255,0	
Transferências de capital	956,1	398,9	243,3	10,0	680,8	
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	898,8	21,7	7,0	0,0		
Outras despesas de capital	7,0	10,2	19,8	0,0	37,0	
<b>Despesa efectiva</b>	<b>34.938,2</b>	<b>18.263,4</b>	<b>7.930,7</b>	<b>18.580,5</b>	<b>58.706,9</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-5.443,1</b>	<b>425,5</b>	<b>-838,8</b>	<b>427,5</b>	<b>-5.428,9</b>	
Despesa primária	30.391,1	17.834,3	7.763,8	18.578,7	53.562,2	
Saldo corrente	-4.985,5	789,6	250,0	437,5	-3.508,4	
Saldo de capital	-457,7	-364,1	-1.088,8	-9,9	-1.920,5	
Saldo primário	-896,1	854,6	-671,9	429,3	-284,2	

**Nota:**

Conta Consolidada das Administrações Públicas compilada com dados da execução orçamental publicados no Boletim da Síntese de Execução Orçamental de setembro de 2013.

Fonte: Ministério das Finanças

### 3 - Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Período: janeiro a outubro

	€ Milhões									
	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	Grau de Execução acumulado (%)
	2013	Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada			
<b>Receita corrente</b>	<b>65.262,1</b>	<b>4.472,6</b>	<b>48.911,8</b>	<b>5.144,7</b>	<b>52.540,9</b>	<b>15,0</b>	<b>7,4</b>	<b>6,9</b>	<b>7,9</b>	<b>80,5</b>
Receita fiscal	35.330,9	2.430,6	27.686,6	2.724,4	29.256,2	12,1	5,7	3,0	4,0	82,8
Impostos diretos	15.821,6	957,8	10.955,1	1.189,9	13.196,0	24,2	20,5	4,2	15,9	83,4
Impostos indiretos	19.509,3	1.472,8	16.731,5	1.534,5	16.060,2	4,2	-4,0	-1,3	-4,0	82,3
Contribuições de Segurança Social	18.471,8	1.319,1	13.878,8	1.453,4	14.856,0	10,2	7,0	1,8	9,5	80,4
Outras receitas correntes	11.459,4	722,9	7.346,4	966,9	8.428,8	33,8	14,7	2,0	18,7	73,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	82,4	6,2	54,6	7,7	54,1	24,1	-0,9	0,0	24,4	65,6
<b>Receita de capital</b>	<b>2.649,2</b>	<b>58,0</b>	<b>4.022,9</b>	<b>155,8</b>	<b>1.494,2</b>	<b>168,4</b>	<b>-62,9</b>	<b>-4,8</b>	<b>-54,9</b>	<b>56,4</b>
Venda de bens de investimento	187,0	1,6	9,9	49,2	90,3	3.002,8	815,3	0,2	1.124,6	48,3
Transferências de Capital	1.577,8	54,5	3.550,7	104,2	858,3	91,4	-75,8	-5,1	-65,6	54,4
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	60,9	0,1	7,1	0,9	13,4	612,4	88,2	0,0	567,2	21,9
Outras receitas de capital	884,3	2,0	462,4	2,4	545,6	18,9	18,0	0,2	-30,2	61,7
<b>Receita efetiva</b>	<b>67.911,3</b>	<b>4.530,6</b>	<b>52.934,7</b>	<b>5.300,5</b>	<b>54.035,2</b>	<b>17,0</b>	<b>2,1</b>		<b>2,3</b>	<b>79,6</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>73.684,9</b>	<b>6.403,3</b>	<b>56.340,7</b>	<b>7.279,9</b>	<b>58.423,1</b>	<b>13,7</b>	<b>3,7</b>	<b>3,5</b>	<b>6,1</b>	<b>79,3</b>
Consumo público	25.753,3	1.917,2	19.858,1	2.215,5	19.257,9	15,6	-3,0	-1,0	4,0	74,8
Despesas com o pessoal	12.803,2	945,2	9.642,4	999,3	10.119,2	5,7	4,9	0,8	8,9	79,0
Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	12.950,1	972,0	10.215,8	1.216,2	9.138,7	25,1	-10,5	-1,8	-0,4	70,6
Subsídios	2.459,0	131,5	1.034,6	228,8	1.693,0	74,0	63,6	1,1	23,2	68,8
Juros e outros encargos	7.962,3	1.608,9	7.101,8	1.916,6	6.894,7	19,1	-2,9	-0,3	0,4	86,6
Transferências correntes	37.510,2	2.745,7	28.346,1	2.919,0	30.577,5	6,3	7,9	3,7	7,8	81,5
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.175,5	206,4	1.631,2	199,8	1.816,9	-3,2	11,4	0,3	17,7	83,5
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.861,4</b>	<b>419,1</b>	<b>3.283,3</b>	<b>378,8</b>	<b>2.550,7</b>	<b>-9,6</b>	<b>-22,3</b>	<b>-1,2</b>	<b>-14,6</b>	<b>66,1</b>
Investimento	2.124,1	206,7	1.622,3	151,8	1.148,2	-26,6	-29,2	-0,8	-13,0	54,1
Transferências de capital	1.622,9	190,0	1.617,7	225,1	1.383,3	18,5	-14,5	-0,4	-19,5	85,2
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	978,4	144,3	1.119,6	164,7	878,3	14,2	-21,5	-0,4	-24,9	89,8
Outras despesas de capital	114,5	22,4	43,2	2,0	19,2	-91,2	-55,5	0,0	81,3	16,8
<b>Despesa efetiva</b>	<b>77.546,3</b>	<b>6.822,3</b>	<b>59.624,0</b>	<b>7.658,7</b>	<b>60.973,8</b>	<b>12,3</b>	<b>2,3</b>		<b>4,8</b>	<b>78,6</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-9.635,0</b>	<b>-2.291,7</b>	<b>-6.689,2</b>	<b>-2.358,2</b>	<b>-6.938,7</b>					
Ajustamentos PAEF										
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-88,2	-6,3	-62,7	-3,5	-16,8					
Transferência adicional para o SNS		4,0	1.408,2	227,3	237,8					
Fundos de pensões	-48,1	0,0	-2.783,9	0,0	-48,1					
<b>Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)</b>	<b>-9.771,3</b>	<b>-2.294,0</b>	<b>-8.127,7</b>	<b>-2.134,5</b>	<b>-6.765,8</b>					
Despesa primária	69.583,9	5.213,4	52.522,2	5.742,1	54.079,1	10,1	3,0			77,7
Saldo corrente	-8.422,8	-1.930,7	-7.428,8	-2.135,2	-5.882,2					
Saldo de capital	-1.212,2	-361,0	739,6	-223,0	-1.056,4					
Saldo primário	-1.672,7	-682,8	412,6	-441,6	-43,9					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	20.152,4	2.157,7	11.214,0	957,5	4.540,5	-55,6	-59,5			22,5
dos quais Receitas de:										
Alienação de partes de Capital	1.040,0	0,0	160,0	0,0	0,0	-	-100,0			0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	28.301,6	696,3	21.357,7	358,2	21.296,6	-48,6	-0,3			75,2

#### Notas:

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

O valor das rubricas residuais de receita do Objetivo 2013 foi revisto, por ajustamento de classificação entre "outras receitas de capital" e "outras receitas correntes".

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

Fonte: Ministério das Finanças

## 4 - Conta Consolidada da Administração Central

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Objetivo 2013		2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo		Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada		
	2013									
<b>Receita corrente</b>	<b>50.131,3</b>	<b>3.297,6</b>	<b>36.378,9</b>	<b>3.844,2</b>	<b>40.046,2</b>	<b>16,6</b>	<b>10,1</b>	<b>9,1</b>	<b>11,5</b>	
Impostos diretos	15.821,6	957,8	10.955,1	1.189,9	13.196,0	24,2	20,5	5,5	15,9	
Impostos indiretos	19.509,3	1.361,8	16.067,4	1.534,5	16.060,2	12,7	0,0	0,0	0,4	
Contribuições de Segurança Social	5.363,7	325,8	3.149,2	405,2	4.011,2	24,4	27,4	2,1	41,7	
Transferências Correntes	2.603,9	200,9	1.735,6	226,6	1.742,0	12,8	0,4	0,0	11,7	
Administrações Públicas	1.599,6	88,8	988,7	106,4	1.174,5	19,9	18,8	0,5	40,9	
Outras	1.004,3	112,1	746,9	120,1	567,6	7,1	-24,0	-0,4	-16,0	
Outras receitas correntes	6.832,8	451,2	4.471,5	488,0	5.036,8	8,2	12,6	1,4	18,5	
<b>Receita de capital</b>	<b>2.627,9</b>	<b>57,7</b>	<b>4.020,2</b>	<b>154,9</b>	<b>1.490,9</b>	<b>168,3</b>	<b>-62,9</b>	<b>-6,3</b>	<b>-55,2</b>	
Venda de bens de investimento	167,0	1,3	7,7	48,2	87,3	3.712,1	1.036,2	0,2	1.222,9	
Transferências de Capital	1.607,3	54,2	3.551,4	106,2	863,5	96,0	-75,7	-6,7	-65,0	
Administrações Públicas	90,4	-0,1	7,9	2,9	18,5	-2.243,9	134,9	0,0	513,4	
Outras	1.516,9	54,3	3.543,5	103,3	844,9	90,2	-76,2	-6,7	-66,9	
Outras receitas de capital	853,6	2,3	461,1	0,4	540,1	-82,7	17,1	0,2	-32,1	
<b>Receita efetiva</b>	<b>52.759,2</b>	<b>3.355,3</b>	<b>40.399,1</b>	<b>3.999,1</b>	<b>41.537,1</b>	<b>19,2</b>	<b>2,8</b>		<b>3,8</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>58.607,2</b>	<b>5.227,1</b>	<b>44.090,9</b>	<b>6.107,6</b>	<b>46.494,1</b>	<b>16,8</b>	<b>5,5</b>	<b>5,1</b>	<b>7,7</b>	
Despesas com o pessoal	12.541,6	925,1	9.434,7	978,4	9.901,9	5,8	5,0	1,0	9,0	
Aquisição de bens e serviços	11.211,0	857,9	9.230,7	1.183,5	8.318,0	37,9	-9,9	-1,9	-6,7	
Juros e outros encargos	7.955,2	1.608,8	7.099,8	1.916,4	6.892,7	19,1	-2,9	-0,4	0,3	
Transferências Correntes	24.495,5	1.625,0	16.990,3	1.868,8	20.149,6	15,0	18,6	6,7	14,7	
Administrações Públicas	11.811,4	746,0	7.604,5	925,9	9.883,8	24,1	30,0	4,8	19,2	
Outras	12.684,1	879,0	9.385,7	942,9	10.265,8	7,3	9,4	1,9	10,8	
Subsídios	936,2	106,2	508,6	135,9	567,7	27,9	11,6	0,1	25,6	
Outras despesas correntes	1.467,6	104,0	826,7	24,7	664,2	-76,3	-19,7	-0,3	71,1	
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.790,1</b>	<b>412,4</b>	<b>3.234,2</b>	<b>372,7</b>	<b>2.532,1</b>	<b>-9,6</b>	<b>-21,7</b>	<b>-1,5</b>	<b>-15,3</b>	
Investimento	2.082,8	205,9	1.605,5	147,1	1.138,4	-28,6	-29,1	-1,0	-13,7	
Transferências de capital	1.592,8	184,1	1.585,5	223,6	1.374,4	21,5	-13,3	-0,4	-20,3	
Administrações Públicas	982,0	144,7	1.122,0	164,8	881,1	13,9	-21,5	-0,5	-24,8	
Outras	610,8	39,4	463,5	58,8	493,3	49,3	6,4	0,1	-11,8	
Outras despesas de capital	114,5	22,4	43,2	2,0	19,2	-91,2	-55,5	-0,1	81,3	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>62.397,3</b>	<b>5.639,5</b>	<b>47.325,1</b>	<b>6.480,2</b>	<b>49.026,3</b>	<b>14,9</b>	<b>3,6</b>		<b>6,0</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-9.638,1</b>	<b>-2.284,1</b>	<b>-6.925,9</b>	<b>-2.481,2</b>	<b>-7.489,1</b>					
<i>Por memória:</i>										
Despesa primária	54.442,1	4.030,7	40.225,3	4.563,9	42.133,6	13,2	4,7			
Saldo corrente	-8.475,9	-1.929,5	-7.712,0	-2.263,4	-6.447,9					
Saldo de capital	-1.162,2	-354,6	786,0	-217,8	-1.041,2					
Saldo primário	-1.682,9	-675,4	173,9	-564,8	-596,4					

### Notas:

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

O valor das rubricas residuais de receita do Objetivo 2013 foi revisto, por ajustamento de classificação entre “outras receitas de capital” e “outras receitas correntes.”

Fonte: Ministério das Finanças

## 5 - Execução Orçamental do Estado

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Objetivo 2013		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo								
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)		
<b>Receita corrente</b>	<b>38.664,1</b>	<b>29.031,3</b>	<b>31.790,2</b>	<b>81,2</b>	<b>82,2</b>	<b>9,5</b>	<b>8,5</b>	<b>8,1</b>	
Receita Fiscal	34.233,2	26.128,4	28.333,0	81,5	82,8	8,4	6,8	6,8	
Impostos diretos	15.798,7	10.932,8	13.174,4	80,2	83,4	20,5	6,9	15,9	
Impostos indiretos	18.434,5	15.195,5	15.158,6	82,6	82,2	-0,2	-0,1	0,1	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	468,7	388,0	402,8	89,6	85,9	3,8	0,0	8,2	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	666,6	610,9	648,8	83,0	97,3	6,2	0,1	-9,5	
Transferências Correntes	1.000,5	678,8	749,7	80,5	74,9	10,5	0,2	18,7	
Administração Central	440,7	328,5	298,7	76,3	67,8	-9,1	-0,1	2,3	
Outros subsectores das AP	469,1	293,9	406,9	86,9	86,7	38,4	0,4	38,7	
Exterior	74,6	43,6	33,1	77,3	44,3	-24,2	0,0	32,4	
Outras transferências	16,0	12,8	11,0	71,3	68,8	-13,9	0,0	-10,7	
Outras Receitas Correntes	2.295,1	1.225,3	1.655,9	71,9	72,1	35,1	1,3	34,7	
<b>Receita de capital</b>	<b>1.090,9</b>	<b>3.249,5</b>	<b>658,6</b>	<b>79,2</b>	<b>60,4</b>	<b>-79,7</b>	<b>-8,0</b>	<b>-73,4</b>	
Venda de bens de investimento	107,3	0,1	64,8	5,5	60,4	54594,8	0,2	4852,6	
Transferências de capital	139,7	2.792,3	57,4	98,1	41,1	-97,9	-8,5	-95,1	
Administração Central	95,7	46,7	18,4	73,8	19,2	-60,7	-0,1	51,1	
Outros subsectores das AP	0,9	1,2	2,2	97,2	248,8	79,4	0,0	-29,9	
União Europeia	42,4	56,6	12,6	60,3	29,6	-77,8	-0,1	-54,8	
Outras transferências	0,7	2.687,8	24,3	100,0	3.716,7	-99,1	-8,3	-100,0	
Outras Receitas de Capital	844,0	457,1	536,4	36,4	63,6	17,4	0,2	-32,7	
<b>Receita efetiva</b>	<b>39.754,9</b>	<b>32.280,7</b>	<b>32.448,8</b>	<b>81,0</b>	<b>81,6</b>	<b>0,5</b>		<b>-0,3</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>47.029,1</b>	<b>37.578,3</b>	<b>38.896,7</b>	<b>81,8</b>	<b>82,7</b>	<b>3,5</b>	<b>3,3</b>	<b>2,4</b>	
Despesas com o pessoal	9.124,3	6.937,6	7.199,6	82,2	78,9	3,8	0,7	8,1	
Remunerações Certas e Permanentes	7.040,5	5.338,6	5.347,7	83,3	76,0	0,2	0,0	9,9	
Abonos Variáveis ou Eventuais	365,9	291,0	284,7	79,4	77,8	-2,2	0,0	-0,2	
Segurança social	1.717,9	1.308,0	1.567,2	78,6	91,2	19,8	0,7	3,3	
Aquisição de bens e serviços	1.685,6	1.153,8	1.130,6	69,9	67,1	-2,0	-0,1	2,2	
Juros e outros encargos	6.944,8	6.520,6	6.404,9	94,9	92,2	-1,8	-0,3	1,0	
Transferências correntes	27.813,6	22.418,7	23.502,5	79,5	84,5	4,8	2,7	-1,4	
Administração Central	13.906,3	12.922,7	11.515,6	80,5	82,8	-10,9	-3,6	-13,4	
Outros subsectores das Administrações Públicas	11.633,1	7.466,5	9.821,8	76,5	84,4	31,5	5,9	19,2	
União Europeia	1.556,2	1.554,7	1.705,6	87,8	109,6	9,7	0,4	-12,1	
Outras transferências	718,0	474,8	459,6	75,0	64,0	-3,2	0,0	13,5	
Subsídios	244,5	160,8	139,4	65,0	57,0	-13,3	-0,1	-1,1	
Outras despesas correntes	1.216,3	386,9	519,7	75,8	42,7	34,3	0,3	138,4	
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.772,5</b>	<b>2.025,1</b>	<b>1.269,7</b>	<b>71,8</b>	<b>71,6</b>	<b>-37,3</b>	<b>-1,9</b>	<b>-37,2</b>	
Investimento	377,6	217,6	111,1	33,0	29,4	-49,0	-0,3	-42,8	
Transferências de capital	1.294,4	1.775,5	1.150,9	83,5	88,9	-35,2	-1,6	-39,1	
Administração Central	269,0	578,1	218,9	86,0	81,4	-62,1	-0,9	-60,0	
Outros subsectores das Administrações Públicas	956,0	1.112,2	870,7	86,5	91,1	-21,7	-0,6	-25,7	
União Europeia	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-100,0	
Outras transferências	69,3	85,1	61,3	50,4	88,4	-28,0	-0,1	-58,9	
Outras despesas de capital	100,5	32,0	7,7	91,5	7,7	-76,0	-0,1	187,3	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>48.801,5</b>	<b>39.603,4</b>	<b>40.166,4</b>	<b>81,2</b>	<b>82,3</b>	<b>1,4</b>		<b>0,1</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-9.046,6</b>	<b>-7.322,7</b>	<b>-7.717,6</b>						
Despesas de anos anteriores		133,1	73,4						
Despesa primária	41.856,8	33.082,8	33.761,5	79,0	80,7	2,1		-0,1	
Saldo corrente	-8.365,0	-8.547,1	-7.106,5						
Saldo de capital	-681,6	1.224,4	-611,1						
Saldo primário	-2.101,8	-802,1	-1.312,7						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	17.521,9	9.448,2	3.978,0	83,3	22,7	-57,9			
<i>dos quais Receitas de:</i>									
Alienação de partes de Capital	1.000,0	160,0	-40,0	7,2	-4,0	-125,0			
Outros Ativos	1.659,8	248,5	1.096,2	53,5	66,0	341,2			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	26.968,1	20.579,0	20.640,7	98,9	76,5	0,3			

### Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Ministério das Finanças

## 6 - Receita do Estado

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Objetivo 2013	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
<b>Receita fiscal</b>	<b>34.233,2</b>	<b>26.128,4</b>	<b>28.333,0</b>	<b>81,5</b>	<b>82,8</b>	<b>8,4</b>	<b>6,8</b>	<b>6,8</b>
Impostos Diretos	15.798,7	10.932,8	13.174,4	80,2	83,4	20,5	6,9	15,9
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	11.649,9	7.311,1	9.498,8	80,5	81,5	29,9	6,8	28,2
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.138,7	3.357,4	3.670,0	78,4	88,7	9,3	1,0	-3,3
Outros	10,1	264,3	5,6	98,8	55,4	-97,9	-0,8	-96,2
Impostos Indiretos	18.434,5	15.195,5	15.158,6	82,6	82,2	-0,2	-0,1	0,1
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.125,6	1.787,7	1.747,1	84,5	82,2	-2,3	-0,1	0,5
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12.719,8	10.507,5	10.550,9	82,1	82,9	0,4	0,1	-0,6
Imposto sobre Veículos (ISV)	350,7	309,4	285,4	85,5	81,4	-7,8	-0,1	-3,1
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.316,0	1.104,9	1.064,4	81,6	80,9	-3,7	-0,1	-2,8
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	167,8	141,6	144,6	84,3	86,2	2,1	0,0	-0,1
Imposto do selo	1.512,6	1.141,9	1.130,2	84,1	74,7	-1,0	0,0	11,4
Imposto Único de Circulação (IUC)	198,6	162,5	200,0	82,2	100,7	23,1	0,1	0,5
Outros	43,4	39,8	36,0	76,7	83,0	-9,6	0,0	-16,5
<b>Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE</b>	<b>468,7</b>	<b>388,0</b>	<b>402,8</b>	<b>89,6</b>	<b>85,9</b>	<b>3,8</b>	<b>0,0</b>	<b>8,2</b>
Comparticipações para a ADSE	446,3	368,8	382,0	90,1	85,6	3,6	0,0	9,0
Outros	22,4	19,1	20,7	81,0	92,7	8,2	0,0	-5,4
<b>Receita não fiscal</b>	<b>5.053,1</b>	<b>5.764,4</b>	<b>3.713,0</b>	<b>78,0</b>	<b>73,5</b>	<b>-35,6</b>	<b>-6,4</b>	<b>-31,6</b>
Correntes	3.962,2	2.514,9	3.054,4	76,6	77,1	21,5	1,7	20,7
Taxas, Multas e Outras Penalidades	666,6	610,9	648,8	83,0	97,3	6,2	0,1	-9,5
Taxas	338,1	302,7	366,3	82,7	108,4	21,0	0,2	-7,6
Juros de mora e compensatórios	90,1	92,8	90,2	83,5	100,1	-2,8	0,0	-18,9
Multas do Código da Estrada	85,5	76,6	64,8	83,3	75,8	-15,4	0,0	-7,1
Outras multas e penalidades diversas	152,9	138,9	127,6	82,9	83,4	-8,2	0,0	-8,7
Rendimentos da Propriedade	1.130,5	238,3	819,2	45,2	72,5	243,7	1,8	114,5
Juros	718,5	160,1	408,0	35,8	56,8	154,8	0,8	60,5
Dividendos e participações nos lucros	408,6	77,2	410,0	100,0	100,4	431,1	1,0	429,3
Outros	3,4	1,0	1,1	48,1	33,6	10,5	0,0	58,2
Transferências Correntes	1.000,5	678,8	749,7	80,5	74,9	10,5	0,2	18,7
Administração Central	440,7	328,5	298,7	76,3	67,8	-9,1	-0,1	2,3
Outros subsectores das AP	469,1	293,9	406,9	86,9	86,7	38,4	0,4	38,7
Exterior	74,6	43,6	33,1	77,3	44,3	-24,2	0,0	32,4
Outros	16,0	12,8	11,0	71,3	68,8	-13,9	0,0	-10,7
Venda de Bens e Serviços Correntes	546,7	381,0	324,7	84,7	59,4	-14,8	-0,2	21,6
Outras Receitas Correntes	419,0	418,6	346,2	84,3	82,6	-17,3	-0,2	-15,6
Prémios e taxas por garantias de riscos	233,7	220,9	174,3	76,8	74,6	-21,1	-0,1	-18,8
Outras	185,3	197,8	171,9	94,6	92,8	-13,1	-0,1	-11,3
Recursos Próprios Comunitários	155,2	135,7	123,7	87,3	79,7	-8,9	0,0	-0,2
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	43,6	51,7	42,1	69,4	96,6	-18,4	0,0	-41,4
Capital	1.090,9	3.249,5	658,6	79,2	60,4	-79,7	-8,0	-73,4
Venda de Bens de Investimento	107,3	0,1	64,8	5,5	60,4	54.594,8	0,2	4.852,6
Transferências de Capital	139,7	2.792,3	57,4	98,1	41,1	-97,9	-8,5	-95,1
Administração Central	95,7	46,7	18,4	73,8	19,2	-60,7	-0,1	51,1
Outros subsectores das AP	0,9	1,2	2,2	97,2	248,8	79,4	0,0	-29,9
Exterior	42,4	56,6	12,6	60,3	29,6	-77,8	-0,1	-54,8
Outros	0,7	2.687,8	24,3	100,0	3.716,7	-99,1	-8,3	-100,0
Outras Receitas de Capital	722,6	283,7	435,8	26,1	60,3	53,6	0,5	-33,5
Saldo da Gerência Anterior	121,4	173,4	100,6	103,0	82,9	-42,0	-0,2	-27,9
<b>Receita efetiva</b>	<b>39.754,9</b>	<b>32.280,7</b>	<b>32.448,8</b>	<b>81,0</b>	<b>81,6</b>	<b>0,5</b>		<b>-0,3</b>
<i>Por memória:</i>								
Ativos Financeiros	2.659,8	408,5	1.056,2	15,3	39,7	158,6		
Alienação de partes sociais de empresas	1.000,0	160,0	-40,0	7,2	-	-		
Outros ativos	1.659,8	248,5	1.096,2	53,5	66,0	341,2		
Passivos Financeiros	143.417,1	102.118,0	84.880,8	91,1	59,2	-16,9		

### Notas:

Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR).

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

As transferências intra-setoriais são excluídas do quadro e, na parte que não é comum com a da despesa, são imputadas a outras receitas correntes e de capital.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Fonte: Ministério das Finanças

## 7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (inclui Entidades Públicas Reclassificadas)

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Objetivo 2013	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>25.754,3</b>	<b>20.598,8</b>	<b>20.069,8</b>	<b>80,2</b>	<b>77,9</b>	<b>-2,6</b>	<b>-2,4</b>	<b>0,2</b>
Receita Fiscal	1.097,7	894,2	923,2	85,7	84,1	3,2	0,1	5,2
Impostos diretos	22,9	22,3	21,6	100,0	94,2	-3,2	0,0	2,8
Impostos indiretos	1.074,8	871,9	901,6	85,4	83,9	3,4	0,1	5,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.895,1	2.761,3	3.608,5	82,4	73,7	30,7	3,9	46,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.824,4	1.259,2	1.304,6	80,5	71,5	3,6	0,2	16,6
Transferências Correntes	15.889,0	14.311,9	12.806,1	79,6	80,6	-10,5	-6,8	-11,6
Administração Central - Estado	13.846,3	12.926,5	11.515,0	80,5	83,2	-10,9	-6,4	-13,8
Outros subsectores das AP	1.130,4	694,8	767,6	87,2	67,9	10,5	0,3	41,9
União Europeia	815,2	557,0	444,9	58,9	54,6	-20,1	-0,5	-13,7
Outras transferências	97,1	133,5	78,6	75,6	80,9	-41,2	-0,2	-45,0
Outras Receitas Correntes	2.048,1	1.372,3	1.427,5	77,9	69,7	4,0	0,3	16,3
<b>Receita de capital</b>	<b>1.899,4</b>	<b>1.389,3</b>	<b>1.069,5</b>	<b>55,6</b>	<b>56,3</b>	<b>-23,0</b>	<b>-1,5</b>	<b>-24,0</b>
Venda de bens de investimento	59,1	7,6	22,5	72,3	38,1	197,1	0,1	464,5
Transferências de capital	1.831,2	1.380,4	1.043,3	55,5	57,0	-24,4	-1,5	-26,4
Administração Central - Estado	268,0	574,5	218,9	85,3	81,7	-61,9	-1,6	-60,2
Outros subsectores das AP	89,5	6,7	16,3	49,5	18,3	145,1	0,0	563,9
União Europeia	1.397,7	686,1	749,8	56,9	53,6	9,3	0,3	15,9
Outras transferências	76,0	113,1	58,2	19,0	76,6	-48,5	-0,2	-87,2
Outras Receitas de Capital	9,1	1,4	3,7	93,9	40,9	173,3	0,0	528,1
<b>Receita efetiva</b>	<b>27.653,8</b>	<b>21.988,2</b>	<b>21.139,3</b>	<b>78,0</b>	<b>76,4</b>	<b>-3,9</b>		<b>-1,9</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>25.865,2</b>	<b>19.763,8</b>	<b>19.411,2</b>	<b>79,2</b>	<b>75,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>-1,6</b>	<b>3,6</b>
Despesas com o pessoal	3.417,3	2.497,1	2.702,3	81,5	79,1	8,2	1,0	11,5
Remunerações Certas e Permanentes	2.607,4	1,3	55,7	0,1	2,1	4.339,9	0,3	12,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	219,4	0,2	2,0	0,1	0,9	1.177,6	0,0	8,9
Segurança social	590,5	2.495,7	2.644,6	460,4	447,9	6,0	0,7	8,9
Aquisição de bens e serviços	9.525,4	8.076,9	7.187,4	77,9	75,5	-11,0	-4,1	-8,1
Juros e outros encargos	1.010,5	579,3	487,8	55,0	48,3	-15,8	-0,4	-4,1
Transferências correntes	11.033,0	7.826,8	8.474,4	81,2	76,8	8,3	3,0	14,5
Administração Central - Estado	444,8	332,5	311,8	76,0	70,1	-6,2	-0,1	1,7
Outros subsectores das AP	178,3	138,1	62,1	91,1	34,8	-55,1	-0,4	17,7
União Europeia	47,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	96,0
Outras transferências	10.362,9	7.356,2	8.100,6	81,5	78,2	10,1	3,4	14,9
Subsídios	691,7	347,8	428,3	69,8	61,9	23,1	0,4	38,8
Outras despesas correntes	187,4	435,8	130,9	127,9	69,9	-70,0	-1,4	-45,0
<b>Despesa de capital</b>	<b>2.380,0</b>	<b>1.827,7</b>	<b>1.499,7</b>	<b>76,5</b>	<b>63,0</b>	<b>-17,9</b>	<b>-1,5</b>	<b>-0,4</b>
Investimento	1.705,2	1.387,8	1.027,4	79,1	60,2	-26,0	-1,7	-2,8
Transferências de capital	661,8	432,2	462,6	70,1	69,9	7,0	0,1	7,4
Administração Central - Estado	94,4	44,1	20,2	60,7	21,4	-54,2	-0,1	29,9
Outros subsectores das AP	26,0	9,8	10,4	49,0	39,9	6,4	0,0	30,8
União Europeia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	6,7
Outras transferências	541,4	378,4	432,0	72,3	79,8	14,2	0,2	3,4
Outras despesas de capital	13,0	7,6	9,7	40,5	74,8	27,1	0,0	-31,2
<b>Despesa efetiva</b>	<b>28.245,3</b>	<b>21.591,5</b>	<b>20.910,9</b>	<b>79,0</b>	<b>74,0</b>	<b>-3,2</b>		<b>3,3</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-591,5</b>	<b>396,7</b>	<b>228,4</b>					
Despesas de anos anteriores		1.308,6	664,7					
Despesa primária	27.234,8	21.012,2	20.423,0	79,9	75,0	-2,8		3,6
Saldo corrente	-110,9	835,1	658,6					
Saldo de capital	-480,6	-438,4	-430,2					
Saldo primário	418,9	976,0	716,3					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.862,7	279,2	454,0	8,9	24,4	62,6		
<i>dos quais Receitas de:</i>								
Alienação de partes de Capital	40,0	0,0	40,0	-	100,0	-		
Outros Ativos	1.707,7	2.325,8	481,7	89,7	28,2	-79,3		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.333,5	778,7	656,0	56,2	49,2	-15,8		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	896,1	430,4	84,8	-	-52,0		

### Notas:

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Os elementos em análise evidenciam a última execução acumulada reportada pelos organismos em falta, identifica-se a seguir os organismos faltosos e o mês de execução incluída nos dados da execução orçamental em análise:

#### 2012

Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL - mês janeiro

Empresa de Meios Aéreos, SA - mês julho

PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A. - não efetuaram qualquer reporte de execução até dezembro de 2012

#### 2013

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, IP - mês agosto

## 8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Objetivo 2013	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo							
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>2.552,7</b>	<b>1.949,4</b>	<b>1.914,8</b>	<b>74,2</b>	<b>75,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>-1,4</b>	<b>-2,9</b>
Receita Fiscal	655,8	565,9	530,6	83,9	80,9	-6,2	-1,4	-2,8
Impostos diretos	0,2	0,0	0,2	-	108,2	-	-	-
Impostos indiretos	655,6	565,9	530,4	83,9	80,9	-6,3	-1,4	-2,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Taxas, Multas e Outras Penalidades	345,5	228,7	310,8	82,3	90,0	35,9	3,3	24,4
Transferências Correntes	678,7	641,4	485,0	70,7	71,5	-24,4	-6,4	-25,2
Administração Central - Estado	455,5	379,3	385,6	81,1	84,7	1,7	0,3	-2,6
Outros subsectores das AP	45,4	31,2	32,0	82,2	70,5	2,8	0,0	19,8
União Europeia	168,9	224,2	63,1	57,7	37,4	-71,8	-6,6	-56,5
Outras transferências	8,9	6,8	4,3	49,7	48,2	-36,4	-0,1	-34,3
Outras Receitas Correntes	872,7	513,4	588,4	66,8	67,4	14,6	3,1	13,6
<b>Receita de capital</b>	<b>625,5</b>	<b>509,0</b>	<b>126,1</b>	<b>63,7</b>	<b>20,2</b>	<b>-75,2</b>	<b>-15,6</b>	<b>-21,7</b>
Venda de bens de investimento	38,8	4,1	14,7	84,6	37,8	253,7	0,4	691,2
Transferências de capital	586,4	503,7	109,9	63,6	18,7	-78,2	-16,0	-26,0
Administração Central - Estado	39,0	364,9	17,7	98,8	45,3	-95,2	-14,1	-89,4
Outros subsectores das AP	50,8	0,2	8,8	4,3	17,3	4.056,8	0,3	923,7
União Europeia	496,0	137,2	83,3	32,9	16,8	-39,3	-2,2	19,0
Outras transferências	0,6	1,4	0,2	100,3	27,3	-88,7	-0,1	-58,6
Outras Receitas de Capital	0,3	1,1	1,6	95,2	610,8	36,9	0,0	-78,7
<b>Receita efetiva</b>	<b>3.178,1</b>	<b>2.458,4</b>	<b>2.041,0</b>	<b>71,7</b>	<b>64,2</b>	<b>-17,0</b>		<b>-7,3</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>2.738,3</b>	<b>1.920,6</b>	<b>1.770,0</b>	<b>68,0</b>	<b>64,6</b>	<b>-7,8</b>	<b>-4,8</b>	<b>-3,1</b>
Despesas com o pessoal	726,0	554,6	582,4	81,2	80,2	5,0	0,9	6,3
Remunerações Certas e Permanentes	572,4	423,2	461,3	82,0	80,6	9,0	1,2	10,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	28,9	20,7	22,2	71,5	77,0	7,6	0,1	0,0
Segurança social	124,7	110,7	98,9	80,4	79,3	-10,7	-0,4	-9,4
Aquisição de bens e serviços	882,2	540,0	581,5	66,5	65,9	7,7	1,3	8,7
Juros e outros encargos	946,6	542,1	477,6	53,9	50,5	-11,9	-2,1	-5,9
Transferências correntes	71,7	25,3	23,1	74,5	32,2	-8,9	-0,1	110,7
Administração Central - Estado	4,4	2,3	0,3	77,4	7,4	-85,9	-0,1	47,9
Outros subsectores das AP	0,2	1,6	0,1	86,5	52,4	-93,0	0,0	-88,5
União Europeia	36,6	3,5	1,4	81,3	3,7	-60,7	-0,1	754,4
Outras transferências	30,4	18,0	21,3	72,1	70,0	18,4	0,1	21,9
Subsídios	32,4	21,8	22,3	78,0	68,7	2,4	0,0	16,2
Outras despesas correntes	79,4	236,8	83,1	89,8	104,7	-64,9	-4,9	-69,9
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.320,9</b>	<b>1.195,1</b>	<b>910,3</b>	<b>83,2</b>	<b>68,9</b>	<b>-23,8</b>	<b>-9,1</b>	<b>-8,1</b>
Investimento	1.320,9	1.194,7	892,1	83,2	67,5	-25,3	-9,7	-8,1
Transferências de capital	0,0	0,4	18,2	15.811,8	-	4.030,2	0,6	-97,3
Administração Central - Estado	0,0	0,0	0,0	100,0	-	-100,0	0,0	-100,0
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
União Europeia	0,0	0,0	18,2	-	-	-	-	-
Outras transferências	0,0	0,4	0,0	30.265,9	74,0	-100,0	0,0	-94,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
<b>Despesa efetiva</b>	<b>4.059,2</b>	<b>3.115,7</b>	<b>2.680,3</b>	<b>73,1</b>	<b>66,0</b>	<b>-14,0</b>		<b>-4,8</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-881,1</b>	<b>-657,3</b>	<b>-639,3</b>					
Despesas de anos anteriores		273,2	111,8					
Despesa primária	3.112,6	2.573,6	2.202,6	79,0	70,8	-14,4	-11,9	-4,4
Saldo corrente	-185,6	28,8	144,9					
Saldo de capital	-695,4	-686,1	-784,2					
Saldo primário	65,5	-115,2	-161,7					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-42,5	-19,5	-71,4	-7,1	-	266,3		
dos quais Receitas de:								
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-		
Outros Ativos	48,0	22,4	73,9	12,9	154,2	230,4		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.262,6	767,3	662,2	55,9	52,4	-13,7		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior		129,5	94,3	49,0	-	-27,2		

### Notas:

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Os elementos em análise evidenciam a última execução acumulada reportada pelos organismos em falta, identifica-se a seguir os organismos faltosos e o mês de execução incluída nos dados da execução orçamental em análise:

#### 2012

Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinagético e de Educação Ambiental, CIRPL - mês janeiro

Empresa de Meios Aéreos, SA - mês julho

PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A. - não efetuaram qualquer reporte de execução até dezembro de 2012

#### 2013

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, IP - mês agosto

## 9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Objetivo 2013	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo							
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>9.184,4</b>	<b>6.675,6</b>	<b>7.455,8</b>	<b>83,5</b>	<b>81,2</b>	<b>11,7</b>	<b>11,5</b>	<b>14,8</b>
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	4.889,7	2.757,2	3.605,1	82,4	73,7	30,7	12,5	46,1
Quotas e contribuições para a CGA	4.361,1	2.351,8	3.153,8	82,6	72,3	34,1	11,8	53,2
Compensação por pagamento de pensões	528,6	405,4	451,2	81,0	85,4	11,3	0,7	5,6
Subsectores das Administrações Públicas	505,3	387,5	430,0	80,9	85,1	11,0	0,6	5,5
Outras entidades	23,3	17,9	21,3	82,4	91,4	18,8	0,0	7,1
Transferências Correntes	4.124,2	3.799,4	3.676,7	84,8	89,2	-3,2	-1,8	-7,9
Orçamento do Estado	4.114,1	3.790,7	3.671,1	84,8	89,2	-3,2	-1,8	-7,9
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.853,2	3.579,9	3.431,0	84,9	89,0	-4,2	-2,2	-8,6
Compensação por pagamento de pensões	261,0	210,8	240,1	83,0	92,0	13,9	0,4	2,8
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	167,6	137,6	162,3	83,3	96,8	17,9	0,4	1,5
Subvenções vitalícias	6,4	5,3	5,3	84,7	82,8	1,1	0,0	3,5
Pensões de preço de sangue	30,2	24,1	25,4	80,6	84,1	5,7	0,0	1,3
Outras	56,7	43,8	47,0	83,0	82,9	7,3	0,0	7,4
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras transferências correntes	10,1	8,8	5,7	91,6	56,4	-35,5	0,0	4,8
Outras receitas correntes	170,5	118,9	174,0	68,9	102,0	46,3	0,8	-1,2
<b>Receita de capital</b>	<b>48,5</b>	<b>96,8</b>	<b>48,1</b>	<b>16,9</b>	<b>99,2</b>	<b>-50,3</b>	<b>-0,7</b>	<b>-91,5</b>
Transferências de Capital	48,5	96,8	48,1	16,9	99,2	-50,3	-0,7	-91,5
Outras entidades	48,5	96,8	48,1	16,9	99,2	-50,3	-0,7	-91,5
<b>Receita efectiva</b>	<b>9.232,9</b>	<b>6.772,4</b>	<b>7.503,9</b>	<b>79,0</b>	<b>81,3</b>	<b>10,8</b>		<b>7,7</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>9.344,8</b>	<b>6.588,2</b>	<b>7.335,2</b>	<b>82,1</b>	<b>78,5</b>	<b>11,3</b>	<b>11,3</b>	<b>16,5</b>
Despesas com o pessoal	8,3	5,7	5,8	83,2	70,3	2,9	0,0	21,8
Remunerações Certas e Permanentes	0,8	0,0	0,0	84,3	5,7	11,6	0,0	1.546,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Segurança social	7,5	5,6	5,8	83,2	77,2	2,9	0,0	10,9
Aquisição de bens e serviços	26,5	18,2	17,9	86,5	67,7	-1,6	0,0	25,8
Juros e outros encargos	4,3	0,4	0,4	6,7	8,4	-16,8	0,0	-34,0
Transferências	9.302,5	6.563,0	7.310,5	82,2	78,6	11,4	11,3	16,5
Pensões e abonos da responsabilidade de:								
Caixa Geral de Aposentações	8.500,9	5.916,7	6.621,1	82,2	77,9	11,9	10,7	18,1
Orçamento do Estado	254,5	199,8	238,0	80,1	93,5	19,1	0,6	2,1
Outras entidades	528,6	446,0	438,4	83,5	82,9	-1,7	-0,1	-1,0
Outras transferências correntes	18,5	0,5	12,9	99,1	69,7	2.435,8	0,2	3.503,9
Outras despesas correntes	3,3	0,9	0,7	87,0	19,8	-24,5	0,0	232,1
<b>Despesa de Capital</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>Despesa efectiva</b>	<b>9.344,8</b>	<b>6.588,2</b>	<b>7.335,2</b>	<b>82,1</b>	<b>78,5</b>	<b>11,3</b>		<b>16,5</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-111,9</b>	<b>184,1</b>	<b>168,7</b>					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-89,7	35,3	7,4	7,0	-8,2	-79,1		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	-	-	-		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-22,3	148,8	161,3					

### Notas:

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## 10 - Execução Orçamental da Segurança Social

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Objetivo 2013	Execução acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	Orçamento Retificativo							
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>25.375,8</b>	<b>19.488,2</b>	<b>21.087,1</b>	<b>80,6</b>	<b>83,1</b>	<b>8,2</b>	<b>8,2</b>	<b>4,9</b>
Contribuições e quotizações	13.108,1	10.729,6	10.844,7	82,0	82,7	1,1	0,6	0,2
IVA Social e do Plano de Emergência Social	976,0	664,1	814,3	74,5	83,4	22,6	0,8	9,4
Transferências correntes da Administração Central	8.677,2	6.033,1	7.251,3	75,0	83,6	20,2	6,2	7,9
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	7.868,6	5.472,4	6.697,9	74,6	85,1	22,4	6,3	7,2
Transferências do Fundo Social Europeu	1.567,5	1.170,7	1.345,6	99,5	85,8	14,9	0,9	33,3
Outras receitas correntes	1.046,9	890,7	831,1	90,0	79,4	-6,7	-0,3	5,8
<b>Receita de capital</b>	<b>24,4</b>	<b>4,6</b>	<b>6,1</b>	<b>59,5</b>	<b>24,9</b>	<b>31,4</b>	<b>0,0</b>	<b>213,5</b>
Venda de Bens de Investimento	20,0	2,2	3,0	82,9	15,0	37,8	0,0	659,4
Transferências do Orçamento do Estado	4,4	2,4	2,8	47,3	63,7	14,9	0,0	-14,7
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,3	109,2	1.409,8	1.769,1	0,0	44,8
<b>Receita Efetiva</b>	<b>25.400,2</b>	<b>19.492,9</b>	<b>21.093,2</b>	<b>80,6</b>	<b>83,0</b>	<b>8,2</b>		<b>5,0</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>25.350,4</b>	<b>19.234,9</b>	<b>20.528,9</b>	<b>81,1</b>	<b>81,0</b>	<b>6,7</b>	<b>6,7</b>	<b>6,8</b>
Prestações Sociais	22.317,7	17.028,4	18.198,3	80,7	81,5	6,9	6,1	5,8
Pensões	15.314,6	11.486,8	12.660,4	79,6	82,7	10,2	6,1	6,1
Sobrevivência	2.069,2	1.578,6	1.749,2	78,8	84,5	10,8	0,9	3,3
Invalidez	1.389,0	1.093,5	1.155,2	79,6	83,2	5,6	0,3	1,1
Velhice	11.820,6	8.781,7	9.717,9	79,7	82,2	10,7	4,9	7,3
Beneficiários dos antigos combatentes	35,8	33,0	38,0	98,1	106,3	15,4	0,0	6,4
Subsídio familiar a crianças e jovens	660,3	556,6	552,0	83,8	83,6	-0,8	0,0	-0,5
Subsídio por doença	410,6	346,3	319,3	83,6	77,8	-7,8	-0,1	-0,9
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.961,4	2.122,2	2.300,2	81,8	77,7	8,4	0,9	14,2
Complemento Solidário para Idosos	252,8	227,0	222,3	83,4	88,0	-2,0	0,0	-7,1
Outras prestações	716,1	693,0	584,5	86,2	81,6	-15,7	-0,6	-11,0
Ação social	1.688,6	1.266,3	1.296,0	82,5	76,8	2,3	0,2	10,0
Rendimento Social de Inserção	313,4	330,3	263,7	85,1	84,1	-20,2	-0,3	-19,2
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	502,3	406,2	398,8	78,7	79,4	-1,8	0,0	-2,7
Administração	305,3	229,9	233,3	80,9	76,4	1,5	0,0	7,4
Outras despesas correntes	559,8	512,7	511,7	86,6	91,4	-0,2	0,0	-5,4
<i>dos quais:</i>								
Transferências e subsídios correntes	559,8	512,7	511,7	86,6	91,4	-0,2	0,0	-5,4
Ações de Formação Profissional	1.665,4	1.057,8	1.186,7	85,3	71,3	12,2	0,7	34,3
<i>dos quais:</i>								
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.471,2	922,4	1.047,5	85,2	71,2	13,6	0,6	35,8
<b>Despesa de Capital</b>	<b>46,7</b>	<b>21,2</b>	<b>13,8</b>	<b>68,7</b>	<b>29,5</b>	<b>-35,0</b>	<b>0,0</b>	<b>51,2</b>
PIDDAC	4,4	1,5	1,7	54,6	39,3	11,3	0,0	54,9
Outras	42,3	19,7	12,1	70,1	28,5	-38,6	0,0	50,8
<b>Despesa efetiva</b>	<b>25.397,1</b>	<b>19.256,2</b>	<b>20.542,7</b>	<b>81,0</b>	<b>80,9</b>	<b>6,7</b>		<b>6,9</b>
<b>Saldo global</b>	<b>3,1</b>	<b>236,7</b>	<b>550,5</b>					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	767,8	1.486,6	108,5					
Alienação de partes de Capital	0,0							
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-764,7	-1.249,9	442,0					

### Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

## 11 - Execução Orçamental da Segurança Social por Classificação Económica

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	Execução acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>25.375,2</b>	<b>19.487,7</b>	<b>21.087,0</b>	<b>80,6</b>	<b>83,1</b>	<b>8,2</b>	<b>8,2</b>	<b>4,9</b>
Receitas fiscais	0,0	664,1	0,0	74,5	-	-100,0	-3,4	-100,0
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Impostos indiretos	0,0	664,1	0,0	74,5	-	-100,0	-3,4	-100,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	13.108,1	10.729,6	10.844,7	82,0	82,7	1,1	0,6	0,2
Taxas, Multas e Outras Penalidades	101,1	83,6	86,0	82,7	85,1	2,8	0,0	0,0
Transferências Correntes	11.432,9	7.350,8	9.563,2	78,3	83,6	30,1	11,4	21,7
Administração Central	9.663,6	6.035,5	8.067,3	75,0	83,5	33,7	10,4	20,1
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
União Europeia	1.567,6	1.170,7	1.345,6	99,5	85,8	14,9	0,9	33,3
Outras transferências	201,7	144,5	150,3	84,2	74,5	4,0	0,0	17,4
Outras receitas correntes	733,2	659,6	593,1	92,2	80,9	-10,1	-0,3	2,5
<b>Receita de capital</b>	<b>25,0</b>	<b>5,1</b>	<b>6,1</b>	<b>55,3</b>	<b>24,6</b>	<b>19,6</b>	<b>0,0</b>	<b>168,7</b>
Venda de bens de investimento	20,0	2,2	3,0	82,4	15,0	37,8	0,0	655,5
Transferências de capital	4,4	2,4	3,1	47,6	71,0	27,8	0,0	-14,3
Administração Central	4,4	2,4	3,1	47,5	71,4	28,6	0,0	-14,4
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
União Europeia	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	-100,0	-0,0	28,9
Outras transferências	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras Receitas de Capital	0,6	0,5	0,0	33,5	0,6	-99,3	-0,0	-62,6
<b>Receita efetiva</b>	<b>25.400,2</b>	<b>19.492,9</b>	<b>21.093,2</b>	<b>80,6</b>	<b>83,0</b>	<b>8,2</b>		<b>5,0</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>25.322,1</b>	<b>19.204,6</b>	<b>20.521,3</b>	<b>81,0</b>	<b>81,0</b>	<b>6,9</b>	<b>6,8</b>	<b>6,8</b>
Despesas com o pessoal	261,6	207,6	217,2	82,7	83,0	4,6	0,0	4,1
Aquisição de bens e serviços	88,0	60,2	54,9	75,7	62,3	-8,8	-0,0	10,8
Juros e outros encargos	7,1	2,0	2,0	90,6	28,5	0,9	0,0	221,1
Transferências correntes	23.262,1	18.398,7	19.041,6	83,2	81,9	3,5	3,3	5,2
Administração Central	585,8	970,1	526,4	159,5	89,9	-45,7	-2,3	-3,7
Outros subsectores das AP	25,6	99,4	20,4	396,7	79,4	-79,5	-0,4	2,3
União Europeia	4,4	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-20,4
Outras transferências	22.646,2	17.329,1	18.494,8	80,7	81,7	6,7	6,1	5,4
Subsídios	1.522,9	526,0	1.125,3	42,1	73,9	113,9	3,1	21,8
Outras despesas correntes	180,4	10,1	80,4	86,6	44,6	697,0	0,4	1.448,9
<b>Despesa de capital</b>	<b>75,0</b>	<b>51,6</b>	<b>21,3</b>	<b>108,8</b>	<b>28,5</b>	<b>-58,6</b>	<b>-0,2</b>	<b>58,1</b>
Investimento	41,3	16,9	9,7	62,0	23,6	-42,3	-0,0	51,4
Transferências de capital	33,7	34,7	11,6	172,0	34,4	-66,5	-0,1	67,1
Administração Central	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
União Europeia	0,3	0,3	0,0	44,0	0,0	-100,0	-0,0	-58,8
Outras transferências	33,4	34,4	11,6	176,7	34,7	-66,2	-0,1	71,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
<b>Despesa efetiva</b>	<b>25.397,1</b>	<b>19.256,2</b>	<b>20.542,7</b>	<b>81,0</b>	<b>80,9</b>	<b>6,7</b>		<b>6,9</b>
<b>Saldo global</b>	<b>3,1</b>	<b>236,7</b>	<b>550,5</b>					
Despesas de anos anteriores								
Despesa primária	25.390,0	19.254,2	20.540,7	81,0	80,9	6,7		6,9
Saldo primário	10,2	238,7	552,5					
Saldo corrente	53,1	283,1	565,7					
Saldo de capital	-50,0	-46,5	-15,2					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	767,8	1.486,6	108,5	91,8	14,1	-92,7		
<i>dos quais Receitas de:</i>								
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-		
Outros Ativos	27.251,3	8.282,1	15.774,1	75,6	57,9	90,5		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	-	-	-		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-764,7	-1.249,9	442,0					

### Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

## 12 - Administração Regional

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores		VH (%)	R. Autónoma da Madeira		VH (%)	Administração Regional						
	Execução Acumulada			Execução Acumulada			Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE 2013 (%)
	2012	2013		2012	2013		2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>540,5</b>	<b>720,8</b>	<b>33,4</b>	<b>715,6</b>	<b>893,0</b>	<b>24,8</b>	<b>1.256,1</b>	<b>1.613,8</b>	<b>78,8</b>	<b>113,3</b>	<b>28,5</b>	<b>22,2</b>	<b>-10,6</b>
Receita Fiscal	350,2	450,3	28,6	493,3	615,3	24,7	843,6	1.065,6	78,1	85,7	26,3	13,8	15,1
Impostos diretos	127,0	179,2	41,1	176,4	285,3	61,7	303,4	464,6	72,6	87,8	53,1	10,0	26,6
<i>dos quais:</i>													
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	106,6	140,1	31,4	132,9	167,2	25,8	239,5	307,3	74,5	75,8	28,3	4,2	26,1
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	20,4	39,1	91,7	43,5	113,5	160,9	63,9	152,6	69,2	123,5	138,8	5,5	33,9
Impostos indiretos	223,2	271,0	21,4	316,9	330,0	4,1	540,2	601,0	81,6	84,2	11,3	3,8	7,9
<i>dos quais:</i>													
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	137,5	181,0	31,6	211,5	229,3	8,4	349,0	410,3	82,7	87,9	17,6	3,8	10,7
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3,1	4,1	32,3	4,3	3,3	-23,3	7,5	7,4	82,4	79,0	-1,3	0,0	3,9
Taxas, Multas e Outras Penalidades	15,5	15,5	0,0	22,5	20,9	-7,1	38,0	36,4	81,1	71,8	-4,2	-0,1	8,3
Rendimentos da Propriedade	1,5	3,5	133,3	8,5	8,4	-1,2	10,0	11,9	68,0	88,7	19,0	0,1	-8,3
Transferências Correntes	153,7	231,1	50,4	156,7	221,7	41,5	310,4	452,8	80,3	118,5	45,9	8,8	-1,1
Administração Central - Estado	139,0	212,2	52,7	129,0	192,2	49,0	268,0	404,4	79,7	118,5	50,9	8,5	1,4
Outros subsectores das AP	7,5	7,8	4,0	13,4	12,1	-9,7	20,9	19,9	91,7	141,4	-4,8	-0,1	-38,3
Resto do mundo	6,3	10,1	60,3	13,9	16,6	19,4	20,2	26,7	79,1	101,3	32,2	0,4	3,2
Outras transferências	0,9	0,9	0,0	0,4	0,8	100,0	1,2	1,7	72,5	324,2	41,7	0,0	-68,6
Venda de bens e serviços correntes	15,0	12,4	-17,3	11,7	14,8	26,5	26,7	27,2	80,2	49,9	1,9	0,0	63,4
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,9	1,6	77,8	0,5	4,6	820,0	1,4	6,1	58,4	95,2	335,7	0,3	169,8
Outras receitas correntes	0,7	2,4	242,9	17,9	4,0	-77,7	18,6	6,4	83,6	113,1	-65,6	-0,8	-74,7
<b>Receita de capital</b>	<b>274,0</b>	<b>214,6</b>	<b>-21,7</b>	<b>82,4</b>	<b>191,6</b>	<b>132,5</b>	<b>356,4</b>	<b>406,2</b>	<b>85,2</b>	<b>66,4</b>	<b>14,0</b>	<b>3,1</b>	<b>46,2</b>
Venda de Bens de Investimento	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	81,8	6,0	-50,0	0,0	809,5
Transferências de Capital	273,6	214,1	-21,7	82,2	111,6	35,8	355,8	325,7	85,3	63,1	-8,5	-1,9	23,7
Administração Central - Estado	187,2	106,6	-43,1	41,7	41,7	0,0	228,9	148,3	96,5	64,7	-35,2	-5,0	-3,2
Outros subsectores das AP	4,5	2,6	-42,2	1,5	0,8	-46,7	6,0	3,4	53,7	22,1	-43,3	-0,2	38,1
Resto do mundo	79,9	104,9	31,3	39,1	69,0	76,5	119,0	174,0	71,2	68,1	46,2	3,4	52,9
Outras transferências	2,0	0,1	-95,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,1	100,0	0,3	-95,0	-0,1	700,4
Outras receitas de capital	0,4	0,4	0,0	0,0	80,0	0,0	0,4	80,4	44,8	100,2	20.000,0	5,0	9.067,9
<b>Receita Efetiva</b>	<b>814,5</b>	<b>935,5</b>	<b>14,9</b>	<b>797,9</b>	<b>1.084,6</b>	<b>35,9</b>	<b>1.612,5</b>	<b>2.020,1</b>	<b>80,1</b>	<b>85,5</b>	<b>25,3</b>		<b>17,4</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>627,1</b>	<b>727,3</b>	<b>16,0</b>	<b>830,3</b>	<b>857,3</b>	<b>3,3</b>	<b>1.457,4</b>	<b>1.584,7</b>	<b>80,8</b>	<b>71,7</b>	<b>8,7</b>	<b>7,6</b>	<b>22,4</b>
Despesas com o pessoal	264,3	315,0	19,2	280,7	306,4	9,2	545,0	621,4	82,3	82,5	14,0	4,6	13,7
Remunerações Certas e Permanentes	212,2	244,7	15,3	236,8	251,7	6,3	449,0	496,4	82,7	82,4	10,6	2,8	11,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	11,9	11,6	-2,5	3,9	3,3	-15,4	15,8	14,9	78,7	75,7	-5,7	-0,1	-2,2
Segurança social	40,2	58,8	46,3	40,0	51,4	28,5	80,2	110,1	80,6	84,4	37,3	1,8	31,2
Aquisição de bens e serviços	92,6	89,2	-3,7	231,2	242,3	4,8	323,8	331,5	77,3	84,1	2,4	0,5	-5,9
Juros e outros encargos	22,2	30,3	36,5	49,2	57,7	17,3	71,4	88,1	77,5	22,0	23,4	1,0	334,2
Transferências	214,7	251,1	17,0	235,7	230,1	-2,4	450,3	481,2	84,7	87,7	6,9	1,9	3,2
Subsectores das AP	1,5	1,5	0,0	0,3	0,8	166,7	1,8	2,3	90,6	0,4	27,8	0,0	27.224,1
Outras transferências	213,2	249,6	17,1	235,4	229,3	-2,6	448,5	478,9	84,6	-	6,8	1,8	-100,0
Subsídios	23,5	29,4	25,1	14,1	19,3	36,9	37,7	48,7	59,2	62,2	29,2	0,7	23,1
Outras despesas correntes	9,8	12,3	25,5	19,5	1,4	-92,8	29,3	13,7	81,9	39,1	-53,2	-0,9	-1,9
<b>Despesa de Capital</b>	<b>130,5</b>	<b>174,2</b>	<b>33,5</b>	<b>81,8</b>	<b>974,7</b>	<b>1.091,6</b>	<b>212,3</b>	<b>1.148,9</b>	<b>44,8</b>	<b>83,8</b>	<b>441,2</b>	<b>56,1</b>	<b>189,1</b>
Aquisição de bens de capital	33,7	67,8	101,2	51,2	925,7	1.708,0	85,0	993,5	26,2	87,8	1.068,8	54,4	248,9
Transferências	96,4	106,1	10,1	30,6	49,0	60,1	127,0	155,1	85,0	67,0	22,1	1,7	54,9
Subsectores das AP	8,5	8,6	1,2	5,0	12,5	150,0	13,5	21,1	86,4	72,3	56,3	0,5	87,4
Outras transferências	88,0	97,4	10,7	25,6	36,6	43,0	113,6	134,0	84,9	66,3	18,0	1,2	51,1
Outras despesas de capital	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	83,3	4,2	0,0	0,0	1.906,8
<b>Despesa efetiva</b>	<b>757,6</b>	<b>901,5</b>	<b>19,0</b>	<b>912,1</b>	<b>1.832,1</b>	<b>100,9</b>	<b>1.669,7</b>	<b>2.733,6</b>	<b>73,3</b>	<b>76,4</b>	<b>63,7</b>		<b>57,1</b>
<b>Saldo global</b>	<b>56,9</b>	<b>33,9</b>		<b>-114,15</b>	<b>-747,4</b>		<b>-57,2</b>	<b>-713,5</b>					
Despesa primária	735,4	871,2	18,5	862,9	1.774,3	105,6	1.598,4	2.645,5	73,1	83,2	65,5		45,4
Saldo primário	79,1	64,3	-65,0	-689,7			14,1	-625,4					
Saldo corrente	-86,6	-6,5	-114,7	35,7			-201,3	29,1					
Saldo de capital	143,5	40,5	0,5	-783,1			144,1	-742,7					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,4	-0,3		229,3	15,5		229,7	15,2					
<i>dos quais Receitas de:</i>													
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0					
Outros Ativos	-0,1	-0,3		-0,5	-5,4		-0,7	-5,7					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,4	-13,6		652,5	926,5		652,9	912,9					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	57,0	20,7		309,1	163,6		366,0	184,2					

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	2012	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada			VH implícita ao OE 2013 (%)
		2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo (pp)	VH	
<b>Receita corrente</b>	<b>5.573,2</b>	<b>4.765,6</b>	<b>4.729,2</b>	<b>85,5</b>	<b>77,9</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,6</b>	<b>8,9</b>	
Receita Fiscal	2.224,0	2.029,9	1.743,1	91,3	73,1	-14,1	-4,8	7,2	
Impostos diretos	2.088,9	1.918,1	1.632,7	91,8	72,3	-14,9	-4,7	8,0	
Imposto Municipal sobre Transmissões	386,0	326,2	318,3	84,5	87,2	-2,4	-0,1	-5,4	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.229,6	1.166,1	906,9	94,8	61,4	-22,2	-4,3	20,2	
Imposto Municipal sobre Veículos	208,0	173,2	215,6	83,2	121,1	24,5	0,7	-14,4	
Derrama	261,2	249,7	189,1	95,6	81,1	-24,3	-1,0	-10,8	
Outros	4,1	2,9	2,8	72,0	107,1	-4,1	0,0	-35,6	
Impostos indiretos	135,1	111,7	110,4	82,7	86,5	-1,2	0,0	-5,5	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	201,7	166,8	150,3	82,7	76,4	-9,9	-0,3	-2,4	
Rendimentos da Propriedade	266,3	200,4	201,9	75,3	81,3	0,7	0,0	-6,7	
Transferências Correntes	2.071,9	1.720,6	1.966,0	83,0	79,6	14,3	4,1	19,2	
Lei das Finanças Locais	1.596,3	1.327,9	1.585,9	83,2	82,4	19,4	4,3	20,6	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.064,4	884,7	1.124,7	83,1	80,8	27,1	4,0	30,8	
Fundo Social Municipal	140,6	118,9	116,2	84,5	82,7	-2,2	0,0	0,0	
Participação IRS	391,3	324,4	345,0	82,9	88,1	6,3	0,3	0,1	
Outros subsectores das AP	420,3	347,2	329,7	82,6	66,8	-5,1	-0,3	17,4	
Resto do mundo	26,0	19,7	19,8	75,8	77,5	0,4	0,0	-1,8	
Outras transferências	29,2	25,8	30,6	88,3	115,1	18,9	0,1	-8,7	
Venda de bens e serviços correntes	738,5	592,3	609,9	80,2	89,0	3,0	0,3	-7,2	
Reposições não abatidas nos pagamentos	8,9	6,9	11,6	77,3	152,1	68,3	0,1	-14,5	
Outras receitas correntes	62,0	48,7	46,3	78,5	59,5	-4,8	0,0	25,6	
<b>Receita de capital</b>	<b>1.871,6</b>	<b>1.256,9</b>	<b>862,9</b>	<b>67,2</b>	<b>82,8</b>	<b>-31,3</b>	<b>-6,5</b>	<b>-44,3</b>	
Venda de Bens de Investimento	68,8	49,0	34,9	71,3	43,4	-28,9	-0,2	16,8	
Transferências de Capital	1.512,4	1.195,7	801,0	79,1	85,2	-33,0	-6,6	-37,9	
Lei das Finanças Locais	690,8	574,5	291,6	83,2	81,1	-49,2	-4,7	-48,0	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	690,8	574,5	291,6	83,2	81,1	-49,2	-4,7	-48,0	
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	
Outros subsectores das AP	69,0	52,6	56,2	76,2	38,3	6,8	0,1	112,6	
Resto do mundo	728,2	549,6	442,9	75,5	107,0	-19,4	-1,8	-43,2	
Outras transferências	24,4	19,0	10,4	78,0	53,5	-45,3	-0,1	-20,3	
Outras receitas de capital	290,4	12,2	27,0	4,2	122,0	121,9	0,2	-92,4	
<b>Receita Efetiva</b>	<b>7.444,9</b>	<b>6.022,5</b>	<b>5.592,1</b>	<b>80,9</b>	<b>78,6</b>	<b>-7,1</b>	<b>-7,1</b>	<b>-4,5</b>	
<b>Despesa Corrente</b>	<b>4.801,5</b>	<b>3.829,9</b>	<b>4.217,4</b>	<b>79,8</b>	<b>84,3</b>	<b>10,1</b>	<b>7,3</b>	<b>4,2</b>	
Despesas com o pessoal	2.089,4	1.706,8	1.890,8	81,7	89,4	10,8	3,5	1,3	
Remunerações Certas e Permanentes	1.618,4	1.324,2	1.431,7	81,8	89,3	8,1	2,0	-0,9	
Abonos Variáveis ou Eventuais	86,4	71,3	69,5	82,5	87,9	-2,5	0,0	-8,5	
Segurança social	384,6	311,4	389,6	81,0	89,8	25,1	1,5	12,7	
Aquisição de bens e serviços	1.853,0	1.460,6	1.653,1	78,8	84,2	13,2	3,6	5,9	
Juros e outros encargos	148,5	118,3	93,1	79,7	46,5	-21,3	-0,5	35,0	
Transferências	467,6	352,5	403,2	75,4	89,0	14,4	1,0	-3,2	
Subsectores das AP	201,1	159,4	178,3	79,2	116,0	11,9	0,4	-23,6	
Outras transferências	266,5	193,1	224,8	72,5	75,2	16,4	0,6	12,3	
Subsídios	149,2	118,0	94,7	79,0	54,6	-19,7	-0,4	16,3	
Outras despesas correntes	93,8	73,7	82,4	78,6	84,4	11,9	0,2	4,2	
<b>Despesa de Capital</b>	<b>1.894,6</b>	<b>1.468,7</b>	<b>1.533,5</b>	<b>77,5</b>	<b>65,5</b>	<b>4,4</b>	<b>1,2</b>	<b>23,6</b>	
Aquisição de bens de capital	1.555,6	1.218,9	1.290,6	78,4	61,2	5,9	1,4	35,6	
Transferências	283,9	213,7	221,3	75,3	111,4	3,5	0,1	-30,0	
Subsectores das AP	125,0	96,9	113,2	77,5	110,6	16,7	0,3	-18,2	
Outras transferências	158,9	116,8	108,2	73,5	112,2	-7,4	-0,2	-39,3	
Outras despesas de capital	55,1	36,1	21,6	65,4	65,1	-40,2	-0,3	-39,9	
<b>Despesa efetiva</b>	<b>6.696,2</b>	<b>5.298,6</b>	<b>5.750,8</b>	<b>79,1</b>	<b>78,3</b>	<b>8,5</b>	<b>8,5</b>	<b>9,7</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>748,7</b>	<b>723,9</b>	<b>-158,7</b>						
Despesa primária	6.547,7	5.180,3	5.657,7	79,1	79,2	9,2	9,0	9,1	
Saldo primário	897,2	842,3	-65,6						
Saldo corrente	771,7	935,8	511,9						
Saldo de capital	-23,0	-211,8	-670,6						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2,0	4,0	0,0						
<i>dos quais Receitas de:</i>									
Alienação de partes de Capital	-0,1	-0,1	-10,3						
Outros Ativos	-18,5	-14,4	-3,9						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-670,3	-284,0	0,0						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	76,5	436,0	-158,7						
Taxa de comparticip. financiam. comunitário	1,6%	1,6%	0,8%						

**Notas:**

Universo completo: 308 Municípios

**2012**

Os dados de 2012 correspondem à Conta de Gerência.

outubro: 308 Mun

**2013**

set: 272 Mun; Em falta:

- Aguiar da Beira - Alenquer - Alfândega da Fé - Alijó - Aljustrel - Amadora - Angra do Heroísmo - Barcelos - Cadaval - Caminha - Castelo Branco - Constância - Crato - Elvas - Lajes das Flores - Macedo de Cavaleiros - Marco de Canaveses - Marvão - Melgaço - Mira - Moimenta da Beira - Montemor-o-Novo - Mora - Mortágua - Ourém - Paços de Ferreira - Penafiel - Ponta Delgada - Redondo - Santa Cruz - Santarém - Sátão - Serpa - Vila Nova de Paiva - Vila Verde - Vouzela

## 14 - Despesa com Ativos Financeiros

Período: janeiro a outubro

€ Milhões

	Execução dezembro	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	Execução Mensal			Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	2012	2013	ago-13	set-13	out-13	2013	
<b>Empréstimos a curto prazo</b>	<b>14,8</b>	<b>18,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11,9</b>	<b>23,9</b>	<b>132,5</b>
<b>Empréstimos a médio e longo prazo</b>	<b>4.734,6</b>	<b>9.910,2</b>	<b>74,7</b>	<b>371,9</b>	<b>370,6</b>	<b>3.087,5</b>	<b>31,2</b>
Fundo de Resolução	0,0	1.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas	18,2	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas reclassificadas	3.781,4	6.918,5	22,7	350,1	323,6	2.429,2	35,1
Administração pública regional da Madeira	770,1	500,0	0,0	0,0	6,7	217,7	43,5
Administração local do continente	104,1	601,6	43,2	9,0	29,0	311,0	51,7
Empréstimo quadro - BEI	24,2	300,1	8,0	8,0	0,0	79,1	26,3
Administração local das regiões autónomas	9,8	57,8	0,0	4,6	10,0	38,6	66,8
Famílias	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	27,0	17,6	0,8	0,2	1,4	11,9	67,9
<b>Dotações de capital</b>	<b>1.589,7</b>	<b>1.613,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>401,5</b>	<b>803,8</b>	<b>49,8</b>
Mecanismo Europeu de Estabilidade	802,9	802,9	0,0	0,0	401,5	802,9	100,0
Holding Fundo Jessica e Fundo Salvaguarda do Património Cultural	21,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Simab, S.A.	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa Geral de Depósitos	750,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresarialização dos hospitais	0,0	223,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	0,0	583,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0
<b>Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira</b>	<b>5.400,0</b>	<b>7.500,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.100,0</b>	<b>14,7</b>
<b>Expropriações</b>	<b>1,7</b>	<b>4,0</b>	<b>0,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,5</b>	<b>36,7</b>
<b>Execução de garantias</b>	<b>64,4</b>	<b>92,2</b>	<b>2,0</b>	<b>1,0</b>	<b>3,5</b>	<b>17,5</b>	<b>19,0</b>
<b>Participações em organizações internacionais</b>	<b>4,9</b>	<b>44,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>40,1</b>	<b>91,1</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>11.810,3</b>	<b>19.181,7</b>	<b>77,5</b>	<b>372,9</b>	<b>787,5</b>	<b>5.074,2</b>	<b>26,5</b>

Fonte: Direção Geral do Tesouro e Finanças

## 15 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Período: janeiro a outubro

	Execução dezembro	Objetivo 2013 Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
<b>Receita corrente</b>	<b>10.094,8</b>	<b>8.309,1</b>	<b>7.856,8</b>	<b>6.660,5</b>	<b>77,8</b>	<b>80,2</b>	<b>-15,2</b>	<b>-15,2</b>	<b>-17,7</b>
Receita fiscal	0,0	80,0	60,0	66,0	-	82,5	10,0	0,1	-
Impostos directos	0,0	80,0	60,0	66,0	-	82,5	10,0	0,1	-
Impostos indirectos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras receitas correntes	10.094,8	8.229,1	7.796,8	6.594,5	77,2	80,1	-15,4	-15,3	-18,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	9.735,5	7.873,6	7.623,7	6.358,2	78,3	80,8	-16,6	-16,1	-19,1
<b>Receita de capital</b>	<b>41,5</b>	<b>16,1</b>	<b>25,6</b>	<b>4,2</b>	<b>61,7</b>	<b>26,1</b>	<b>-83,6</b>	<b>-0,3</b>	<b>-61,2</b>
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
<b>Receita efectiva</b>	<b>10.136,3</b>	<b>8.325,2</b>	<b>7.882,4</b>	<b>6.664,7</b>	<b>77,8</b>	<b>80,1</b>	<b>-15,4</b>		<b>-17,9</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>8.199,1</b>	<b>8.275,1</b>	<b>6.585,8</b>	<b>6.711,8</b>	<b>80,3</b>	<b>81,1</b>	<b>1,9</b>	<b>1,9</b>	<b>0,9</b>
Consumo público	8.183,4	8.275,1	6.549,5	6.687,2	80,0	80,8	2,1	2,1	1,1
Despesas com o pessoal	807,1	922,7	663,9	766,2	82,3	83,0	15,4	1,5	14,3
Remunerações Certas e Permanentes	536,1	-	462,9	532,6	86,3	-	15,1	1,1	-
Encargos sobre remunerações	160,0	-	110,0	101,1	68,8	-	-8,1	-0,1	-
Outras	111,0	-	91,0	132,5	82,0	-	45,6	0,6	-
Aquisição de bens e serviços	7.317,3	7.235,3	5.884,1	5.900,2	80,4	81,5	0,3	0,2	-1,1
Produtos vendidos em farmácias	1.222,6	1.101,4	1.029,6	993,6	84,2	90,2	-3,5	-0,5	-9,9
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	712,4	683,4	551,6	566,9	77,4	83,0	2,8	0,2	-4,1
Parcerias público-privadas (PPP)	328,2	377,0	273,5	327,4	83,3	86,8	19,7	0,8	14,9
Responsabilidades com as entidades públicas empresariais	4.366,4	4.272,3	3.492,5	3.503,3	80,0	82,0	0,3	0,2	-2,2
Outras aquisições de bens e serviços	687,7	801,2	536,9	509,0	78,1	63,5	-5,2	-0,4	16,5
Outras despesas correntes	58,9	117,1	1,5	20,8	2,5	17,8	1.286,7	0,3	98,7
Juros e outros encargos	6,5	0,0	4,8	0,8	74,3	-	-83,3	-0,1	-100,0
Transferências correntes	9,3	0,0	31,5	23,8	340,2	-	-24,4	-0,1	-100,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
<b>Despesa de capital</b>	<b>76,0</b>	<b>50,1</b>	<b>46,7</b>	<b>14,4</b>	<b>61,4</b>	<b>28,7</b>	<b>-69,2</b>	<b>-0,5</b>	<b>-34,1</b>
Investimentos	57,9	50,1	39,1	10,9	67,6	21,8	-72,1	-0,4	-13,4
Transferências de capital	18,1	0,0	7,6	3,5	41,9	-	-53,9	-0,1	-100,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
<b>Despesa efectiva</b>	<b>8.275,1</b>	<b>8.325,2</b>	<b>6.632,5</b>	<b>6.726,2</b>	<b>80,1</b>	<b>80,8</b>	<b>1,4</b>		<b>0,6</b>
<b>Saldo global</b>	<b>1.861,1</b>	<b>0,0</b>	<b>1.249,9</b>	<b>-61,5</b>					

### Notas:

O saldo apresentado evidencia a perspetiva financeira, que é uma aproximação às contas nacionais: a receita inclui as transferências totais recebidas no ano, mas os custos são os do ano orçamental.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OER-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

## 16 - Dívida não Financeira da Administração Pública

Período: janeiro a outubro

Passivo não financeiro das Administrações Públicas - Stock em fim de período

Natureza da Dívida		€ Milhões											
		2012	2013										variação mensa
		dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	
AC	Aquisição de Bens e Serviços	177	213	254	274	288	285	292	303	273	291	279	-12
	Aquisição Bens de Capital	20	16	25	21	26	21	18	22	21	26	27	1
	Transferências para AP	9	14	8	9	10	22	11	40	14	11	17	6
	Transferências para fora das AP	96	109	119	130	130	134	118	141	123	122	131	9
	Outras	26	36	72	64	58	63	61	81	90	86	93	7
<b>Total da Administração Central</b>		<b>328</b>	<b>389</b>	<b>478</b>	<b>498</b>	<b>512</b>	<b>526</b>	<b>500</b>	<b>588</b>	<b>522</b>	<b>537</b>	<b>548</b>	<b>11</b>
AR	Aquisição de Bens e Serviços	410	451	435	468	466	426	450	443	410	449	406	-42
	Aquisição Bens de Capital	1.058	1.062	1.062	1.064	1.064	1.063	1.064	830	521	249	208	-41
	Transferências para AP	22	22	23	23	22	23	23	16	14	13	12	-1
	Transferências para fora das AP	453	457	461	468	463	446	438	452	437	437	437	0
	Outras	553	555	559	557	574	577	591	599	591	600	601	1
<b>Total da Administração Regional</b>		<b>2.496</b>	<b>2.547</b>	<b>2.539</b>	<b>2.580</b>	<b>2.589</b>	<b>2.535</b>	<b>2.565</b>	<b>2.339</b>	<b>1.973</b>	<b>1.748</b>	<b>1.665</b>	<b>-83</b>
AL	Aquisição de Bens e Serviços	1.140	1.160	1.162	1.194	1.194	1.125	1.125	1.086	1.033	1.002	1.006	4
	Aquisição Bens de Capital	797	789	757	743	737	686	678	644	625	614	611	-3
	Transferências para AP	72	89	88	90	90	80	80	75	66	61	60	-1
	Transferências para fora das AP	113	126	131	135	140	133	129	128	113	110	108	-2
	Outras	457	495	525	534	542	539	525	505	485	480	479	-1
<b>Total da Administração Local</b>		<b>2.579</b>	<b>2.659</b>	<b>2.663</b>	<b>2.695</b>	<b>2.703</b>	<b>2.564</b>	<b>2.536</b>	<b>2.438</b>	<b>2.323</b>	<b>2.267</b>	<b>2.264</b>	<b>-3</b>
<b>Total das Administrações Públicas</b>		<b>5.403</b>	<b>5.595</b>	<b>5.680</b>	<b>5.773</b>	<b>5.805</b>	<b>5.624</b>	<b>5.601</b>	<b>5.365</b>	<b>4.818</b>	<b>4.551</b>	<b>4.477</b>	<b>-75</b>

Notas:

Dados revistos para os meses anteriores.

Conceito de passivo não financeiro no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).

Universo da Administração Central e Regional em Contas Nacionais, excluindo EPR.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) - Stock em fim de período

Subsector		€ Milhões											
		2012	2013										variação mensa
		dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro*	
<b>Administrações Públicas</b>		<b>2.229</b>	<b>2.192</b>	<b>2.126</b>	<b>2.100</b>	<b>2.210</b>	<b>2.069</b>	<b>2.041</b>	<b>1.858</b>	<b>1.663</b>	<b>1.505</b>	<b>1.482</b>	<b>-23</b>
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde		58	54	57	54	61	56	53	55	53	52	55	3
Subsector da Saúde		23	23	28	26	48	14	20	32	30	29	23	-6
Empresas públicas reclassificadas		29	19	18	18	19	19	18	18	18	17	17	0
Administração Local		1.258	1.234	1.158	1.130	1.084	991	950	904	848	794	780	-14
Administração Regional		938	938	938	944	1.066	1.053	1.058	904	765	661	656	-4
<b>Outras Entidades</b>		<b>747</b>	<b>767</b>	<b>829</b>	<b>822</b>	<b>867</b>	<b>909</b>	<b>972</b>	<b>1.025</b>	<b>1.066</b>	<b>1.106</b>	<b>1.111</b>	<b>5</b>
Empresas públicas não reclassificadas		33	40	45	49	50	51	56	74	82	90	90	0
Hospitais EPE		714	727	784	773	817	858	917	951	984	1.016	1.022	5
<b>Administrações Públicas e Outras Entidades - Total (a)</b>		<b>2.976</b>	<b>2.959</b>	<b>2.955</b>	<b>2.922</b>	<b>3.077</b>	<b>2.978</b>	<b>3.013</b>	<b>2.883</b>	<b>2.730</b>	<b>2.611</b>	<b>2.593</b>	<b>-18</b>

Notas:

(\*) Provisório. No caso das empresas públicas não reclassificadas, e pelo fato da informação não estar disponível, considerou-se o stock do mês anterior.

Conceito de pagamentos em atraso no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).

(a) Os valores de outubro de 2013 não refletem integralmente os pagamentos no âmbito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas da Saúde (PERD).

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

## 17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública

	Número				Valor médio pago por pensionista (€)	Subscritores Número
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		
<b>2012</b>						
janeiro	378.477	75.381	138.644	592.502	1.074,8	556.738
fevereiro	379.557	75.384	138.827	593.768	1.080,9	555.064
março	380.009	75.439	139.183	594.631	1.083,2	550.279
abril	380.486	75.467	139.319	595.272	1.078,8	548.983
maio	381.329	75.435	139.536	596.300	1.078,8	547.338
junho	382.265	75.476	139.869	597.610	1.080,4	545.729
julho	383.153	75.502	140.055	598.710	1.269,3	544.153
agosto	384.236	75.505	140.413	600.154	1.077,3	542.325
setembro	385.392	75.465	140.308	601.165	1.076,2	537.842
outubro	386.355	75.419	140.373	602.147	1.085,6	536.095
novembro	386.944	75.313	140.552	602.809	1.272,2	534.270
dezembro	387.210	75.236	140.821	603.267	1.084,5	531.814
<b>2013</b>						
janeiro	388.145	75.252	140.963	604.360	1.077,1	529.560
fevereiro	388.784	75.256	141.107	605.147	1.260,0	528.161
março	389.591	75.178	140.973	605.742	1.167,0	527.141
abril	390.630	75.166	141.087	606.883	1.175,7	525.479
maio	391.666	75.184	141.293	608.143	1.168,3	524.195
junho	392.161	75.379	141.509	609.049	1.168,9	522.518
julho	392.681	75.366	141.588	609.635	1.455,6	520.906
agosto	392.934	75.334	141.928	610.196	1.170,0	518.485
setembro	393.003	75.221	141.747	609.971	1.168,3	514.324
outubro	393.366	75.145	141.879	610.390	1.191,9	512.853

	VH do número de pensionistas (%)				VHA Valor médio pago por pensionista (€)	Subscritores VHA do Número de subscritores (%)
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		
<b>2012</b>						
janeiro	3,3	0,1	1,1	2,3	1,9	-4,6
fevereiro	3,3	0,2	1,2	2,4	1,6	-4,5
março	3,2	0,2	1,4	2,4	1,7	-5,0
abril	3,0	0,4	1,4	2,3	0,2	-4,9
maio	2,9	0,4	1,5	2,2	0,6	-4,9
junho	2,8	0,6	1,6	2,2	1,1	-4,8
julho	2,7	0,6	1,6	2,2	-39,1	-4,8
agosto	2,8	0,6	1,7	2,3	0,6	-4,8
setembro	2,9	0,6	1,7	2,3	-0,2	-4,9
outubro	3,0	0,5	1,8	2,4	0,2	-4,9
novembro	2,8	-0,1	1,6	2,2	-38,8	-4,9
dezembro	2,5	-0,2	1,6	1,9	-0,2	-4,9
<b>2013</b>						
janeiro	2,6	-0,2	1,7	2,0	0,2	-4,9
fevereiro	2,4	-0,2	1,6	1,9	16,6	-4,8
março	2,5	-0,3	1,3	1,9	7,7	-4,2
abril	2,7	-0,4	1,3	2,0	9,0	-4,3
maio	2,7	-0,3	1,3	2,0	8,3	-4,2
junho	2,6	-0,1	1,2	1,9	8,2	-4,3
julho	2,5	-0,2	1,1	1,8	14,7	-4,3
agosto	2,3	-0,2	1,1	1,7	8,6	-4,4
setembro	2,0	-0,3	1,0	1,5	8,6	-4,4
outubro	1,8	-0,4	1,1	1,4	9,8	-4,3

	Número				Despesa com pensões (€)				Pensão média nova Aposentação/Reforma (€)	Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)		
	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Novos						
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros			Total	
<b>2012</b>												
janeiro	1.471	170	513	2.154	912	2.253.347,4	179.900,6	249.524,4	2.682.772,4	916.372,7	1.482,8	486,4
fevereiro	1.939	209	781	2.929	1.065	2.945.192,9	229.212,2	361.995,2	3.536.400,2	1.127.751,5	1.477,8	463,5
março	1.335	244	917	2.496	1.072	1.800.757,8	270.853,7	458.403,6	2.530.015,1	1.000.274,4	1.312,0	499,9
abril	1.515	271	913	2.699	1.281	1.784.019,2	320.223,3	410.277,0	2.514.519,5	1.232.238,2	1.178,2	449,4
maio	1.724	157	787	2.668	1.070	1.822.949,9	168.669,1	376.886,5	2.368.505,5	1.044.103,3	1.058,8	478,9
junho	1.732	222	872	2.826	977	1.733.424,7	266.897,4	419.051,9	2.419.373,9	942.522,9	1.023,7	480,6
julho	1.581	182	617	2.380	849	1.800.225,2	184.002,3	274.219,5	2.258.447,0	858.439,1	1.125,5	444,4
agosto	1.669	158	772	2.599	741	1.727.876,0	185.126,0	352.719,3	2.265.721,3	778.258,2	1.047,1	456,9
setembro	1.866	170	644	2.680	920	2.272.099,3	175.025,2	302.947,6	2.750.072,1	888.055,3	1.201,9	470,4
outubro	1.561	188	580	2.329	832	2.178.361,1	234.236,1	288.827,5	2.701.424,7	809.217,1	1.379,4	498,0
novembro	1.234	61	671	1.966	812	1.909.576,9	72.721,8	305.056,7	2.287.355,4	848.710,8	1.530,7	454,6
dezembro	983	92	718	1.793	886	1.287.264,2	95.656,2	338.357,3	1.721.277,7	931.999,8	1.286,4	471,2
<b>2013</b>												
janeiro	1.613	179	623	2.415	841	2.400.812,1	227.341,9	301.045,0	2.929.199,0	866.112,1	1.466,6	483,2
fevereiro	1.506	218	731	2.455	1.081	1.862.688,9	244.141,0	345.412,0	2.452.241,8	1.114.050,9	1.222,1	472,5
março	1.681	142	660	2.483	1.094	1.953.254,1	165.596,9	320.609,0	2.439.459,9	1.038.005,6	1.162,3	485,8
abril	1.900	177	671	2.748	1.050	2.059.097,8	198.424,5	356.233,7	2.613.756,0	1.024.683,2	1.086,9	530,9
maio	1.861	216	735	2.812	1.023	1.969.417,5	246.357,1	355.275,9	2.571.050,4	1.030.219,4	1.066,8	483,4
junho	1.365	384	741	2.490	1.059	1.662.954,3	419.758,0	355.587,6	2.438.299,9	1.067.108,7	1.190,8	479,9
julho	1.213	164	517	1.894	870	1.340.995,4	188.130,6	252.965,3	1.782.091,2	901.571,9	1.110,5	489,3
agosto	982	127	804	1.913	888	1.183.488,2	160.049,9	403.157,1	1.746.695,1	896.681,3	1.211,5	501,4
setembro	917	109	593	1.619	1.070	1.135.377,4	139.130,3	308.089,8	1.582.597,5	1.129.850,4	1.242,2	519,5
outubro	1.029	99	677	1.805	841	1.586.106,1	125.250,5	298.338,2	2.009.694,8	890.517,1	1.517,2	440,7

	VH do número de pensionistas (%)				VHA da Despesa com pensões (€)				VHA Pensão média nova Aposentação/Reforma (€)	VHA Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)		
	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Novos						
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros			Total	
<b>2013</b>												
janeiro	9,7	5,3	21,4	12,1	-7,8	6,5	26,4	20,6	9,2	-5,5	-1,1	-0,7
fevereiro	-22,3	4,3	-6,4	-16,2	1,5	-36,8	6,5	-4,6	-30,7	-1,2	-17,3	1,9
março	25,9	-41,8	-28,0	-0,5	2,1	8,5	-38,9	-30,1	-3,6	3,8	-11,4	-2,8
abril	25,4	-34,7	-26,5	1,8	-18,0	15,4	-38,0	-13,2	3,9	-16,8	-7,7	18,1
maio	7,9	37,6	-6,6	5,4	-4,4	8,0	46,1	-5,7	8,6	-1,3	0,8	0,9
junho	-21,2	73,0	-15,0	-11,9	8,4	-4,1	57,3	-15,1	0,8	13,2	16,3	-0,1
julho	-23,3	-9,9	-16,2	-20,4	2,5	-25,5	2,2	-7,8	-21,1	5,0	-1,3	10,1
agosto	-41,2	-19,6	4,1	-26,4	19,8	-31,5	-13,5	14,3	-22,9	15,2	15,7	9,7
setembro	-50,9	-35,9	-7,9	-39,6	16,3	-50,0	-20,5	1,7	-42,5	27,2	3,4	10,4
outubro	-34,1	-47,3	16,7	-22,5	1,1	-27,2	-46,5	3,3	-25,6	10,0	10,0	-11,5

## A

**Ativos financeiros (receita)** – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

**Ativos financeiros (despesa)** – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

**Administrações Públicas** – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

## B

**Bens e serviços correntes** – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

## C

**Cativação (ou congelamento)** - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou outro ato legal específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

**Contabilidade Pública (ótica da)** - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

**Consolidação/Consolidado** - Agregados de receita e/ou despesa finais, abatidos de fluxos monetário intermédios efetuados entre as entidades do universo em análise. Caso a informação respeite à Ótica da Contabilidade Pública são excluídos apenas os fluxos relativos a transferências.

**Contributo VH pp.** - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

## D

**Despesa corrente primária** - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

**Despesa efetiva** - Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

**Restantes subsectores** - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

**Despesa primária** - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

**Despesa com pessoal** – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

**Dotação corrigida** – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

## E

**Estado – (em sentido estrito)** Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

**EPR - Entidade Pública Reclassificada** - Entidade que na sua génese jurídica constitui uma entidade do setor público empresarial mas que, por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no SEC - Sistema Europeu de Contas nacionais -, são objeto de reclassificação para o âmbito das administrações públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas. A listagem das EPR é divulgada pelo INE no contexto do Sistema de Contas Nacionais/Procedimento dos Défices Excessivos.

**Execução orçamental** – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

## Glossário

### F

**Financiamento Nacional** – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida (excluí as receitas provenientes de fundos comunitários).

**Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)** - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

**Fundo Social Europeu (FSE)** – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

### G

**Grau de execução** – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou rectificativo

### I

**Impostos diretos** – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

**Impostos indiretos** – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

### O

**Outra despesa corrente** – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

### P

**Padrão de segurança da despesa** - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

**Passivos financeiros (receita)** - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

**Passivos financeiros (despesa)** - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avals ou garantias (*vide* Classificador Económico).

#### **PAEF - Programa de Ajustamento Económico e Financeiro**

**Limites PAEF** - O saldo das administrações públicas em contabilidade pública, ajustado de acordo com os **critérios PAEF**, definido em sede de Orçamento do Estado aprovado, constitui o limite anual a considerar em termos orçamentais. Este limite anual é transposto para limites intercalares trimestrais.

**Critérios PAEF** - O Memorando Técnico de Entendimento (ou TMOU - Technical Memorandum of Understanding), estabelecido no âmbito do programa, define os critérios segundo os quais são apurados os agregados de contas públicas para efeitos de avaliação de cumprimento do Programa. Neste âmbito, a receita, a despesa e o saldo das administrações públicas (AP), em contabilidade pública, são objeto de correção expurgando o efeito de determinadas operações identificadas na Conta Consolidada da Administração Central e no quadro relativo ao saldo das AP - exemplo: Fundos de Pensões integrados no Estado ou na CGA.

**Programa orçamental** – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas.

### Q

**Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

## Glossário

### R

**Receita consignada** – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

**Receita efetiva** - Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

**Restantes subsectores** - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

**Receita própria** – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

**Receitas correntes** - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

**Receitas fiscais** – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

**Remunerações certas e permanentes** – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

**Reposições não abatidas nos pagamentos** – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

**Rubrica de classificação económica** – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

### S

**Saldo Corrente** - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

**Saldo Capital** - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

**Saldo global** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

**Saldo Primário** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

**Saldo orçamental** – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

**Serviços e Fundos Autónomos (SFA)** - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excepcional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

**Subsídios** – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

### T

**Transferências correntes** – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

**Transferências de capital** – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).

### V

**VH - Taxa de variação homóloga** - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.